

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC/SP**

Fabiana de Andrade Campos

**MEMÓRIA HISTÓRICA DO MASSACRE DE FELISBURGO: UM ESTUDO
SOBRE TRAUMA PSICOSSOCIAL E PROCESSOS DE RESISTÊNCIA**

DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

São Paulo
2015

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC/SP**

Fabiana de Andrade Campos

**MEMÓRIA HISTÓRICA DO MASSACRE DE FELISBURGO: UM ESTUDO
SOBRE TRAUMA PSICOSSOCIAL E PROCESSOS DE RESISTÊNCIA**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Psicologia Social, sob a orientação da Profa. Dra. Bader Burihan Sawaia.

DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

São Paulo

2015

Banca Examinadora

Profa. Dra. Bader Burihan Sawaia

Prof. Dr. Odair Furtado

Prof. Dr. Salvador Sandoval

Profa. Dra. Raquel Guzzo

Profa. Dra. Maria Elizabeth Antunes

Lima

Dedico este trabalho aos familiares dos trabalhadores assassinados no Massacre de Felisburgo e às mulheres que seguem na sina e na luta.

Dedico também àqueles que ainda permanecem em Terra Prometida lutando pela conquista do Assentamento e pela Reforma Agrária.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de diversos modos apoiaram essa longa jornada que tornou possível a elaboração desta Tese. Foram muitos grupos, pessoas e instituições. Portanto, considero este um trabalho coletivo e não individual.

Ao MST:

Agradeço ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Minas Gerais (MST-MG), da regional estadual e do Vale do Jequitinhonha, por abrirem as portas para que eu pudesse pesquisar e colaborar com uma luta das mais justas nesse país e que nunca foi concretizada: a Reforma Agrária. Por me apresentarem a demanda e confiarem no meu trabalho. Especialmente, ao Chusqui, quem me apresentou a demanda pela 1ª vez; ao Ênio e a Helenice, por me receberem em Jequitinhonha; a amiga Ana Lúcia Cotta, por tudo; a D. Dinei, pelo abrigo e afeto, e por fim ao Antoniel Assis por ter sido tão atencioso e me ajudado na reta final do trabalho.

Agradeço aos trabalhadores rurais acampados em Terra Prometida e aos familiares dos trabalhadores rurais assassinados no Massacre de Felisburgo pela disposição em participar desta pesquisa, por terem me recebido com afeto e carinho. Por se interessarem por mim como pessoa, além de pesquisadora e profissional de psicologia. Por prestarem seus depoimentos, por abrirem suas casas, seus barracos de lona, por acolherem a mim e aos estudantes, e oferecerem, comida, café e abrigo. E, principalmente por demonstrarem que mesmo diante de todas as atrocidades cometidas, de todo sofrimento passado, seguem em frente com coragem, com coração aberto, com uma perspectiva que nós denominamos como universal. Agradeço especialmente à Eni, Kelly, Maíra e Jorge.

Aos meus familiares:

Agradeço aos meus pais Sebastião Campos e Maria José Torres, e à minha avó Dona Santinha. Sem o apoio deles seria impossível concluir este Doutorado. Pela ajuda financeira, por acreditarem em mim e me valorizarem, por cuidarem dos meus filhos na minha ausência e pelas idas e vindas ao aeroporto.

Agradeço aos meus filhos, Ernesto e Estevan, por terem suportado todos os dias de minha ausência, nesses percursos da vida acadêmica e por me esperarem com alegria a cada retorno das viagens.

Aos demais familiares que me apoiaram nessa caminhada, agradeço à minha querida amiga Mônica, ao meu irmão Marco Aurélio, à minha cunhada Ana Paula e ao meu irmão André, a minha prima Adriana e ao meu sobrinho Felipe e sua namorada Gabi, pela escuta, atenção e torcida. Agradeço ainda, ao meu irmão Samuel, pelo histórico de apoio durante minha vida.

Agradeço ainda à D. Dulce, Seu Hugo e Verônica, por também cuidarem dos meus filhos nas minhas ausências.

Aos meus professores:

Agradecimento especial à minha orientadora profa. Dra. Bader Sawaia, pela sua dedicação na construção de uma Psicologia Social comprometida com as questões cruciais que acometem o povo brasileiro. Pela sua disponibilidade em orientar e pela sua capacidade de ensinar, tanto por sua produção bibliográfica quanto por suas aulas repletas de conteúdos fundamentais. Agradeço-a, ainda, por ter me apresentado Vigotski sob outro ângulo, pouco conhecido: o da arte e dos afetos, e por ter me apresentado Espinosa, cuja filosofia ético-política demonstra a potência transformadora.

Agradeço ao prof. Dr. Odair Furtado, por ter acompanhado minha trajetória na PUC-SP, pelas aulas e pela disponibilidade, pelos debates e indicações bibliográficas. Agradeço ainda por sua gentileza e por tratar a nós estudantes com igualdade.

Agradeço aos professores que se disponibilizaram a participar da banca de doutorado, à profa. Dra. Raquel Guzzo e ao prof. Dr. Salvador Sandoval, considerando a rica contribuição dada desde o exame de qualificação. Agradeço à profa. Dra. Maria Elizabeth Antunes Lima, por sua influência desde a graduação, ao apresentar a perspectiva de Marx para a Psicologia. Agradeço aos professores que aceitaram serem suplentes da banca: à Profa. Dra. Maria do Carmo Guedes da PUC-SP e ao Prof. Dr. Pablo Luiz de Oliveira Lima da UFMG.

Aos meus amigos intelectuais, pesquisadores e militantes:

Especialmente à Marleide Marques, Craig Dunbar, Renata Bastos, Maria Fernandes e Gilmar Henriques por me oferecerem apoio intelectual, indicações bibliográficas, traduções, organizações e correções, sendo assim parceiros da pesquisa. Agradeço ainda

às amigas: Simone Oliveira, Naiara Silva, Sabrina Batista, Sara Diolinda, Cássia Beatriz, Matilde Agero, por nosso histórico e pelo apoio nos momentos em que pudemos nos ver.

Vocês são muito especiais, suas contribuições intelectuais, o apoio, as constantes provocações... Tudo isso que me moveu, motivou, trouxe ânimo, amor e alegria. Obrigada!

Aos estudantes de Psicologia e História da PUC Minas:

Por me acompanharem durante a pesquisa, por transcreverem entrevistas, por se disponibilizarem a visitar o acampamento, por me acompanharem em eventos científicos, e especialmente, pela sensibilidade, compreensão e participação em uma pesquisa tão delicada como esta. Assim, agradeço Ana Carolina Campagnole, Andréia Carvalho, Bruno Laia Rocha, Joziane Maciel, Marcela Sobreira, Marcelo Chaves, Nicolle Carvalho e Roberta Andrade, que tiveram atuação importante na 1ª etapa da pesquisa; e Bárbara Fam, Susana Nogueira e Raquel Bibiana, que participaram da 2ª etapa.

Aos meus colegas do Nexin:

Por todo apoio prestado, a Maria Helena (*in memoriam*) pela valorização e incentivo constante a esta pesquisa: - à grande pesquisadora e militante Margarida Barreto, a Livia Gomes dos Santos, pelas gentilezas, a Ana Silvia Ariza, pelo debate, a Naiara e a Jamila pela companhia e carinho, ao Dilson Wrasse por sua presença intelectual instigante, à Gláucia Tais Purin, amizade recente, e tantos outros, que colaboraram de diferentes formas na construção dessa pesquisa.

Por fim, agradeço à querida Fátima Bertini, pela amizade construída e pelo apoio incondicional. Uma verdadeira amizade espinosana. Te adoro querida. Obrigada por tudo!

Às Secretarias Acadêmicas e à corretora de texto

Agradeço à secretaria acadêmica da Pós-Graduação e à secretária Marlene Camargo do PEPG em Psicologia Social, pela disponibilidade de informações e prestação de serviços.

Aproveito para agradecer à revisora de texto Elizete Munhoz, cujo auxílio foi fundamental para a finalização do trabalho.

Ao CFP e CRP 04 (MG):

Agradeço aos Conselhos Federal e Regional de Psicologia de Minas Gerais por aceitarem minha contribuição na produção das Referências Técnicas para Atuação das (os) Psicólogas (os) nas Questões Relativas à Terra. Agradeço especialmente a profa. Márcia Mansur pela indicação do meu nome, oferecendo uma oportunidade para minha participação. Ao prof. Jáder Leite e a conselheira Roseli Goffman que participaram ativamente da construção do documento. Essa participação está vinculada não somente a esta Tese, como à minha trajetória profissional e dá sentido aos anos que venho me dedicando à causa.

Aos colegas da PUC Minas:

Pelo apoio e incentivo. Agradeço especialmente aos colegas e professores, mestres e doutores Cláudia Regina Barroso, Rita de Cássia Liberato, Marco Antônio Azevedo, José Newton G. Araújo, Lucimar Magalhães de Albuquerque, Bruno Vasconcelos, Geisa Maria Moreira, Rosana Carvalho, Arthur Parreiras Gomes, Maristela Costa Andrade, Nanci Rajão, Álvaro Emílio Guimarães, Heloísa Lasmar e Ilka Franco Ferrari e Dinéia Aparecida Rodrigues. Agradeço também à profa. Maria Stella Brandão Goullart, que muito me incentivou no início desta pesquisa, quando ainda trabalhava na PUC Minas.

Agradeço às funcionárias Oscarlina Barbosa Lemos de Moraes e Raquel de Santana Napoleão, pelo apoio, disponibilidade e paciência.

Aos meus camaradas e amigos:

Renata Regina, Pablo e Tuliola, Jéssica e Felipe, Tiquinho e Gabi, Camila e Rafa, e especialmente, ao José Francisco Neres, pela escuta, preocupação, inspiração, companhia e por estarem na luta por um mundo melhor, sem exploração do trabalho alheio, no qual a propriedade privada não seja mais importante que o ser humano.

Agradeço ao Helvécio por sua disponibilidade em estudar Espinosa junto comigo e minhas alunas. Ao Frei Gilvander, da CPT, pelo incentivo e por estar de corpo e alma nesta luta com os trabalhadores rurais. E ao prof. Antônio Júlio por seus ensinamentos sobre o MST, a agricultura familiar, o agronegócio e a educação no campo.

Agradeço ao casal Marlene e João, pelo trabalho e apoio na minha casa.

Aos meus terapeutas:

Por fim, quero agradecer à Dra. Margarete Amorim e ao Dr. Gregório Baremlitt por todo apoio prestado em um momento tão delicado na minha vida, pela acolhida terapêutica, fundamental para que eu pudesse me manter ativa.

Finalizo meus agradecimentos com uma passagem de Vigotski que muito se aplica ao comprometimento de muitas das pessoas aqui citadas:

Spinoza defende uma teoria (que modifíco ligeiramente) segundo a qual a alma pode conseguir que todas as manifestações, todos os estados, se voltem para um mesmo fim, podendo surgir um sistema com um centro único, a máxima concentração do comportamento humano. Para Spinoza, a ideia única é a de Deus ou de natureza. Psicologicamente, isso absolutamente não é necessário. Mas o homem pode com certeza reduzir a um sistema não apenas funções isoladas, mas criar também um centro único para todo o sistema. Spinoza mostrou esse sistema no plano filosófico; existem pessoas, cuja vida é um modelo de subordinação a um fim, que mostraram na prática que isso é possível. Resta à Psicologia a tarefa de mostrar como verdade científica esse tipo de surgimento de um sistema único (Vigotski, 2004, p. 134).

RESUMO

O objetivo desta Tese é apresentar uma pesquisa-intervenção realizada no acampamento Terra Prometida, em Felisburgo/MG, onde ocorreu um massacre contra trabalhadores rurais sem terra, em 2004, e que ficou conhecido como o “Massacre de Felisburgo”. Para tanto, apresenta o contexto do massacre, na perspectiva de reconstrução da memória histórica, relacionando-o com o contexto mais amplo de luta pela terra no Brasil; realiza uma discussão partindo dos estudos e intervenções psicossociais em casos de violência extrema e os relaciona à política de produção de afetos, a partir do conceito de sofrimento ético-político cunhado por Sawaia que, resgatando obras de Vigotski e Espinosa analisa a dimensão política dos afetos. Assim, utilizamos as contribuições de autores que compartilham de uma visão sócio-histórica, para compreender a composição dos afetos que configuram o trauma psicossocial. A metodologia é baseada nos pressupostos da Psicologia sócio-histórica e da Libertação. Pudemos verificar que, do ponto de vista dos trabalhadores, é fundamental tematizar o massacre e compartilhar o sofrimento decorrente, para fortalecer a compreensão das verdadeiras causas do acontecimento, ampliando a compreensão sobre as possíveis consequências psicológicas produzidas, evitando sua banalização. A análise dos dados revela mecanismos, sentimentos e reações psicossociais já estudados por Riquelme (1993) e Martín Baró (2000), entre outros autores, e que estamos denominando como trauma psicossocial. Os trabalhadores refletem sobre a questão da ocupação de terras e a falta de justiça que os tornam vulneráveis a processos de re-traumatização. Consideramos que o sofrimento e a traumatização não se curam ou se esvaecem com o tempo, mas são reproduzidos subjetiva e objetivamente e, no caso desta pesquisa, pela impunidade dos executores. Para que se interrompa o ciclo de repetição, eles têm de ser rememorados coletivamente, para substituir emoções tristes por emoções potentes é preciso que seja cumprida a justiça e rememorado afetiva e publicamente o acontecimento. Compreendemos que a Psicologia pode intervir em uma terapêutica comunitária a partir da produção de reflexões sobre os afetos, ou seja, sobre a forma como o corpo e a mente foram afetados pelo trauma, permitindo que os trabalhadores compreendam que o processo histórico de produção de violência ultrapassa a experiência específica ocorrida ali. O silêncio faz parte do processo de re-traumatização, vivido como medo, humilhação e culpa. Frente ao silenciamento, temos de publicizar produções de narrativas, memórias e expressões diversas (subjetivações) a partir das quais seja possível a ruptura da banalização dessas violências históricas em nosso País. Desse modo, reverter o trauma psicossocial significa tornar o sofrimento dizível e reflexivo coletivamente para aumentar a potência de pensar da consciência e de agir do corpo, individual e coletivo, mas também lutar socialmente contra a impunidade e a violência no campo, que constituem um dos pilares da traumatização sequencial e da re-traumatização. Teoricamente, a Tese concorda com Baró de que os traumas psíquicos não são imprevisíveis e de caráter individual, mas psicossociais e sequenciais. Nossos dados demonstram que se trata de processos de re-traumatização, não só por conta da memória e da cristalização de sentimentos, mas pela perpetuação social da violência.

Palavras-chave: Psicologia sócio-histórica; Memória histórica; Trauma psicossocial; MST; Massacre de Felisburgo.

ABSTRACT

The aim of this thesis is to present the research and intervention carried out at the Terra Prometida (Promised Land) Settlement located in the Municipality of Felisburgo in the State of Minas Gerais, Brazil. In 2004, there was a massacre of the landless workers living at the settlement, which became known as “The Felisburgo Massacre”. It is intended to present the context of the massacre according to the “Reconstruction of Historical Memory” theoretical perspective while also relating it to wider context of the struggle for land in Brazil. We will discuss the subject on the basis of psycho-social studies and interventions in cases of extreme violence and relate them to the process producing affects based on the concept of ethical-political suffering coined by Sawaia. This concept seeks to analyze the political dimension of affects based on the use of this term in the work of Vygotsky and Spinoza. In order to do this, we used the work of authors who shared a socio-historical approach so that we could understand the structure/nature of the affects that constitute psycho-social trauma. The methodology is based on the premises of Socio-Historical Psychology and Liberation Psychology and the analysis of affects on Vygotskian theory. We concluded that from the workers point of view it is essential to raise the question of the massacre and share the suffering resulting from it in order to deepen both understanding of its real causes and its possible psychological consequences and to avoid it being seen as a normal phenomenon. The analysis of the data revealed the existence of mechanisms, affects and psycho-social reactions already studied by Riquelme (1993) and Martín-Baró (2000) among others, and which we have termed “psycho-social trauma”. In addition to this the workers were encouraged to give think carefully about the question of the seizure and occupation of land and the lack of social justice that makes them vulnerable to processes of re-traumatization. It was held that suffering and traumatization do not heal themselves or simply fade away with the passage of time. In order to break the cycle of repetition they have to be reworked. It is our opinion that Psychology can intervene in a therapeutic community by producing deep analysis with the aim of raising consciousness about the event and its consequences. The aim of the intervention was to ensure that the landless workers understood that the violent process which produced the massacre goes beyond the event itself and forms part of the historical process leading to the emergence of the Brazilian people, a process stained by innumerable forms of violence against workers. Faced with an official policy of silence, we have to develop actions to publicize the narratives, memories and diverse expressions (subjectivisations) which can be used to break through the curtain of silence and trivialization of this chain of historical violence in our country. Reversing the effects of psycho-social trauma thus means producing reflective consciousness and intensifying action.

Key Word: Social-historical Psychology; Historical Memory; Psycho-social Trauma; MST; Massacre.

SIGLAS

ABA – Associação Brasileira de Antropologia

ABRAPSO – Associação Brasileira de Psicologia Social

CEDEFES – Centro de Documentação Eloy Ferreira

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRP/MG – Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais

DCE – Diretório Central de Estudantes

DSM – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

FAFICH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NEXIN – Núcleo de Estudos da dialética Exclusão/Inclusão

PEPG – Programa de Estudos Pós Graduados

REDE – Rede Social de Justiça e Direitos Humanos

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	18
1.1 UM BREVE RELATO SOBRE MINHA TRAJETÓRIA COM O MST.....	18
1.2 A DEMANDA POR UMA INTERVENÇÃO NO ACAMPAMENTO TERRA PROMETIDA APÓS O MASSACRE.....	19
2 VIOLÊNCIA E CONFLITOS DE TERRAS NO BRASIL E SUAS RELAÇÕES COM O MASSACRE DE FELISBURGO.....	30
2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRÁTICA DA VIOLÊNCIA EXTREMA NA FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO.....	30
2.2 DOIS MOMENTOS MARCANTES NA HISTÓRIA DA CONCENTRAÇÃO DE TERRAS NO BRASIL: A LEI DE 1850 E O GOLPE MILITAR DE 1964.....	38
2.3 AGRONEGÓCIO <i>VERSUS</i> RESISTÊNCIA POPULAR NAS OCUPAÇÕES DE TERRA.....	41
2.4 A OCUPAÇÃO DA FAZENDA NOVA ALIANÇA E O MASSACRE DE FELISBURGO.....	46
2.4.1 Vale do Jequitinhonha: expropriação de terras e formação dos agregados.....	46
2.4.2 O MST no estado de Minas Gerais e a ocupação da fazenda Nova Alegria...48	48
3 O CONCEITO DE TRAUMA PSICOSSOCIAL À LUZ DA TEORIA DOS AFETOS.....	50
4 PRÁXIS PSICOSSOCIAL DE SUPERAÇÃO DO TRAUMA: UMA TERAPÊUTICA COMUNITÁRIA.....	71
4.1 SUBSÍDIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA REALIZAÇÃO DO TRABALHO E O DEBATE DA PSICOLOGIA E A QUESTÃO DA TERRA.....	71
4.2 MEMÓRIA HISTÓRICA COMO CATEGORIA CENTRAL DA ANÁLISE E INTERVENÇÃO NO TRAUMA.....	72
4.3 OS CAMINHOS DA TERAPÊUTICA COMUNITÁRIA.....	73
4.4 UMA PSICOLOGIA VOLTADA PARA AS QUESTÕES DA TERRA E DOS POVOS DO CAMPO.....	77
4.5 O RELATO DAS INTERVENÇÕES PSICOSSOCIAIS COM VISTAS A UMA TERAPÊUTICA COMUNITÁRIA.....	84

4.6 A AVALIAÇÃO DA INTERVENÇÃO REALIZADA PELOS TRABALHADORES.....	98
5 MEMÓRIA HISTÓRICA DO MASSACRE DE FELISBURGO: A NARRATIVA DA EXPERIÊNCIA SOCIOAFETIVA.....	103
5.1 O CONTEXTO DA LUTA PELA TERRA NA FAZENDA NOVA ALIANÇA ANTES DO MASSACRE: O FIM DA AGREGAÇÃO DE TERRA E A OCUPAÇÃO DA FAZENDA.....	104
5.2 AS NARRATIVAS DE RECONSTRUÇÃO DO MASSACRE.....	107
5.3 O SOFRIMENTO QUE CONTINUA APÓS O MASSACRE.....	116
5.4 O RETORNO AO ACAMPAMENTO APÓS O MASSACRE – PROCESSOS DE RESISTÊNCIA, SUPERAÇÃO E RE-TRAUMATIZAÇÃO.....	117
6 MASSACRE DE FELISBURGO: A ANÁLISE DO TRAUMA PELOS AFETOS.....	121
6.1 ANÁLISE DOS AFETOS QUE COMPÕE O TRAUMA PSICOSSOCIAL NO MASSACRE DE FELISBURGO.....	122
6.2 A TRISTEZA COMO SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO.....	124
6.3 MEDO E DESESPERO FRENTE AO TERROR.....	127
6.4 CULPABILIZAÇÃO E (AUTO) CULPABILIZAÇÃO DAS VÍTIMAS.....	129
6.5 O CORPO NO TRAUMA.....	132
6.6 O ESTADO E O TRAUMA: INDIGNAÇÃO E HUMILHAÇÃO DIANTE DA FALTA DE SOCORRO E IMPUNIDADE.....	135
6.7 IMPUNIDADE E RE-TRAUMATIZAÇÃO: MEDO EM RELAÇÃO AOS CAPANGAS QUE CONTINUAM SOLTOS.....	137
6.8 PROCESSOS DE RESISTÊNCIA: OCUPAÇÃO DE TERRA E LUTA POR TRABALHO.....	138
6.8.1 O trabalho como dimensão da superação e resistência ao trauma.....	141
6.8.2 Honrar os trabalhadores mortos.....	142
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	144
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	149

*A tristeza é senhora
Desde que o samba é samba é assim
A lágrima clara sobre a pele escura
À noite, a chuva que cai lá fora
Solidão apavora
Tudo demorando em ser tão ruim
Mas alguma coisa acontece
No quando agora em mim
Cantando eu mando a tristeza embora*

(...)

*O samba ainda vai nascer
O samba ainda não chegou

O samba não vai morrer
Veja o dia ainda não raiou

O samba é o pai do prazer
O samba é o filho da dor

O grande poder transformador”*

(Trechos de “Desde Que o Samba é Samba”, de Caetano Veloso)

TOMBARAM CINCO SEM TERRA, MAS NÓS SEGUIMOS EM FRENTE!

1

A HISTÓRIA SE REPETE
COM TAMANHA INSISTÊNCIA,
CHACINA E VIOLÊNCIA
À JUSTIÇA JULGAR COMPETE.
O MANDANTE QUE A COMETE
FRIA E COVARDEMENTE,
UM TIPO QUE NÃO É GENTE
MAIS PARECE A BESTA-FERA.
TOMBARAM CINCO SEM TERRA,
MAS NÓS SEGUIMOS EM FRENTE!

2

A MANHÃ CORRÍA MANSA
CALMA E ENSOLARADA,
UNS TRATANDO A BICHARADA,
O ALARIDO DAS CRIANÇAS.
VOZES NA VIZINHANÇA
NUM SÁBADO DE SOL QUENTE,
QUANDO NÃO MAIS QUE DEREPELENTE
O TIRO QUE NINGUÉM ESPERA.
TOMBARAM CINCO SEM TERRA,
MAS NÓS SEGUIMOS EM FRENTE!

3

ERAM MUITOS PISTOLEIROS
INCLUINDO O MANDANTE,
SEM DÓ SEGUIRAM ADIANTE
ATIRANDO POR INTEIRO.
A MORTE ESPALHOU O SEU CHEIRO
A DITA CUJA É INCLEMENTE,
VIDA E MORTE SÃO INDIFERENTES
ANTE A ESTUPIDEZ QUE IMPERA.
TOMBARAM CINCO SEM TERRA,
MAS NÓS SEGUIMOS EM FRENTE!

4

LÁ SE FORAM IRAGUIAR
MIGUEL, FRANCISCO, JOAQUIM,
JUVENAL TEVE O MESMO FIM,
ONDE TUDO ISSO VAI PARAR?
QUEM MATOU E MANDOU MATAR
VAI FICAR IMPUNEMENTE,
OU DESTA VEZ VAI SER DIFERENTE?
POIS NINGUÉM MAIS TOLERA.
TOMBARAM CINCO SEM TERRA,
MAS NÓS SEGUIMOS EM FRENTE!

DEPOIS DOS CORPOS CAÍDOS
ENTRE BALAÇO E AÇOITE,
O ACAMPAMENTO VIROU NOITE
O RUBRO NA TERRA FOI TINGIDO.
O PAVOR DE ROSTOS SOFRIDOS
NA LONA PRETA O LUTO PRESENTE,
COM HOMENS E MULHERES VALENTES
ERGUENDO UM GRITO DE GUERRA:
TOMBARAM CINCO SEM TERRA,
MAS NÓS SEGUIMOS EM FRENTE!

*Poema de Pedro Munhoz , escrito em 27 de novembro de 2004,
Em Memória aos companheiros Iraguiar, Miguel, Francisco, Joaquim e Juvenal,
assassinados no Acampamento Terra Prometida, na manhã de sábado, 20/11/2004, em
Felisburgo (MG), Brasil.*

INTRODUÇÃO

1.1 UM BREVE RELATO SOBRE MINHA TRAJETÓRIA COM O MST

Minha história com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) teve início a partir de um Estágio de Vivências realizado por meio do Diretório Central de Estudantes (DCE) da UFMG, no ano de 2000. Nessa época, visitamos o assentamento 1º de Junho, localizado no município de Tumiritinga, no Vale do Rio Doce, em Minas Gerais. O DCE mantinha afinidades com os movimentos sociais e especificamente com o MST - esse foi um facilitador do nosso contato e da nossa entrada no assentamento. Além disso, eu já participava, durante a Graduação, de dois projetos de pesquisa e extensão em comunidades rurais.

Essas experiências foram fundamentais para eu perceber a importância de uma temática tão excluída pela Psicologia e a possibilidade de expandir esse conhecimento. O mestrado estimulou a busca de referencial teórico para subsidiar tais práticas em Psicologia Social. Além de realizar pesquisas documentais por meio do CEDEFES¹ e dos arquivos do MST sobre a história da luta pela terra no estado de Minas Gerais, levantei e analisei a história de vida de duas trabalhadoras rurais assentadas, a fim de compreender o processo de formação da consciência de classe e que resultou na minha dissertação de mestrado intitulada: *Trabalho e Consciência de Classe: A História de Dona Antônia e de Dona Maria na Luta Pela Terra* (CAMPOS, 2004). A orientação teórica foi baseada nos fundamentos do materialismo histórico dialético a partir do estudo de Lukács, Leontiev e Politzer.

Nessa pesquisa, adotei uma postura de diálogo e convivência com os sem terra, e estabeleci uma relação de troca de saberes segundo os ensinamentos de Paulo Freire (1967; 1975; 1980) e Carlos Rodrigues Brandão (1987; 1995). Realizei uma pesquisa de campo participativa, que levou em conta a experiência de alguns trabalhadores do

¹ Localizado em Belo Horizonte (MG), o CEDEFES tem como objetivo documentar, arquivar, pesquisar e publicar temas do interesse do povo e dos movimentos sociais, com foco nas questões da terra e dos povos do campo: trabalhadores rurais, povos indígenas, quilombolas, etc., especialmente em Minas Gerais. O nome escolhido para o Centro de Documentação, fundado em 1985, é uma homenagem a Eloy Ferreira da Silva, mais um trabalhador rural e sindicalista, assassinado em dezembro de 1984, no Vale do São Francisco (MG). In: <<http://www.cedefes.org.br>>. Acesso em 01 de janeiro de 2015.

assentamento 1º de Junho, participando do cotidiano da agrovila. Além disso, participei de diferentes manifestações, encontros e formações do MST. Em síntese, dei meus primeiros passos teóricos na análise de um problema social na perspectiva da Psicologia Social, que busca superar a dicotomia individual/social.

A reconstrução das histórias de vida de participantes excedentes da 1ª ocupação de terras organizada pelo MST no estado possibilitou-me compreender o significado de ser sem terra para essas mulheres. Por trás do intenso sofrimento relatado por elas, foi possível analisar três categorias: cotidiano, memória coletiva e consciência de classe. Neste trabalho destacamos: a importância da mulher na luta pela terra; a interferência da maternidade na vida dessas mulheres; e as transformações da consciência de classe a partir da ocupação de terra.

Com base nessa pesquisa, duas lições ficaram marcadas, uma teórica e outra metodológica: a certeza de que a possibilidade de desenvolvê-la se deu, principalmente, pelo relacionamento que estabelecemos com os sem terra; e a importância da relação teórica estabelecida entre os conceitos de memória coletiva e de consciência de classe, em continuidade às pesquisas, entre outras, de Ecléa Bosi (1987) e Moema Viezzer (1978), reforçando a impressão ou o desejo de que a Psicologia pode colaborar com questões sociais coletivas. Os afetos ainda não faziam parte das categorias, apesar de o intenso sofrimento presente nas histórias de vida relatadas.

1.2 A DEMANDA POR UMA INTERVENÇÃO NO ACAMPAMENTO TERRA PROMETIDA APÓS O MASSACRE

No ano de 2006, como professora de Psicologia, procurei a direção estadual do MST/MG para propor projetos envolvendo estudantes de Psicologia em acampamentos e assentamentos da Região Metropolitana. Porém, a direção do Movimento apresentou uma demanda considerada mais urgente e fundamental: atuar no acampamento Terra Prometida, onde havia ocorrido um acontecimento dramático e politicamente estarrecedor, que ficou conhecido como o ‘Massacre de Felisburgo’. Foi aí que se iniciou a presente Tese.

Naquele encontro me foi relatada a situação dos trabalhadores que sofreram com o Massacre, e que envolvia adoecimentos físicos e mentais, desmaios, insônia, pesadelos e sentimentos tristes, principalmente o medo, tendo em vista que as ameaças contra eles não tinham cessado. Havia uma preocupação muito grande com a comunidade, com os parentes dos trabalhadores assassinados, especialmente com as mulheres e órfãos, assim como uma expectativa de que a Psicologia poderia contribuir tanto em relação ao sofrimento quanto no fortalecimento da comunidade.

Na manhã de 20 de novembro de 2004, 18 pistoleiros fortemente armados invadiram o acampamento rural Terra Prometida, localizado na cidade de Felisburgo, no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais (MG), assassinaram cinco pessoas e feriram gravemente 13, entre elas um menino de apenas 12 anos de idade. A mando do fazendeiro Adriano Chafik (réu confesso), que já esteve preso e logo depois foi libertado, os capangas ainda ameaçaram de morte toda a comunidade, atearam fogo nos barracos das famílias, destruíram a escola e soltaram porcos sobre os mortos.

A área estava ocupada por cerca de 100 famílias há mais de dois anos e meio. Parte dela reconhecida como área devoluta e de grilagem. Em 07 de outubro de 2004, o Tribunal de Justiça do Estado, em Belo Horizonte, sentenciou que parte da área, 568 hectares, era considerada terra “devoluta” e suspendeu o processo de reintegração de posse iniciado pelo fazendeiro Adriano Chafik . Em 19 de agosto de 2009, toda a área foi desapropriada para fins de reforma agrária, a partir de Decreto do Governo Federal – o que ocorreu, segundo Frei Gilvander Moreira (2010), não por causa do massacre, mas por crime ambiental. No entanto, a desapropriação foi suspensa pelo Poder Judiciário.

Das 15 pessoas denunciadas pelo Ministério Público, dez permanecem foragidas. O suposto proprietário da fazenda ocupada pelos sem terra, Adriano Chafik e seu capanga Washington Agostinho da Silva foram condenados em 2013, mas aguardam o julgamento em liberdade, por meio de liminar do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que lhes garantiu o direito de recorrer da decisão. Chafik foi condenado a 115 anos de prisão e Silva a 97 anos e seis meses. O outro acusado, Admilson Rodrigues Lima, morreu antes de ser levado a julgamento.

Diante desse cenário e da explicitação da demanda, pude perceber a importância do trabalho do psicólogo social e aceite o desafio, pois minha trajetória profissional sempre foi marcada por um compromisso ético-político com as classes trabalhadoras, marginalizadas, exploradas e violentadas que compõem grande parte deste Brasil, mantendo, portanto, uma preocupação com as questões sociais mais urgentes do povo

brasileiro, a partir de uma perspectiva sócio-histórica, tal como defendia Sílvia Lane: "[...] o fundamental neste momento é a Psicologia rever sua prática, pois teoria e prática têm que vir juntas. Não se pode dividir a Psicologia Social em ciência aplicada e pura" (SAWAIA, 2002, In: BOCK, 2007) ². Dessa forma:

A partir do materialismo histórico e dialético, Lane produziu, então, uma nova psicologia social, cujo objeto, em vez de "relações interpessoais e influências sociais", como propunha a psicologia social tradicional, seria o homem como ser histórico, a dialética entre indivíduo e sociedade, o movimento de transformação da realidade. O objetivo era compreender o indivíduo em relação dialética com a sociedade; a constituição histórica e social do indivíduo e os elementos que explicam os processos de consciência e alienação; e as possibilidades de ação do indivíduo frente às determinações sociais (BOCK, 2007). ³

Utilizamos aqui a lógica dialética a partir da teoria psicológica de Vigotski. Baseado nas obras de Marx e Engels, o autor buscou elaborar um método que rompesse com os dualismos existentes na ciência psicológica, tais como: humanidade/natureza, sujeito/sociedade, mente/corpo, a fim de compreender a formação, o desenvolvimento e as transformações das funções psicológicas superiores. Ele enfatizou que ao longo de sua história o homem também "afeta a natureza, transformando-a, criando para si novas condições naturais de existência" (ENGELS, In: VIGOTSKI, 2007, p. 167). "Essa abordagem requer a compreensão do papel ativo da história no desenvolvimento psicológico humano". (JOHN-STEINER e SOUBERMAN, In: VIGOTSKI, 2007, p.167). Assim, "generaliza sua concepção sobre a origem das funções psicológicas superiores de tal forma que revela a íntima relação entre a sua natureza fundamentalmente mediada e a concepção materialista dialética de mudança histórica". (COLE e SCRIBNER, XXVI: In VIGOTSKI, 2007). Nas palavras de Engels, dialética significa:

"A grande idéia básica de que o mundo não deve ser visto como um complexo de objetos completamente acabados, mas sim como um complexo de processos, no qual objetos aparentemente estáveis, nada menos do que suas imagens em nossas cabeças (nossos conceitos), estão em incessante

² SAWAIA, B. (2002). Sílvia Lane: Vol. 8. **Coleção Pioneiros da Psicologia Brasileira**. Rio de Janeiro, RJ: Imago.

³In: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822007000500018&script=sci_arttext Acesso em: 15 de janeiro de 2015.

processo de transformação...

Aos olhos da filosofia dialética, nada é estabelecido por todos os tempos, nada é absoluto ou sagrado. Vê-se em tudo a marca do declínio inevitável; nada resiste exceto o contínuo processo de formação e destruição, a ascensão interminável do inferior para o superior - um processo do qual a filosofia não passa de uma simples reflexão no cérebro pensante”. (ENGELS, In: VIGOTSKI, p. 147)⁴

Nesse sentido, podemos nos remeter a Brandão (1987) e a Freire (1967; 1975; 1980), ambos ensinam que a pesquisa é um momento de interação verdadeira entre pesquisador-pesquisado, um momento de troca de saberes. Se a pesquisa tem por intenção recuperar a voz dos sujeitos históricos, das classes sociais, ela só pode fazer isso por meio de um diálogo autêntico. “Conviver com o outro no seu mundo; aprender a sua língua; viver sua vida; pensar com sua lógica; sentir com ele” (BRANDÃO, 1987, p. 11).

Esses questionamentos, que orientaram nossa prática de pesquisa e que permitiram uma coleta de dados diferenciada, fazem parte de uma postura participante, reconhecida por diversos estudiosos. Nas palavras de Brandão (1987):

É necessário que o cientista e sua ciência sejam, primeiro, um momento de compromisso e participação com o trabalho histórico e os projetos de luta do *outro*, a quem, mais do que conhecer para explicar, a pesquisa pretende compreender para servir (BRANDÃO, 1987, p. 12).

Deste modo, iniciamos um projeto de intervenção psicossocial no acampamento Terra Prometida, partindo da experiência de pesquisa participante do Mestrado, da Psicologia Sócio-histórica e da Psicologia da Libertação. Nesse percurso, deparei-me com a escassez de estudos e conceitos da Psicologia para trabalhar com o sofrimento coletivo provocado por massacres. A Psicologia, como ciência voltada para o urbano, apresentava escassa produção em relação aos conflitos no campo, assim como em relação aos massacres coletivos, embora a violência no campo esteja entre os problemas que mais se destacam como representantes da questão social no País.

No Brasil, a luta pela terra é um das formas atuais de particularização da luta de classes. Faz parte de nossa história e sempre foi acompanhada de muita violência, repressão, na forma de expulsões, massacres, torturas e assassinatos contra lideranças, militantes, trabalhadores rurais, povos do campo e povos originários e tradicionais. As

⁴ENGELS, F. **Dialectics of natura**. Nova Iorque: International Publishers. 1940.

pesquisas realizadas pela Comissão Pastoral da Terra, desde 1985 até o presente momento, bem como os relatórios anuais produzidos pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos desde o ano de 2000, demonstram com clareza esta realidade que estamos apontando (CPT; MORISSAWA, 2001; REDE, 2000-2014).

Consideramos que essa realidade implica, necessariamente, sofrimento ético-político (SAWAIA, 2006b; 2011) por estar diretamente relacionada à reprodução da desigualdade social, da exploração do trabalho, de mecanismo de servidão e escravidão. A remoção da população faz parte desse quadro. Portanto, hoje, no Brasil, uma das facetas da luta de classes tem a forma de remoção de povos para a construção de barragens, portos, estradas e para a produção do agronegócio. Nesses acontecimentos, o Estado mostra sua face perversa e violenta e, junto com empreiteiras, madeireiras, latifundiários, monocultores, etc., é conivente com a violência em massa e o consequente esvaziamento dos territórios nacionais, oferecendo liberdade para que corporações nacionais e internacionais expropiem riquezas milenares e patrimônios ambientais que deveriam ser considerados “sagrados”, visto que não são renováveis. Essa é a lógica que o geógrafo Milton Santos denomina como “globalitarismo” - o que significa a implantação de uma política internacional neoliberal que favorece a livre circulação dos produtos, ao mesmo tempo em que impede a livre circulação das pessoas. A valorização de um mercado global para produzir riquezas para uma minoria populacional, negando o acesso às maiorias, tanto de produzirem por meio de suas próprias formas quanto de circularem livremente entre os países colonizadores (TENDLER, 2006).

Em uma entrevista recente, bastante provocativa, Eduardo Viveiros de Castro (2014), antropólogo, professor do Museu Nacional no Rio de Janeiro, afirma: “A escravidão venceu no Brasil, ela nunca foi abolida”. Tomo a liberdade de citar trechos importantes desta entrevista que corroboram a crítica que nos propomos a fazer. Segundo ele:

[...] o Brasil está perdendo a oportunidade de se constituir como um novo modelo de civilização propriamente tropical, com uma nova relação entre as raças, que fosse efetivamente multinacional. Um País que se constituiu em cima do genocídio indígena, da escravidão, da monocultura. Que continua fazendo o que fez desde que foi criado, exportando produtos agrícolas. Que continua a alimentar os países industrializados. Primeiro a Europa, depois os Estados Unidos, agora a China. Continua sendo o celeiro do capitalismo (CASTRO, 2014).

O Brasil destruiu mais de metade da sua cobertura vegetal, a Mata Atlântica, que era igual à Amazônia do ponto de vista ambiental, para plantar cana e café durante a colonização. E ficamos mais ricos? Agora estão devastando a Amazônia para produzir soja e gado. Estamos ficando mais ricos? Os pobres estão melhores porque está caindo mais migalha da mesa dos ricos, não porque vieram sentar à mesa (IBDEM, 2014).

A Psicologia Social se propõe a responder aos problemas nacionais, afirma Lane. Dessa forma, não devemos desconsiderar as questões sociais ligadas ao campo e à luta pela terra, especialmente as que promovem violência e repressão em massa, como massacres e remoções, que demonstram a ação violenta do Estado mantendo a desigualdade social, pela atuação geradora de trauma psicossocial⁵, equivalente às situações de guerra. A população, alvo dessas ações, passa por sofrimento traumático que muda suas vidas, quando não as mata.

Além disso, o compromisso social relacionado às questões da terra e dos povos do campo está na agenda atual dos Conselhos de Psicologia (CFP e CRP's), conforme confirma a passagem abaixo:

Precisamos abrir essas portas e janelas da Psicologia, dos movimentos sociais, dos assentamentos, dos lugares da vida onde populações estão localizadas, para que a Psicologia possa, efetivamente, contribuir com elas, e sabemos que essas populações estão colocadas, muitas vezes, em situações de grande vulnerabilidade [...] à margem das políticas públicas [...] (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2006, p. 12).

Diante desse quadro alarmante, levantamos as seguintes questões: como a Psicologia Social pode trabalhar em contextos de massacres ocorridos contra o povo? O que ela pode oferecer além da terapia individual? Fiquei impactada, imaginando o que o psicólogo social pode fazer. Só lhe resta minimizar o sofrimento, ajudar as pessoas a encontrarem força interior para superar o sofrimento? Função importante, mas não suficiente. À psicologia cabe impedir o reavivamento de tragédias do passado e impedir

⁵Martín-Baró (1988) utiliza o termo 'trauma psicossocial' para tratar das afecções da guerra prolongada na vida da população em El Salvador. Ele sugere o termo para enfatizar o caráter essencialmente dialético dessa ferida que depende da experiência particular do indivíduo, da sua participação específica nesse acontecimento e de seu pertencimento a um grupo ou classe social. Para ele, ao falar de trauma psicossocial devem ser considerados dois aspectos: "(a) a ferida que afeta as pessoas tem sido produzida socialmente, isto é, suas raízes não se encontram no indivíduo, mas na própria sociedade, e (b) a sua natureza é alimentada e mantida na relação entre o indivíduo e a sociedade, por meio de diversas mediações institucionais, grupais e inclusive individuais. O que tem consequências óbvias e importantes na hora de determinar o que se deve fazer para superar estes traumas". (MARTÍN-BARÓ, 2000, p. 78). (tradução da autora)

que as pessoas sucumbam aos sofrimentos presentes, perdendo o sentimento cooperativo, do comum e a autonomia necessária para manterem-se na luta. Entendemos que a Psicologia Social Sócio-histórica pode colaborar, atuando no sofrimento, sob o ponto de vista ético-político que se volta à superação da passividade gerada pelo trauma, visando produzir forças coletivas de resistência e transformação social.

A partir desse contexto, surgem inúmeras questões: como ficam os povos que passam por esse tipo de sofrimento? Em curto, médio e longo prazos, e nas diferentes idades, ficam paralisados pelo medo, entrando na escuridão definitiva da alienação e impotência? Como evitar que o trauma as relegue à condição de servidão e que o medo quebre o sentimento de comum? Como responder ao sofrimento insuportável produzido coletivamente e ativamente sem cair em reatividade ou re-ação⁶? O que significa substituir uma emoção por outra, o medo, por exemplo, pelo ódio? O tempo apaga o trauma? O que o perpetua do ponto de vista da Psicologia Social? Qual o papel da Psicologia Social? Não é nossa intenção responder a todas essas perguntas, pois consideramo-las questões cruciais para toda nossa ciência. Porém, a partir desta Tese damos continuidade a este movimento na Psicologia Social.

Na busca do que fazer, cheguei às reflexões elaboradas por Martín-Baró sobre trauma psicossocial e sua proposta de resgate da memória histórica⁷. Assim, comecei o trabalho de reconstrução da memória coletiva e produção de uma memória histórica, a

⁶Para dar subsídios à compreensão da Tese, expomos aqui a diferença entre re-ação (reatividade) e resistência: Espinosa nos ajuda a entender o alerta de Lukacs. Re-agir é estar na heteronomia, guiado pelos interesses de outro e aprisionado a um único foco, já afirmava o filósofo no século XVI, preocupado em demonstrar que a re-atividade está na rede de paixões tristes, sendo mantida e mantendo o ódio, o ressentimento - e, o que é mais grave, na ilusão de estar defendendo ações emancipadoras [...] Espinosa não emprega a palavra *resistere* por julgá-la estática, passiva... prefere *repelere* [...] Na Ética, a resistência aparece como esforço para conservar a liberdade, como uma resistência ativa que é um sim à vida. quando forças externas bloqueiam esse desejo de expansão, o sofrimento gerado é ético-político. (SAWAIA, 2014, p. 9- 10)

⁷Aqui é importante ressaltar que utilizamos o termo memória coletiva, conceito cunhado por Halbwachs (In: SCHIMIDT e MAHFOUD, 1993), e, posteriormente, no Brasil, retomado na pesquisa de Bosi (1987-2004). Compreendemos que produzir Memória Histórica, tal como propõe Baró (200) e Gaborit (2009), é um passo além da reconstrução da memória coletiva, pois implica, para além da descrição e análise dos dados, uma intervenção provocativa de desenvolvimento. Pois, provoca o debate entre os sujeitos da pesquisa, retoma elementos fundamentais na história da luta da classe trabalhadora, no sentido de fortalecê-los. Em outros momentos utilizamos o termo memória vivida e memória sócio-afetiva, como dimensões constitutivas da produção da Memória Histórica, pois a narrativa construída coletivamente possibilita a expressão dos afetos, tal como trataremos durante esta Tese. Consideramos ser este um instrumento potencializador nas Intervenções Psicossociais. Para o MST, a recuperação da memória é um recurso poderoso do processo de legitimidade da luta pela terra. Essa discussão será retomada no quinto capítulo.

partir da prática de recolhimento de narrativas sobre o massacre, sua devolução sob a forma de categorias e produções de debates.

Portanto, a presente Tese pretende colaborar com os esforços recentes da Psicologia em buscar conhecimentos para subsidiar ações e teorias relacionadas ao contexto de violência extrema que envolve as questões da terra e dos povos do campo. Compreendendo, assim, que nossa produção reafirma a responsabilidade de assumirmos um compromisso social para a Psicologia a fim de enfrentar a desigualdade e a exploração social, respondendo aos apelos de autores tais como Silvia Lane (1986) e Martín-Baró (2000).

Seu objetivo é aproveitar a nossa inserção no campo para refletir sobre bases conceituais e práticas de intervenção em situações de massacre, tendo como ponto de partida a noção de trauma psicossocial de Martín-Baró e de memória história como uma de suas dimensões fundamentais. Pretende-se ampliar o escopo dessas categorias à luz do conceito de sofrimento e afeto desenvolvido por meu núcleo de pesquisa, NEXIN, com base em Espinosa e Vigotski. Entendemos que afeto e consciência se configuram dialeticamente. A atividade, a consciência política e a razão pressupõem afetos ativos (alegres). A emoção é uma dimensão constituinte do trauma psicossocial e da memória e, portanto, da compreensão e intervenção psicossocial. Trauma e memória se unem na experiência. Ambas são experiências emocionais, uma do presente e outra do passado, a presentificação do passado.

A noção de trauma psicossocial aponta possibilidades teóricas e de intervenção psicossocial frente a situações sociais de extrema violência. Introduzimos a noção de sofrimento ético-político para indicar que a ação que pretendemos refletir não está voltada à minimização do sofrimento individual, ou melhor, a adaptação à situação, mas evitar a servidão e alienação impostas pelo sofrimento, medo, culpa, etc., enfim por um conjunto de afetos passivos (tristes) que produzem o esfacelamento do coletivo, o agir em prol da potência do comum. O trauma psicossocial é utilizado para lembrar que é uma ação social que representa a dialética singular/particular/universal e que só pode ser superado coletivamente. Ação política vivida emocionalmente como tragédia, emoções singulares e coletivas, sendo a que interessa à psicologia social: o comum.

Dessa forma, os objetivos ficaram assim delineados:

- 1) aprofundar o conhecimento sobre situações traumáticas vividas no campo por trabalhadores rurais, consequência da luta pela terra no Brasil, correlacionando-o ao

conceito de violência extrema, para assim pensar formas de intervenção psicossociais no contexto dos conflitos de terra no Brasil;

2) aprofundar o referencial teórico e metodológico para refinar o conceito de trauma psicossocial e de seu método central – memória histórica, para que outros psicólogos possam atuar frente ao terrorismo de Estado – que em nosso estudo toma a forma específica de estratégias violentas de desmobilização da luta pela terra.

Buscamos alcançar esses objetivos à luz da pesquisa participante, realizada por solicitação do MST e demandada pelos trabalhadores rurais que sofreram o massacre e com base na teoria dos afetos políticos, desenvolvida por meu núcleo de pesquisa, o NEXIN. Para tanto, os capítulos deste trabalho foram divididos da seguinte maneira:

O primeiro capítulo, que consiste nesta introdução, apresenta um breve histórico da minha trajetória de pesquisa com o MST, as indagações geradas a partir do ponto de vista da Psicologia Social; um breve histórico do Massacre de Felisburgo e do processo traumático gerado nos trabalhadores sem terra. Em sequência produzimos uma breve apresentação da Tese, expondo a demanda apresentada e as indagações iniciais sobre o papel da psicologia frente ao trauma psicossocial.

O segundo capítulo apresenta uma reflexão sobre o contexto da luta pela terra no Brasil, a partir da questão agrária que implica na concentração de terras, exploração e expropriação de trabalhadores do campo. Esse processo histórico, que data do início da colonização brasileira até o momento atual é marcado pela prática da violência extrema. Disso decorrem processos subjetivos fundamentais para refletir sobre a práxis da Psicologia.

O terceiro capítulo, teórico, apresenta o conceito de trauma psicossocial cunhado por Martín-Baró e autores latino-americanos – preocupados com os impactos que as ditaduras, os massacres e as torturas produzem nos sujeitos e na sociedade. Essa perspectiva é ampliada à luz da teoria dos afetos políticos a partir dos pensamentos de Vigotski e Espinosa.

O quarto capítulo trata da metodologia utilizada na pesquisa considerada como uma práxis interventiva. Relatamos nossa participação na construção de uma Psicologia voltada pela a questão da terra e dos povos do campo. Utilizamos os pressupostos da pesquisa participante, da psicologia da libertação e da psicologia sócio-histórica. Apresentamos um relato das intervenções e uma breve avaliação dos sujeitos participantes.

O quinto capítulo apresenta a narrativa da experiência socioafetiva do Massacre de Felisburgo, através da memória coletiva dos trabalhadores sem terra. Essa reconstrução, cujo foco ultrapassa a descrição dos dados, e provoca a reflexão e o debate entre os sujeitos possibilita a produção da Memória Histórica do Massacre. Aqui já se aponta o intenso sofrimento dos sem terra, os processos de resistência, superação e re-traumatização.

O sexto capítulo, analítico, busca demonstrar quais são os afetos tristes que compõe o trauma psicossocial no Massacre de Felisburgo. Além disso, apresenta uma reflexão sobre os processos de traumatização, re-traumatização produzidos pela impunidade, falta de justiça social e banalização da violência. Os dados analisados apontam para a dialética corpo/mente e sujeito/sociedade, tanto na formação, quanto na superação do trauma. O trabalho, conquistado a partir da luta pela terra, aparece como principal categoria de resistência e superação do trauma.

O último capítulo apresenta as considerações finais da Tese e aponta para a importância da práxis psicológica no contexto da violência extrema contra trabalhadores sem terra. Apresenta questionamentos e direciona a Psicologia para novos referenciais de atuação.

Nesse sentido, a Tese que será explicitada no decorrer deste trabalho defende a centralidade dos afetos no trauma e na memória e, portanto, na intervenção, buscando compreender como os afetos compõem o trauma psicossocial e as consequências dessa produção subjetiva nas formas de sustentação da passividade e da quebra do comum, na interferência da consciência e ação política em direção à resistência ou à passividade, defendendo a ideia de que os afetos que fortalecem o comum são mais úteis para a superação do trauma psicossocial.

Essa perspectiva analítica que concebe o fenômeno psíquico como sócio-político compreende que a ação de superação do trauma é interdisciplinar e não se esgota no interior da comunidade ou no sujeito. O afeto, conforme será apresentado à frente, é o sinalizador e motivador da ação política e tem sua gênese no social. Assim, é possível destacar que o processo de permanência do trauma não ocorre apenas no plano da subjetividade, da memória, do inconsciente, mas é alimentado socialmente. Não se trata, apenas, de adquirir consciência das suas raízes históricas, mas de considerar que consciência e memória são afetos, bem como de compreender os fatores sociais de re-traumatização, tendo em vista que em nossa sociedade atual o trauma é alimentado subjetiva, intersubjetiva e socialmente.

Portanto, cabe à Psicologia trabalhar o trauma não somente no plano individual, mas como experiência coletiva, social e política. Desta forma, consideramos que sua inserção deva se dar nas esferas micro-meso-macro sociais. Para nós, a Psicologia deve buscar ações, em conjunto com os movimentos sociais emancipatórios, no sentido de impedir a manutenção dessas formas de violência, contribuindo com processos mais amplos de resistência e transformação social.

2 VIOLÊNCIA EXTREMA E CONFLITOS DE TERRAS NO BRASIL E SUAS RELAÇÕES COM O MASSACRE DE FELISBURGO

“mutato nomine de te fabula narratur [mude os nomes e de ti a história fala].

Por ‘tráfico de escravos’ leia ‘mercado de trabalho’”.

Karl Marx.

2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRÁTICA DA VIOLÊNCIA EXTREMA NA FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO

Neste capítulo, apresentamos alguns pontos essenciais para o debate sobre a violência, a luta e os conflitos de terra no Brasil a partir do ponto de vista de alguns autores, pesquisadores, organizações e movimentos sociais, com os quais temos afinidades teóricas, políticas e/ou metodológicas, para mostrar a complexidade do fenômeno, além disso, dispomos do uso de material documental, incluindo reportagens e outros dados. Buscamos, a partir desses estudos, estabelecer uma relação entre os conflitos de terra no Brasil e sua relação com o Massacre de Felisburgo.

Muitas questões históricas, antropológicas, geográficas, econômicas, políticas e psicossociais devem ser consideradas importantes para que se compreenda o contexto mais amplo no qual se insere o Massacre de Felisburgo. Existe uma vasta produção teórico/prática, permeada por polêmicas e desacordos, conceituais e terminológicos. Para nós, retomar parte desse contexto reafirma tanto a dimensão ético-política proposta pelas pesquisas em Psicologia Sócio-Histórica e da Libertação, as duas principais fontes teóricas que fundamentam nosso trabalho, quanto oferece possibilidade de compreender os diferentes processos de subjetivação do povo brasileiro.

Consideramos que a violência praticada no campo⁸ está intrinsecamente relacionada à concentração da propriedade privada da terra e às formas utilizadas para sua manutenção e ampliação. Essa afirmação é respaldada por pesquisadores especialistas no assunto (OLIVEIRA, 2009; CARVALHO FILHO, 2009; TAVARES DOS SANTOS, 2000) e por entidades representativas dos trabalhadores rurais (CPT; MST). De acordo com Antônio Canuto, secretário da Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT):

A violência no campo é estrutural. Está intimamente ligada à concentração da terra. E a reforma agrária, que seria um instrumento eficaz para democratizar o acesso à propriedade não é, de forma alguma, prioridade do atual governo. Pelas atitudes tomadas, a reforma agrária é considerada como algo do passado e que não se inscreve mais na pauta nacional. Isto explica a existência de centenas de acampamentos à beira das estradas com as famílias vivendo debaixo de lonas pretas. A simples existência destes acampamentos nas condições em que as famílias ficam alojadas é, por si só, uma grande violência e um desrespeito aos direitos fundamentais da pessoa humana (CANUTO, 2007, p.31-32).

A violência no campo deve ser compreendida, portanto, numa perspectiva sócio-histórica. Trata-se de um processo que vem sendo construído desde o início da colonização do território nacional e que deixa marcas no modo de ser, agir e sentir, no modo de compreender a vida, na formação da consciência e na produção da memória coletiva do povo brasileiro. A esse modo brutal, no qual se constituiu o povo brasileiro, Ribeiro (1995) aponta:

A mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista. Ela é que incandesce, ainda hoje, em tanta autoridade brasileira predisposta a torturar, seviciar e machucar os pobres que lhes caem às mãos. Ela, porém, provocando crescente indignação nos dará forças, amanhã, para conter os possessos e criar aqui uma sociedade solidária. (RIBEIRO, 1995, 120)

Portanto, do ponto de vista da psicologia social é importante destacar os diferentes processos sócio-históricos que envolvem a luta pela terra e os conflitos de

⁸“Como analisa Girardi e Fernandes (2008), violência não é sinônimo de conflito. Conflito é uma ação criadora para a transformação da sociedade e a violência é uma reação ao conflito, caracterizada pela destruição física ou moral; é a desarticulação do conflito por meio do controle social. A violência tenta por fim ao conflito sem que haja resolução dos problemas e, por isso, barra o desenvolvimento. Ocupações de terra, acampamentos, defesa de interesses junto ao Parlamento e ao governo são formas de conflito. Assassinatos, ameaças de morte, expulsões da terra, despejos da terra e trabalho escravo são formas de violência”. In: GIRARDI, E. P. A violência no campo. **Atlas da questão agrária Brasileira**. Disponível em <<http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/violencia.htm>> Acesso em 15/01/2011.

terra no país, e que produziram guerras, massacres, chacinas, expulsões, remoções, assassinatos, prisões, torturas, perseguições e outras práticas de extrema violência que fizeram e fazem parte da história dos indígenas – povos originários, dos povos africanos escravizados e de imigrantes de outras partes do mundo, principalmente, europeus pobres que, com a abolição da escravidão, foram trazidos massivamente, como força de trabalho para as grandes propriedades rurais, sob a ideologia do ‘embranquecimento’ das raças.

Às vezes se diz que nossa característica essencial é a cordialidade, que faria de nós um povo por excelência gentil e pacífico. Será assim? A feia verdade é que conflitos de toda a ordem dilaceraram a história brasileira, étnicos, sociais, econômicos, religiosos, raciais etc. O mais assinalável é que nunca são conflitos puros. Cada um se pinta com as cores dos outros. (RIBEIRO, 1995, p.167)

O processo de formação do povo brasileiro, que se fez pelo entrelaçamento de seus contingentes índios, negros e brancos, foi, por conseguinte, altamente conflitivo. Pode-se afirmar, mesmo, que vivemos praticamente em estado de guerra latente, que, por vezes, e com frequência, se torna cruento, sangrento. (RIBEIRO, 1995, p.168)

Historicamente, podemos citar muitos conflitos de resistência indígena contra a colonização portuguesa, tais como: a Confederação de Tamoios (1556-1567); a Guerra dos Bárbaros (1682-1713), a Guerra dos Guaranis (1750-1756). Os povos envolvidos nesses conflitos foram massacrados, extintos, expulsos ou escravizados pelas tropas portuguesas. Em Minas Gerais, especificamente, a Confederação dos Endjerekmun foi das mais importantes, esses índios conhecidos como botocudos se destacaram como um dos povos mais resistentes e lutadores do estado. A perseguição contra eles foi oficialmente decretada por D. João VI. Quando chega ao Brasil com sua corte, demonstra enorme interesse em colonizar as terras habitadas por esses povos, pelo tesouro que essas guardavam. De acordo com documentos da época, os índios eram considerados: *“bárbaros, traiçoeiros, vingativos, antropófagos, sem alma, sanguinários, preguiçosos, bestiais, quase animais, não falam português, não são nem cristãos! E não se submetem aos brancos!”* (CEDEFES, 1987, P. 26). A tendência era o refúgio para outras terras. A rica região do Vale do Rio Doce, do Mucuri e Jequitinhonha foram os últimos refúgios desses povos em Minas Gerais.

De acordo com Ribeiro (1995), trata-se de uma verdadeira guerra de extermínio dos povos originários, para tomada dos seus territórios, a fim de implantar um novo tipo de economia e sociedade.

As forças que se defrontam nessas lutas não podiam ser mais cruamente desiguais. De um lado, sociedades tribais, estruturadas com base no parentesco e outras formas de sociabilidade, armadas de uma profunda identificação étnica, irmanadas por um modo de vida essencialmente solidário. Do lado oposto, uma estrutura estatal, fundada na conquista e dominação de um território, cujos habitantes, qualquer que seja a sua origem, compõem uma sociedade articulada em classes, vale dizer, antagonicamente opostas mas imperativamente unificadas para o cumprimento de metas econômicas socialmente irresponsáveis. A primeira das quais é a ocupação do território. Onde quer que um contingente etnicamente estranho procure, dentro desse território, manter seu próprio modo tradicional de vida, ou queira criar para si um gênero autônomo de existência, estala o conflito cruento. (RIBEIRO, 1995, p.169)

No decorrer dos últimos séculos, esses povos continuaram a ser violentados de diferentes formas no processo de exploração capitalista no Brasil, com vistas à expansão de territórios para a exploração da natureza, a produção de monocultura, a criação de latifúndios, a produção de rotas para transporte, cumprindo o papel histórico do Brasil no mundo capitalista: exportador de matérias primas primárias. Exemplo histórico ao qual estamos nos referindo foi o período da ditadura militar de 1964, através de fatos que vem se tornando públicos atualmente, tal é o caso da investigação da Comissão da Verdade que apura o extermínio de indígenas neste período. O título da reportagem já revela a dimensão do problema: “Comissão da Verdade apura mortes de índios que podem quintuplicar vítimas da ditadura”. Maria Rita Kehl, integrante da Comissão Nacional da Verdade, destacada para apurar os crimes contra povos indígenas e camponeses, afirma:

Os indígenas não estavam resistindo no sentido político, já que não sabiam exatamente o que era a ditadura. A resistência deles era, de certa maneira, ingênua, no sentido de preservar sua terra. Mas o tratamento dado a eles era violentíssimo [...] Os indígenas, assim como os camponeses, eram as vítimas da ditadura mais vulneráveis (In: BALZA, 2012).

O jornalista Edilson Martins, diretor do documentário em série "AmazôniaAdentro", também fala sobre isso:

Esse episódio produziu um novo paradigma no trato com as populações indígenas: pela primeira vez se registrou o uso oficial de armas, pelo Estado, contra essas culturas. Foi um fato inédito. Até então o extermínio dos índios tinha se dado pelas frentes agrícolas e pelos ciclos econômicos", afirmou o jornalista, que durante três décadas trabalhou como repórter na Amazônia. (In: BALZA, 2012).

E infelizmente, podemos dizer que até hoje a questão da demarcação de terras indígenas não foi resolvida, além das ameaças recentes de revisão de áreas demarcadas através da chamada PEC 215⁹, que está na pauta atual de enfrentamento dos movimentos sociais indígenas e quilombolas. Contra essa proposta, [defendida no último dia 05 de dezembro de 2015, pela ministra, recém-indicada, Kátia Abreu (PMDB-TO), ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento], o Cimi responde:

A Constituição Federal de 1988 garante o direito dos povos indígenas sobreviventes dos seculares massacres às terras tradicionalmente habitadas por eles, como garantia para a sua sobrevivência física e cultural. [...]

Não satisfeita [a ministra] em atacar, bem no início do “novo” governo Dilma, os povos indígenas, a representante do latifúndio tenta ainda pôr uma *pá de cal* sobre o inexistente processo de reforma agrária no Brasil e esgrime descaradamente a tese de que no Brasil não existiria mais latifúndio.¹⁰

Devemos incluir no debate a escravidão de povos africanos, trazidos como cativos, “numa referência à animalidade do trabalhador” (MARTINS, 2010, p. 11). Existia na África um sistema de captura, a venda era mais lucrativa para a coroa e para os traficantes, mesmo para os donatários, que tinham problemas com as revoltas indígenas e com a defesa dos jesuítas que vinham catequizando esses povos. Os negros chegavam de territórios longínquos, algemados e ameaçados. O tráfico negreiro com

⁹ A Proposta de Emenda da à Constituição (PEC) 215 pretende transferir do Poder Executivo para o Congresso Nacional a atribuição de oficializar Terras Indígenas, Unidades de Conservação e territórios quilombolas. O que para os movimentos indígenas e quilombolas significa uma afronta aos direitos constitucionais conquistados.

¹⁰ Cimi repudia declarações da ministra Kátia Abreu. Brasília, DF, 05 de janeiro de 2015. In: ABA protesta contra declarações da nova Ministra da Agricultura, publicada hoje na Folha de São Paulo. <http://click.uol.com.br/>.

suas formas brutais de captura, a intenção de aculturação dividindo tribos, a chegada através dos navios negreiros com a produção de inúmeras mortes, a utilização de instrumentos de tortura e o trabalho forçado para os senhores de terras. Mesmo diante desse contexto ameaçador, eles começaram a se organizar e fugir. Formaram os Quilombos, redutos em terras longínquas onde viviam coletivamente. Os quilombos se espalharam por todo o território. Na concepção de Ribeiro (1995):

Eram formações protobrasileiras, porque o quilombola era um negro já aculturado, sabendo sobreviver na natureza brasileira, e, também, porque lhe seria impossível reconstituir as formas de vida da África. Seu drama era a situação paradoxal de quem pode ganhar mil batalhas sem vencer a guerra, mas não pode perder nenhuma. Isso foi o que sucedeu com todos os quilombos, inclusive com o principal deles, Palmares, que resistiu por mais de um século, mas afinal caiu, arrasado, e teve o seu povo vendido, aos lotes, para o sul e para o Caribe (RIBEIRO, 1995, p.119-220).

O tráfico foi extinto por razões econômicas e políticas, envolvia lutas abolicionistas, interesses do Império Inglês e até mesmo a ideologia do embranquecimento das raças para o progresso da nação. Assim, juntam-se aos índios e negros, os brancos pobres vindos para substituir o trabalho escravo para um trabalho “livre”, no sentido que os liberais dão a isso. Junto à abolição da escravatura é aprovada a Lei de Terras de 1850, [...] “que instituiu um novo regime de propriedade em que a condição de proprietário” [...] dependia [...] “de pecúlio para a compra da terra”. (MARTINS, 2010, p. 9). Assim, aos negros libertos e imigrantes brancos pobres vindos da Europa não restava [...] “outra alternativa senão trabalhar em latifúndio alheio”. (MARTINS, 2010, p. 9). E, como afirmamos anteriormente, a perseguição aos indígenas e seus territórios nunca saiu da pauta dos dominadores, sendo uma realidade presente nos dias atuais.

Ao discutir sobre as peculiaridades do desenvolvimento capitalista no Brasil e suas relações com o uso da terra e reprodução do trabalho, José de Souza Martins (2010) adverte para o fato de que a transição aqui se deu de um modelo fundado no trabalho escravo para uma sociedade fundada no trabalho livre com a interiorização dos mecanismos de reprodução capitalista do capital no interior do trabalho de produção agrícola, ampliando o espaço econômico dessa reprodução e tornando o fazendeiro, antigo amansador de escravos, em empresário: administrador da riqueza e da mão de obra livre. Assim ele explica:

O país inventou a fórmula simples da coerção laboral do homem livre: “se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava”. O cativo da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje. Ele condenou nossa modernidade e a nossa entrada no mundo capitalista a uma modalidade de coerção do trabalho que nos assegurou um modelo de economia concentracionista. Nela se apoia a nossa lentidão histórica e a postergação da ascensão social dos condenados à servidão da espera, geratriz de uma sociedade conformista e despolitizada. Um permanente aquém em relação às imensas possibilidades que cria, tanto materiais quanto sociais e culturais (MARTINS, 2010, p. 10).

Aqui, a propriedade da terra se institucionalizou como propriedade territorial capitalista, presidiu o processo de instauração, difusão e consolidação do capitalismo entre nós, acasalou terra e capital, concentrou a repartição da mais-valia e avolumou a reprodução ampliada do capital. Foi o modo de acelerar a entrada do país no mundo moderno, o recurso compensatório da pilhagem colonial que nos condenara ao atraso, o modo de acumular mais depressa para mais depressa modernizar (MARTINS, 2010, p. 10).

Essas são as três matrizes étnicas, que trata Ribeiro (1995) em sua obra. Suas formas históricas de interação e suas complexidades ultrapassam a questão econômica, atingem os processos subjetivos e forma essa contraditória nação. Essa característica própria da formação brasileira incide diretamente nas questões relacionadas à terra e aos povos do campo, assim como na intensa imigração para os grandes centros urbanos: a população das favelas é oriunda dessa formação e da expulsão intensiva dos povos do campo. O fenômeno da urbanização crescente a partir da década de 50 e intensificado na década de 70, momento em que a população urbana supera pela primeira vez a rural, foi chamado de ‘modernização dolorosa’, justamente pela violência imposta aos trabalhadores expulsos do campo. No trecho abaixo, Ribeiro (1995) elucida bem essa questão:

O povo brasileiro pagou, historicamente, um preço terrivelmente alto em lutas das mais cruentas de que se tem registro na história, sem conseguir sair, através delas, da situação de dependência e opressão em que vive e pejeja. Nessas lutas, índios foram dizimados e negros foram chacinados aos milhões, sempre vencidos e integrados nos plantéis de escravos. O povo inteiro, de vastas regiões, às centenas de milhares, foi também sangrado em contra-revoluções sem conseguir jamais, senão episodicamente, conquistar o comando de seu destino para reorientar o curso da história. Ao contrário do que alega a historiografia oficial, nunca faltou aqui, até excedeu, o apelo à violência pela classe dominante

como arma fundamental da construção da história (RIBEIRO, 1995, p. 25-26).

O que faltou, sempre, foi espaço para movimentos sociais capazes de promover sua reversão. Faltou sempre, e falta ainda, clamorosamente, uma clara compreensão da história vivida, como necessária nas circunstâncias em que ocorreu, e um claro projeto alternativo de ordenação social, lucidamente formulado, que seja apoiado e adotado como seu pelas grandes maiorias. Não é impensável que a reordenação social se faça sem convulsão social, por via de um reformismo democrático. Mas ela é muitíssimo improvável neste país em que uns poucos milhares de grandes proprietários podem açambarcar a maior parte de seu território, compelindo milhões de trabalhadores a se urbanizarem para viver a vida famélica das favelas, por força da manutenção de umas velhas leis. Cada vez que um político nacionalista ou populista se encaminha para a revisão da institucionalidade, as classes dominantes apelam para a repressão e a força (RIBEIRO, 1995, p. 25-26).

De acordo com o exposto acima, podemos concluir que a formação do povo brasileiro se deu a partir de cenários de violência extrema, a ponto de podermos afirmar seu caráter transgeracional.¹¹ Essa mesma gravidade, precedida pelos períodos anteriores, ainda é reproduzida e repetida nos dias atuais, encarnadas nos corpos e mentes, nas instituições sociais, nos agentes e nos poderes do Estado. Essas práticas históricas de violência extrema ainda fazem parte do cotidiano de muita gente no Brasil, mas infelizmente, são banalizadas pela ideologia dominante, principalmente por meio da mídia. Um exemplo disso é a exploração da mão de obra escrava ainda reproduzida no Brasil, prática esta que deve ser denunciada e combatida, conforme demonstrado na pesquisa de Jesus (2005). Essas formas violentas atingem os trabalhadores sem terra, tal como aponta nossa pesquisa sobre o Massacre de Felisburgo.

¹¹ In: PEREIRA, J. M. M e ALENTEJANO, P. Terra, poder e lutas sociais no campo brasileiro: do golpe à apoteose do agronegócio (1964-2014). Tempos Históricos [online]. 2014, vol.18, p. 73 – 111.

2.2 DOIS MOMENTOS MARCANTES NA HISTÓRIA DA CONCENTRAÇÃO DE TERRAS NO BRASIL: A LEI DE 1850 E O GOLPE MILITAR DE 1964

Não há ameaça mais séria à democracia do que desconhecer os direitos do povo; não há ameaça mais séria à democracia do que tentar estrangular a voz do povo e de seus legítimos líderes, fazendo calar as suas mais sentidas reivindicações. Estaríamos, sim, ameaçando o regime se nos mostrássemos surdos aos reclamos da Nação, que de norte a sul, de leste a oeste, levanta o seu grande clamor pelas reformas de estrutura, sobretudo pela reforma agrária, que será como complemento da abolição do cativo para dezenas de milhões de brasileiros que vegetam no interior, em revoltantes condições de miséria (PRESIDENTE JOÃO GOULART, 13 de março de 1964, comício na Central do Brasil, Rio de Janeiro).¹²

Retomando alguns apontamentos já indicados, pretendemos dar destaque a dois momentos históricos no processo de concentração de terras no Brasil: A lei de terras de 1850 e o Golpe Militar de 1964. O primeiro momento, considerado um marco da questão agrária¹³ promulga a primeira lei de terras no país, que tem como característica principal implantar a propriedade privada das terras. “Ou seja, a lei proporciona fundamento jurídico à transformação da terra – que é um bem da natureza e, portanto, não tem valor, do ponto de vista da economia política – em mercadoria, em objeto de negócio, passando, portanto, a partir de então, a ter preço. A lei normatizou, então, a propriedade privada da terra.” (STEDILE, 2005, p. 24). A citação abaixo esclarece a importância desse momento:

¹² “O conceito de transgeracionalidade surge nos anos de 1950, quando o governo Alemão decide indenizar as vítimas do holocausto e, por necessidade, resolve estabelecer os critérios para efetuar a reparação. Os elementos que foram levados em conta no processo de reparação se associavam aos danos produzidos na saúde física, excluindo sintomatologia e transtornos de origem psicológica. Na efetivação da associação entre ambos os fatores, dão-se conta de uma sintomatologia específica dos sobreviventes, assim como de seus filhos, expressa nas manifestações de ordem psicológica como psicopatológica, propondo-se a hipótese de que os sobreviventes foram afetados em diversos graus por sua experiência traumática. [...] Estudos posteriores corroboram o fator transmissão de geração do impacto do dano que assume na segunda geração e que compromete áreas vinculadas com a construção do mundo, com as características intrapsíquicas (ansiedade, depressão, somatizações, culpa etc.), com as relações familiares, a vulnerabilidade e o modo de conciliar os Conflitos”. (RODRÍGUEZ E ESPINOZA, 2006, p. 166-167).

¹³ Partimos do conceito de questão agrária definido por Stedile “como o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira.” (STEDILE, 2005, p. 17).

A criação da Lei de Terras, em 1850, e o processo de abolição da escravidão negra (1888) mudaram radicalmente o regime de trabalho e a questão agrária no Brasil. A Lei de Terras representa uma mudança fundamental, pois estabeleceu um regime de propriedade que, diferente do regime anterior, impediu o acesso a terra àqueles que não podiam comprar terrenos (SAUER, 2010)¹⁴. A determinação de compra, como única forma de acesso às terras públicas, bloqueou o acesso dos pobres, negros ou migrantes, mudando o caráter da propriedade da terra (CFP, 2013, p. 24).

O segundo momento, marcado pelo nebuloso período da ditadura militar brasileira, representou um bloqueio ao avanço de lutas libertárias pelo país (e na América Latina), que incluíam a luta pela terra. A mobilização dos trabalhadores rurais e a construção das Ligas Camponesas, primeiro movimento nacional unificado de luta pela terra no país, foram compreendidas como grande ameaça à manutenção do *status quo*.¹⁵

O golpe interrompeu pela violência um ciclo de lutas populares que reivindicava a implantação, consolidação e ampliação de direitos sociais e trabalhistas no campo e nas cidades, ao mesmo tempo em que afirmou a hegemonia do capital monopolista internacional (MENDONÇA, 2011). Contudo, a repressão não foi suficiente para eliminar a crítica ao latifúndio e as expectativas populares em torno da reforma agrária (PEREIRA e ALENTEJANO, 2014, p. 77).

Nesse período, foi implantada uma política de intensificação da modernização agropecuária, denominada como “modernização conservadora” que resultou no aprofundamento das desigualdades socioeconômicas no campo. Segundo Machado e Machado Filho (2014), com o golpe militar, [...] a “revolução verde¹⁶” passa a ser a

¹⁴ SAUER, S. *Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010. In: CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS. Referências técnicas para atuação das (os) psicólogas (os) em questões relativas à terra. Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília: CFP, 2013.

¹⁵ O documentário *Cabra Marcado para Morrer* de Coutinho (1964-1981), revela as formas violentas empreendidas pelo Estado Brasileiro durante a ditadura militar contra os trabalhadores rurais envolvidos na luta pela terra através das Ligas Camponesas.

¹⁶ A Revolução Verde surgiu com o propósito de aumentar a produção agrícola através do uso de sementes modificadas, fertilização do solo, utilização de agrotóxicos e de máquinas no campo que aumentassem a produtividade. Esse programa foi financiado pelo grupo Rockefeller, sediado em Nova Iorque. Utilizando um discurso ideológico de aumentar a produção de alimentos para acabar com a fome no mundo, o grupo Rockefeller expandiu seu mercado consumidor, fortalecendo a corporação com vendas de verdadeiros pacotes de insumos agrícolas, principalmente para países em desenvolvimento como Índia, Brasil e México. De fato, houve um aumento considerável na produção de alimentos. No entanto, o problema da fome no mundo, principalmente para países pobres. (FRANCISCO) Existem

política agrícola oficial. Nesse período “[...] a dívida externa era de US\$2,2 bilhões; quando findou a ditadura militar, em 1979, ela era superior a 80 bilhões de dólares.” Parte dessa dívida pagou os escandalosos subsídios que financiaram a implantação no Brasil dessa política. (p. 54-57). “Tal via promoveu uma mudança expressiva na base técnica e produtiva do setor agrícola mediante a adoção de mecanização intensiva e o uso de agrotóxicos, fertilizantes químicos e sementes selecionadas, favorecendo a concentração da produção em grandes propriedades.” (PEREIRA e ALENTEJANO, 2014, p. 79).

Os efeitos socioeconômicos dessa via de desenvolvimento capitalista sobre o conjunto da população rural foram dramáticos. Dentre eles, destacaram-se o aumento da concentração da propriedade da terra, a concentração de renda, a aceleração do êxodo rural (cerca de 30 milhões de pessoas entre 1960-80), o incremento da exploração da força de trabalho, a ampliação do processo de expropriação de camponeses (tanto dos que viviam como dependentes dentro dos grandes domínios como dos produtores autônomos), a deterioração ambiental e a piora nas condições de vida da maioria dos trabalhadores. [...] No campo, a ditadura encarcerou, torturou e assassinou militantes das Ligas Camponesas, sindicalistas comunistas e da esquerda católica [...]. (PEREIRA e ALENTEJANO, 2014, p. 81).

Além da repressão, a lógica desse período para responder à questão agrária, foi a promoção de projetos de colonização na Amazônia e no Centro-Oeste, “propagandeada pelos militares como sinônimo de reforma agrária” (PEREIRA e ALENTEJANO, 2014, p. 82). Nesses projetos estavam incluídos trabalhadores sem terra, principalmente do sul do país. Segundo Morissawa (2001), a maioria dos projetos acabou se transformando em fonte de corrupção e escândalos de mau uso do dinheiro público. “Sem condições de sobreviver, grande parte dos colonos voltou para o sul ou migrou para outras regiões brasileiras.” (MORISSAWA, 2001, p. 102). Esses projetos de colonização ocorreram em conjunto com projetos de desenvolvimento financiados pelo Estado tais como rodovias, hidrelétricas e extração de minérios.

Dentre os fatores mais agravantes desses projetos estão os incentivos fiscais e a distribuição de terras para grandes grupos financeiros, com propriedades que chegam a ser maiores que alguns estados brasileiros. Nas palavras de Morissawa, 2001: “Os grandes projetos agropecuários e minerais na Amazônia representaram grande

muitos agravantes desse tipo de produção: a contaminação, adoecimento, morte e suicídio de trabalhadores que manipulam agrotóxicos; a contaminação do meio ambiente; os riscos de doenças, inclusive cancerígenas nos consumidores desses alimentos; por fim, a dependência dos produtores rurais ao pacote de insumos.

destruição do meio ambiente. Foram intensos e rápidos desmatamentos, utilizando inclusive desfolhantes químicos.” (p. 103). Ao se referirem à implantação da “revolução verde” e seu sucedâneo, o agronegócio, Machado e Machado Filho (2014), afirmam que:

Na América Latina, e no Brasil em particular, se implantou com muita força e em consequência das proposições do neoliberalismo protagonizado pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional e sustendo pelos golpes militares, o atual modelo do agronegócio para a produção agrícola agropecuária intensiva, com as monoculturas de produtos – soja, milho, cana-de-açúcar, algodão, eucaliptos, pinos – destinados à exportação e ao agrocombustível, modelo para o qual as empresas transnacionais – Syngenta, Monsanto, Dupont, Bayer, Dow e outras, tiveram papel preponderante (Bravo y Bravo, 2011). Especialmente significativo é o papel desempenhado pelas transnacionais na produção e comercialização de sementes, usurpando das mãos camponesas o uso de um recurso milenar e transformando-o em mercadoria (MACHADO E MACHADO FILHO, 2014, p. 58).

“Nesse processo, saíram prejudicados vários segmentos do campo: os pequenos e médios proprietários, os posseiros, os garimpeiros, [...] os seringueiros e os castanheiro.” (MORISSAWA, 2001, p. 103). Diversas tribos indígenas ou perderam suas terras, ou tiveram suas áreas diminuídas, ou foram deslocadas. Além do genocídio já citado anteriormente. “Por tudo isso, não é difícil concluir que, mais do que um simples mediador de interesses, o Estado foi o protagonista desse processo. Por meio de agências e agentes estatais, a terra rural se tornou um negócio altamente lucrativo no Brasil durante a ditadura” (PEREIRA e ALENTEJANO, 2014, p. 80). Também, podemos concluir que esse processo foi extremamente violento e afetou drasticamente as maiorias populares já citadas.

2.3 AGRONEGÓCIO *VERSUS* RESISTÊNCIA POPULAR NAS OCUPAÇÕES DE TERRA

O período posterior à ditadura militar foi marcado por novos confrontos de forças entre classes trabalhadoras e Estado Capitalista. Apesar das conquistas da

Constituição 1988, que assegurariam transformações profundas nas políticas sociais, as ações do Estado se mantiveram conservadoras, e ao invés da realização da Reforma Agrária o máximo que conquistamos foi uma política de assentamentos, à custa de intensas lutas de novos atores sociais, dos quais destacamos os trabalhadores rurais sem terra, organizados pelo MST, por serem os sujeitos de nossa pesquisa.

[...] em 1984, fundou-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Resultado de uma confluência de processos econômicos e experiências sociais, o MST logo se distinguiu pela ênfase dada às ocupações de terras, que mobilizavam famílias inteiras (e não apenas o chefe de família), não exigiam qualquer tipo de filiação formal (como os sindicatos) e tinham como objetivo pressionar o Estado para que desapropriasse imóveis rurais e assentasse as famílias mobilizadas. De acordo com essa perspectiva, a negociação com o Estado tinha de ser pautada pela pressão coletiva, e não por expedientes legais ou acordos de gabinete entre lideranças. “Terra não se ganha, se conquista” e “ocupação é a única solução” eram as consignas então evocadas. A partir das ocupações, o MST desenvolveu métodos de organização que formariam uma identidade política própria. (PEREIRA e ALENTEJANO, 2014, 84).

A ‘chamada’ redemocratização foi acompanhada por um novo cenário mundial denominado neoliberalismo¹⁷. Essa política econômica internacional incide diretamente na formulação das políticas ‘nacionais’, a partir dos ditames do Banco Mundial, do FMI, das corporações, com aval da elite dominante, e dos aparelhos repressivos do Estado, direcionando o país para a manutenção do pagamento da (impagável) dívida externa.

Nesse contexto, a concentração fundiária desempenha um papel fundamental para a efetivação da política hegemônica do agronegócio, sendo o Estado brasileiro seu maior financiador. Embutida nessa lógica, além de financiamentos, concessões e aparatos para a mobilidade das chamadas cadeias produtivas, existe ainda o perdão de dívidas para o agronegócio. Segundo dados da pesquisa de Mendonça (2013), em 1980, o Estado perdoou 13 bilhões de dólares, “montante que representava o dobro de seu

¹⁷ O neoliberalismo é o conjunto de medidas econômicas e programas políticos propostos como saída para a crise econômica dos anos 70. A abertura incontrolada do mercado para livre circulação do capital; a privatização de estatais; a redução do papel do Estado em relação aos gastos com direitos sociais; a estabilização monetária e uma taxa “natural” desemprego: “a globalização neoliberal seria a liberdade para que o seu grupo possa implantar-se onde quiser, para produzir o que quiser, a provendo-se e vendendo onde quiser, e tendo de suportar a menor quantidade de limitações possível quanto a direito de trabalhar e convenções sociais.” (HARNECKER, 2000, p. 191).

saldo na balança comercial” (p.202), e em 1999, 18 bilhões de dólares, “quando o superávit comercial anunciado era de US\$ 10 bilhões de dólares” (p. 208). Através desses dados fica desmistificada a questão da estabilização financeira em favor da manutenção de subsídios para expansão da monocultura para exportação. Segundo a autora, o desmonte do Código Florestal só reafirma essa política de intensa devastação ambiental. Portanto, Mendonça defende a tese segundo a qual na relação entre acumulação e crise, própria da lógica do capital e, na atual conjuntura, de predominância do capital financeiro, ou seja, de dependência do agronegócio em relação ao mercado de dinheiro, seu principal produto seria a própria dívida. (MENDONÇA, 2013).

Portanto, no contexto neoliberal, o agronegócio aparece como uma das formas de manutenção do modo subserviente do Brasil no contexto internacional, intensificando a produção e exportação de *commodities*, mercantilizando os territórios através de uma tecnologia predatória, e conseqüentemente produzindo conflitos sociais. Os resultados desses conflitos recaem, invariavelmente, sobre as classes trabalhadoras, através da violência contra povos tradicionais e dos diferentes tipos de trabalhadores do campo, “[...] sob o patrocínio direto e indireto do Estado. Esses traços são constitutivos do modelo agrário dominante, e não exceções”. (PEREIRA e ALENTEJANO, 2014, 106).

Segundo Tavares dos Santos: “de 1985 até 1996, ocorreram 33 chacinas na área rural, com 195 mortes (Fonte: CPT), sendo as mais conhecidas a de Corumbiara, em Rondônia, e a de Eldorado dos Carajás (Pará). A expansão da inovação agropecuária e dos complexos agro-industriais coexiste com a manifestação de "trabalho escravo" e o recurso ao suplício do corpo”. (TAVARES DOS SANTOS, 2000, p. 10).

Nesse confronto de forças ao qual estamos nos referindo, o Estado está representado como agente da violência das maiorias populares, através de seus diversos aparelhos, dentre os quais destacamos, em primeiro lugar, a polícia civil e militar. Em segundo, o poder judiciário, através da impunidade em casos de violência, chacinas e massacres, ou mesmo, pela morosidade nos julgamentos, a partir ainda da não fiscalização da prática de grilagem de terras, e das liminares de despejo contra trabalhadores. Nesse sentido, Tavares dos Santos (2000), destaca a “omissão de processos criminais, pois entre 1964 e 1988, foram registrados cerca de 2.100

assassinatos, de trabalhadores rurais, índios, advogados, religiosos, religiosos e outros profissionais ligados aos movimentos populares no campo. Neste período, só 60 casos foram levados a julgamento." (p.15).

A extrema violência com que a chamada luta pela terra assume em determinados momentos no nosso país tem revelado contornos e características de uma guerra de extermínio, onde as baixas mais pesadas, via de regra, estão do lado dos sem terra. Situação que chega a níveis insustentáveis no momento em que ela rompe com o limite que separa a ação repressiva do Estado contra os trabalhadores, da pistolagem sustentada por latifundiários. Em outras palavras: não se consegue determinar onde termina a ação legal, e onde começa o banditismo (DUTRA, 2006, p. 35-36).

De 1964 a 1985, haviam sido assassinados 1.100 trabalhadores rurais no Brasil. De 1988 a 2000 foram assassinados 1.517 trabalhadores rurais:

A guerra é uma realidade cotidiana nos campos, matas, fazendas, povoados. Mas nas capitais, é apenas um rumor, um retrato desbotado da violência no campo. Além de escassas as denúncias são quase em voz baixa (...). É o clima mais conveniente às classes dominantes interessadas em manter no limbo essa guerra secreta: ocultam-se cadáveres, nega-se e sonega-se informação, esconde-se a própria existência do conflito, enquanto o latifúndio acoita milícias paramilitares ilegais, recruta mercenários e monta arsenais clandestinos (DUTRA, 2006).

De acordo com dados recentes, a concentração de terras continua como uma constante realidade no Brasil, sendo uma das maiores do mundo. Os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) apontam que aumentou a concentração da terra e a improdutividade no período avaliado entre 2003 e 2010. Assim, de acordo com a jornalista FARAH (2015):

O Brasil registrou durante o primeiro governo da presidente Dilma Rousseff um aumento de concentração de terras em grandes propriedades privadas de pelo menos 2,5%. [...] entre 2010 e 2014, seis milhões de hectares passaram para as mãos dos grandes proprietários [...]. Há 130 mil grandes imóveis rurais, que concentram 47,23% de toda a área cadastrada no Incra. Para se ter uma ideia do que esse número representa, os 3,75 milhões de minifúndios (propriedades mínimas de terra) equivalem, somados, a quase um quinto disso: 10,2% da área total registrada (FARAH, 2015).

Em entrevista, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, professor e pesquisador da USP, revela dados inéditos da sua pesquisa *Atlas da Terra Brasil 2015*, segundo ele: “As grandes propriedades crescem, e a improdutividade é grande, o que significa que o simples fato de ter terra no Brasil, ainda que improdutiva, enriquece seus proprietários. É um problema grave da questão fundiária.” E de acordo com os dados acima revelados, ele conclui que “o crescimento de 2,5% em quatro anos das grandes propriedades privadas do país mostra que a concentração de terra não tem retrocedido.” (FARAH, 2015).

Portanto, a partir desse cenário, podemos concluir que as formas de violência extrema foram produzidas desde o início da colonização brasileira, e, infelizmente, são reproduzidas até hoje. Mesmo compreendendo a complexidade de situações históricas e antropológicas particularizadas, podemos resumir dizendo que trata-se de um mesmo processo econômico e político que marca a entrada do Brasil e o seu papel na gênese, produção e expansão no sistema capitalista internacional. À custa da grande exploração, expulsão e extermínio de trabalhadores, e do uso de formas de violência extrema e da expropriação do território ‘nacional’ e de suas riquezas naturais para servir aos interesses do capital.

Porém, apesar da violência extrema contra as classes trabalhadoras, incluindo povos tradicionais, indígenas, quilombolas, seringueiros, sem terra, etc. eles seguem em frente, na resistência e no enfrentamento, tanto na forma de permanência em seus territórios originais, tanto sob a forma de ocupação de terras, das quais muitas vezes foram expulsos, o que significa uma retomada da expropriação, tal é o caso de muitos dos sujeitos de nossa pesquisa, antigos agregados da Fazenda Nova Alegria, expulsos pelo latifundiário-empresário Adriano Chafik, que retornaram para as terras sob a forma de ocupação e em consequência dessa ação política foram massacrados.

Compondo esse cenário alarmante, existem dois projetos em disputa: o do agronegócio e o da reforma agrária popular, o primeiro mantém a ótica capitalista de expropriação das terras, exploração, dizimação e expulsão dos povos; o segundo significa, nas palavras de Frigotto: “Ter a terra na mão dos trabalhadores e avançar na produção associada e com novos valores firmados na cooperação, ajuda mútua e uma nova relação com a natureza como matriz de todas as formas de vida e já, de dentro do capitalismo colocar as bases de uma sociedade sem exploração.” (FRIGOTTO, 2014, p 132).

2.4 A OCUPAÇÃO DA FAZENDA NOVA ALEGRIA, O MST EM MINAS GERAIS E O MASSACRE DE FELISBURGO

Trata-se de olhar para o MST [como] um *modo de produção da formação humana* [...] movido por uma luta social centrada em *questões de vida e morte e de vida inteira*

Roseli Salete Caldart

É nesse cenário de violência histórica, descrito acima, que situamos a ocupação da fazenda Nova Alegria, realizada pelos trabalhadores rurais sem terra e a formação do acampamento Terra Prometida, sob o clima de constantes ameaças por parte do fazendeiro, a partir de um cenário de intensas conspirações dos poderes locais contra os sem terra; o desfecho trágico com o Massacre de Felisburgo, ocorrido no ano de 2004; e a resistência dos trabalhadores que permanecem na luta pela conquista do assentamento e da justiça.

2.4.1 Vale do Jequitinhonha: expropriação de terras e formação dos agregados

A fazenda Nova Alegria fica localizada no Vale do Jequitinhonha, tratado pela mídia como *Vale da Miséria*. Porém, por trás dessa ideologia dominante existiu e existe até hoje uma riqueza natural imensa, que foi e está sendo explorada à custa da expropriação, exploração e expulsão de trabalhadores, desde os povos indígenas, até as categorias: posseiros, agregados, assalariados, trabalhadores temporários, e inclusive trabalhadores escravizados¹⁸.

¹⁸ Um exemplo disso é a notícia veiculada no site do **SRTE/MG**: Vinte e nove trabalhadores são resgatados de fazendas no Vale do Jequitinhonha. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/delegacias/mg/vinte-e-nove-trabalhadores-sao-resgatados-de-fazendas-no-vale-do-jequitinhonha/palavrachave/trabalho-escravo-srte-mg.htm>>. Acesso em 20 de janeiro de 2015.

O Vale do Jequitinhonha, assim como as regiões do Vale do Rio Doce e do Mucuri foram os últimos refúgios dos indígenas no estado de Minas Gerais. Essas regiões foram marcadas por inúmeros conflitos de terras. Logo após o declínio da produção de ouro, no início do séc. XIX, os colonos tiveram que começar a ocupar a mata. Segundo nos conta Eduardo Ribeiro (s/d), em seu livro *Lembranças da Terra: Histórias do Mucuri e Jequitinhonha*, os colonos possuíam “somente machado, isqueiro, coragem e necessidade. Eram, em geral, jovens, filhos que sobravam numa terra familiar repartida e esgotada que empurravam a juventude para a floresta, para a abundância e aventura” (p.19). De acordo com o autor, esse foi um povoamento errante, cada área era derrubada plantada e esgotada, e depois abandonada. Os posseiros eram obrigados a saírem atrás de uma nova terra fértil. Já no início do séc. XX, não era mais possível encontrar novas posses em matas, a agregação¹⁹ nas fazendas era uma nova realidade para os trabalhadores. Como é bem retratado por Pereira (1980) no livro *As terras do rio sem dono*, os “fiscais” eram enviados para questionarem os posseiros sobre documentações “necessárias”, como estes não tinham o registro da terra, rapidamente eram ameaçados pelos supostos donos das terras.²⁰

Segundo Borges (1988), essas regiões, mais do que quaisquer outras em Minas Gerais, foram caracterizadas pela intensiva grilagem de terras. As leis favoreciam tão somente aqueles que se achavam munidos de documentos, que podiam contar com o apoio de políticos que os defendessem. Portanto, a concessão de terras devolutas²¹ foi uma das razões mais significativas para a atomização da classe agrária dominante. Esse quadro resultou, por um lado, na ocorrência de inúmeros casos de violência no campo, a expulsão dos posseiros - desbravadores da região, que, no entanto, não tinham a legislação a seu favor. Por outro lado, os trabalhadores traziam consigo a memória de toda a luta por trabalho e terra e passavam a atuar politicamente organizados por forças da esquerda. (BORGES, 1988, p. 72-77).

¹⁹ Agregado: lavrador, morador de fazenda que cultiva a terra de outro sem relação de emprego. A morada e o cultivo nessas terras pode significar que o agregado tenha que trabalhar parte de seu tempo para o fazendeiro. Em alguns casos deve produzir a meia com ele, isto é, metade do que produzir pertence ao fazendeiro.

²⁰ Na verdade, estamos tratando do processo de grilagem de terras: forma que indivíduos, fazendeiros ou capitalistas, tomam terras alheias mediante falsas escrituras de propriedade. Esse nome advém da prática de fechar grilos em gavetas, juntamente com os falsos documentos para lhes dar aparência de antigos.

²¹ Terras sem título de propriedade, pertencentes ao governo municipal, estadual ou federal.

2.4.2 O MST no estado de Minas Gerais e a ocupação da fazenda Nova Alegria

“Ocupação é a única solução”, essa foi a palavra de ordem do I Congresso Nacional do MST, que ocorreu entre os dias 29 e 31 de janeiro de 1985, em Curitiba, Paraná. Essa palavra de ordem marcou profundamente o caráter do recém-criado Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Desse congresso, participaram dois representantes mineiros, que retornaram com a decisão de organizar o movimento no estado. Essa participação foi possível devido a um trabalho anterior que era realizado junto aos sem terra mineiros através da Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais (CPT-MG). A participação nesse congresso trouxe novos rumos à luta pela terra no estado. Conforme se encontra registrado nas Atas das primeiras Reuniões da Executiva Estadual do MST/MG e dos Encontros Estaduais dos Sem Terra de Minas Gerais²², os conflitos na luta pela terra eram muito comuns nessa época e chegavam a envolver de cinco até cem famílias em uma mesma região. A luta pela terra era caracterizada pela resistência de posseiros, agregados, meeiros e semiassalariados²³ que reclamavam a terra e tentavam impedir o avanço do latifúndio. O trabalho da Pastoral e de alguns sindicatos mineiros foi organizar os sem terra, promover os primeiros encontros estaduais e proporcionar o envio de uma delegação para o *I Congresso dos Sem Terra*. Desta forma, os trabalhadores puderam escolher em se unir ao Movimento Nacional. À medida que os sem terra mineiros incorporavam-se ao MST, reafirmavam a necessidade de *ocupar terras* no estado. A escolha dos representantes sem terra mineiros em seguir a bandeira do MST, ou seja, organizar famílias trabalhadoras para a ocupação de terras, e os princípios estabelecidos durante sua trajetória de organização, tornou possível o surgimento deste Movimento em Minas.

O MST decidiu priorizar os Vales do Mucuri e Jequitinhonha, pelo número de sem terra que se concentravam nesta região. Portanto, a 1ª ocupação de terras organizada pelo MST no estado de Minas Gerais, se deu na fazenda Aruéga, no Vale do Jequitinhonha, segundo Ribeiro (s/d): “Foi uma das primeiras grandes ocupações

²² Relatórios das primeiras reuniões da Executiva Estadual do MST/MG e dos Encontros Estaduais dos Sem Terra, realizados, respectivamente, em 14 de dezembro de 1985 e 15-16 de março de 1986; e 4-5 de janeiro e 10-11 de agosto de 1985; e Histórico do Movimento dos Sem-Terra em Minas Gerais (fonte: arquivos do CEDEFES).

²³ *Posseiro*: ocupante de uma terra devoluta ou não, quem na maioria das vezes procura uma terra que não tenha dono, trabalha a terra e planta para tirar o sustento da família; *Agregado*: trabalhador que vive em terra alheia mediante a condição de prestar serviços ao proprietário. *Meeiro*: aquele que planta em terreno alheio repartindo o resultado das plantações com o dono das terras; *Semiassalariado*: agricultor que não trabalha por conta própria e vende dias de serviço a um fazendeiro qualquer.

organizadas de terra, a primeira do Nordeste de Minas” (p.171). Segundo OLIVEIRA, (2010): “Depois de expandir a luta por várias regiões do estado, a luta pela terra do MST foi retomada no Vale e as ocupações de outros latifúndios ocorreram”. Mesmo com o êxodo rural ocasionado principalmente pela expulsão das famílias, havia um contingente significativo de sem terra, além de inúmeros latifúndios improdutivos. “Isso fez parte da análise e reflexão para a decisão do MST retornar para a região. Foram mobilizados e deslocados militantes de outras regiões do estado que contribuiriam com a organização dos trabalhadores e trabalhadoras.” (OLIVEIRA, 2010, p. 23).

Os trabalhadores sem terra, organizados pelo MST, ocuparam algumas áreas no Vale do Jequitinhonha. Em 2001, houve a ocupação da fazenda São Vicente, e a partir de uma negociação com o fazendeiro as famílias foram deslocadas para outra área, em condições muito piores para o plantio, dando origem ao assentamento Franco Duarte. Também ocuparam a fazenda Gravatá, que originou no acampamento Nova Vida. No ano de 2002, através da organização e mobilização do MST, famílias de trabalhadores sem terra, inclusive antigos agregados expulsos, ocuparam a Fazenda Nova Alegria, no município de Felisburgo – Vale do Jequitinhonha.

[As] famílias optaram por seguir a luta pela terra. Este município, com um antigo histórico de concentração fundiária e exploração de trabalhadores, bem como do meio ambiente, pelos fazendeiros, oferecia motivos de sobra para que os trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra lutassem por Reforma Agrária. Em algumas comunidades do município, grupos já se reuniam (sem dificuldades) para dar seqüência na mobilização para um tipo de luta até então desconhecido. A reação dos fazendeiros, apesar de esperada, foi rápida e violenta, culminando no massacre do dia 20 de novembro de 2004, onde cinco sem terra foram brutalmente assassinados, doze ficaram feridos e o Acampamento foi incendiado. Até hoje a Fazenda foi parcialmente desapropriada, as famílias não foram assentadas, os criminosos (inclusive o fazendeiro que foi mandante e executor) não foram punidos, as famílias não foram indenizadas, etc. (OLIVEIRA, 2010, p. 24-25).

3 O CONCEITO DE TRAUMA PSICOSSOCIAL À LUZ DA TEORIA DOS AFETOS

Massacres, guerras, ditaduras, enfim, formas de violência organizada são agentes de coerção da sociedade em geral e trazem consequências terríveis para a vida das pessoas. Elegemos a categoria ‘trauma’ para mediar uma análise psicossocial do Massacre de Felisburgo, considerando que ela permite trabalhar a confluência entre

subjetividade e objetividade, afeto e razão, subjetividade e política. Dois pensadores da psicologia engajada, Martín-Baró e Riquelme, utilizaram esse conceito, pela concepção de que o trauma psicossocial produz efeitos bloqueadores da força de vida e também pelo que ocorria em San Salvador com a população em situação de miserabilidade e submetida a processos de violência extrema – contexto semelhante ao trauma vivido em situação de Guerra.

Portanto, para nossa ação ser revolucionária²⁴, deve buscar a superação das forças geradoras do trauma. Martín-Baró amplia o conceito de trauma, ao inseri-lo na dialética social, do contexto sociopolítico de El Salvador. Ele descreve o cenário do sistema social de miséria da maioria populacional a partir de um sistema social controlado por uma oligarquia tradicional e pelas forças armadas corruptas, que respondiam com repressão política diante da mais simples manifestação de necessidades mais básicas da população.

Neste cenário, em 1980 desencadeia-se uma guerra civil, a partir da reação de grupos revolucionários de libertação nacional, as chamadas *Fuerzas Populares de Liberación Nacional Farabundo Martí* (FMLN), com a intenção de envolver a população para uma luta revolucionária para sair de um regime de poder amparado pela doutrina de “segurança nacional” dos Estados Unidos da América. Essas forças são altamente combatidas por grupos paramilitares e pelo governo e exército salvadorenho, representados pelas Forças Armadas, que estabelecem uma verdadeira ação terrorista de Estado.

Em 1988, segundo o autor, a guerra civil já havia se estendido à totalidade do território nacional e envolvia toda a população salvadorenha. O cenário de guerra traz inumeráveis abusos contra a população: a situação econômica de miséria se agrava, os direitos humanos, tais como o emprego, a moradia, a alimentação e a manutenção da própria vida, são negados. As Forças Armadas mantêm um sistema de arbitrariedade onipotente, atuam diretamente contra a população civil, comunidades camponesas são

²⁴Entendo que a psicologia social revolucionária começa com a visão de mundo e de homem: “A psicologia social não marxista entende o social de modo grosseiramente empírico, necessariamente como multidão, coletivo, relação com outros indivíduos. A sociedade é entendida como um conjunto de homens e como condição suplementar da atividade de um indivíduo. Esses psicólogos não admitem a ideia de que o mais íntimo e pessoal movimento do pensamento, da sensação, etc., a inteira mentalidade de um indivíduo isolado segue sendo social e socialmente condicionado. ... Não existem duas mentalidades: a individual e a social. O contrário é esquecer que o homem só pode se individualizar em sociedade”. (Vigotski, 1970, pp. 30-31, In: SAWAL, 2014, p. 15). Newman e Holzman (2002) vão dizer que o papel dos psicólogos revolucionários é fazer História: criar zonas de desenvolvimento proximal e completar a atividade humana. Assim como, buscar um método histórico e ter como unidade de análise a atividade humana. Isso inclui a arte, a política e a estética. Aprofundaremos esse tema durante a exposição da Tese.

bombardeadas: “cada vez que se inicia uma operação, a população se abriga em seus casebres, entorpecidas por uma série de sintomas psicossomáticos: temor generalizado do corpo, fraqueza muscular, etc” (MARTÍN-BARÓ, 2000, p.67). Há, ainda, abusos sexuais contra jovens mulheres camponesas e matanças de civis realizadas por soldados. “A guerra, que há 8 anos assola o país [...] está produzindo uma sistemática destruição da população salvadorenha [...] calcula-se cerca de 70 mil mortos nos últimos anos por causa do conflito.”(p. 70). Segundo Baró, a partir de uma perspectiva psicossocial pode-se definir três características para a guerra salvadorenha:

a) a polarização social, intencionalmente buscada por grupos rivais; b) a mentira institucionalizada, que com o tempo tem alcançado novos níveis; e c) a violência, que tem passado de preponderantemente repressiva para majoritariamente bélica, com a conseqüente militarização do país. Esta situação de guerra produz um trauma psicossocial, quer dizer, a cristalização traumática nas pessoas e grupos pertencentes às relações sociais desumanizantes (MARTÍN-BARÓ, 2000).

O autor encontrou sentimentos de passividade, fatalismo e resignação e revela como o trauma psicossocial afeta toda a população. Riquelme (1993), em suas pesquisas, concluiu que as vítimas de violência organizada apresentam a experiência da destruição da confiança básica, vergonha e sentimento de “cumplicidade inconsciente” de seus verdugos. As manifestações afetivas (sentimentos e emoções) que constituem quadros de trauma psicossocial produzidos pelo sistema político em contextos de violência extrema são diversas.

Riquelme (1993) vai falar dos tons de cinza e opaco de uma época a ser superada, quando o medo – agente de coerção da sociedade em geral e durante um longo tempo – é dominante. Ele fala da subordinação (indivíduos passivos e submissos) ao terrorismo – da adaptação geral da população aos processos de violência, ao que Martín Baró (2000) chama de ‘normal anormalidade’, produzida pelo terrorismo de Estado. Fala da dor da tortura que se autoperpetua no vitimado. Riquelme aponta para o sentimento de insegurança “de quem se sente expulso de sua terra e sem lugar no mundo”. Enfim, profundas marcas de sofrimento, depressão, “danos psíquicos e físicos ‘infernais’” (RIQUELME, 1993, p. 11-15).

Esses dois autores relacionam o trauma às formas de violência extremada, tais como guerras, massacres, torturas, e outras, destacando tanto a dimensão psicológica – afetos, mecanismos de defesa, sofrimento e adoecimento mental – quanto à dimensão social: o cenário histórico, o terrorismo de Estado e suas interferências na vida social, à

conformação da memória histórica. Ambas as dimensões, as subjetivas e as objetivas, estão intrinsecamente relacionadas, de forma que não podem ser compreendidas separadamente, pois estamos tratando de fenômenos psicossociais.

Em síntese, os autores indicam que a práxis psicossocial não deve ser reduzida ao tratamento psicoterápico, sob o risco de tornar-se mero paliativo apaziguador das relações desumanizantes. Deve, ao contrário, ser ampliada na sua dimensão social, política, numa perspectiva transformadora das próprias relações violentas que produzem efeitos traumáticos. Nas palavras de Martín-Baró: “deve-se, finalmente, esforçar-se para educar pela razão e não pela força, de maneira que a convivência se funde na complementariedade mútua para resolver os problemas e não manter a violência como única alternativa” (BARÓ, 1988, p. 81).

Autores que trabalharam no contexto das ditaduras e pós-ditaduras da América Latina, como Riquelme, Amati, Agger e Jensen, Becker e Calderón e Vidal (1993) apontam para a particularidade psicopatológica produzida em contextos de violência extrema e, portanto, a especificidade do tratamento terapêutico e da atuação profissional, que devem considerar, sobretudo, o fator político. Nessa perspectiva, Riquelme (1993) apresenta cinco tarefas relacionadas à práxis psicoterapêutica e à intervenção social que, resumidamente, seriam:

- 1) Compreender os mecanismos de influência e penetração psicológica da vida cotidiana produzidos pelo terror;
- 2) Compreensão histórica da violação dos direitos humanos (na América Latina e no mundo);
- 3) Necessidade de aprender com os processos psicoterapêuticos desenvolvidos em outras situações de terrorismo e violências extremadas;
- 4) Criação de outras formas de acesso às experiências traumáticas, tendo em vista que “o idioma habitual não conta com expressões para fazer comunicável a experiência do terror [...] falta estrutura de comunicação para a dor da tortura que se autoperpetua no vitimado”;
- 5) Falar de direitos humanos em casos de violência organizada, significa falar de saúde psicossocial (RIQUELME, 1993, p. 11-14).

Riquelme enfatiza, ainda, a importância de não relegarmos tais acontecimentos ao esquecimento, ao contrário, devemos revelá-los à percepção pública (publicizar as experiências). Além disso, ele fala da necessidade da participação geral da sociedade em termos de reflexão e amadurecimento como estratégia de recuperação e reestruturação da ética social (RIQUELME, 1993, p. 15).

Portanto, o papel da psicologia abrange tanto o atendimento direto às vítimas, potencializando reflexões coletivas, quanto à publicização do acontecimento, por meio de intervenções políticas, jurídicas e sociais, com objetivo de criar mecanismos preventivos da violência do estado e a subalternização. Assim, a intervenção psicossocial abrangeria três níveis:

- 1) Pessoal: atendimento clínico-individual às vítimas;
- 2) Comunitário: formações grupais, coletivas, com possibilidade de refletir sobre o passado, presente e projetar o futuro, ampliado na dimensão da historicidade;
- 3) Político: publicização do acontecimento, por meio de intervenções políticas, jurídicas e sociais, com objetivo de criar mecanismos preventivos da violência contra a população.

Inspirada nesses autores, a presente reflexão adota o conceito de trauma psicossocial, que traz em si a dialética entre indivíduo e sociedade, política e emoção. O que, tomado para o nosso trabalho, significa a revisão teórica desse conceito e a produção de uma terapêutica comunitária voltada à ampliação da consciência política e a reconstrução da memória histórica, com foco nas emoções.

Apesar de o conceito de trauma ter sido utilizado inicialmente nas ciências médicas e seus sintomas estarem relacionados a causas físicas, tendo em vista que a origem etimológica da palavra significa ferida, seu uso em psicologia e psiquiatria passa por um longo caminho de mudanças que se inicia nas concepções intrapsíquicas da psicanálise e vão chegar ao conceito de trauma psicossocial (ESPINOSA SOTO, 2007, 2010).

As duas grandes Guerras trouxeram interesse renovado ao debate e a grande quantidade de pesquisas sobre trauma que se sucederam levou ao desenvolvimento da definição de transtorno de stress pós-traumático na Psiquiatria tradicional (DSM e CID). Aí é analisado como um conjunto de sintomatologias em resposta a um evento doloroso como intenso medo, impotência ou horror; repetição persistente da (re)experiência do evento traumático; esquiva persistente de estímulos semelhante aos do trauma e entorpecimento da responsividade geral; sintomas persistentes de excitação aumentada. O quadro detalhado de sintomas deve ser presente por mais de um mês e o distúrbio deve causar angústia clínica significativa ou impedimento na vida social, ocupacional ou em outras áreas importantes de funcionamento (ESPINOSA SOTO, 2007, p. 463).

As limitações da orientação desta definição focada no indivíduo foram amplamente criticadas nos anos recentes (BEKER, 2003; BEKERMAN, 2002; KLEINMAN, 1995; MADARIAGA, 2002; MARTÍN-BARÓ, 1996). A principal crítica concentra-se na natureza a-histórica desta noção, dado que ela não estabelece critérios específicos para compreensão de eventos anteriores na vida do sujeito, personalidade, biografia e, mais especificamente, o contexto sócio-histórico no qual o trauma ocorreu (ESPINOSA SOTO, 2007, p.52).

Para Martín-Baró (2000), por sua vez, as limitações dessa conceituação na Psicologia se devem ao fato de os traumas psíquicos serem tratados como bruscos, imprevisíveis, e da caracterização individual da experiência traumatizante. O autor reforça a previsibilidade das experiências traumatizantes. A crítica que tece sobre o modelo médico de trauma é, sobretudo, que para ele os traumas sociais afetam toda a população como um sistema, assim, o pressuposto da individualidade da experiência traumática é enganoso, ou seja, produzem abstrações em relação às realidades históricas.

Desta forma, conforme Soto (2007), as concepções mais críticas passam a considerar a natureza histórica e o contexto político e social no qual o trauma ocorreu, através dos conceitos de traumatização extrema, traumatização sequencial e re-traumatização.

Para Martín-Baró três aspectos são essenciais para uma adequada compreensão da realidade do trauma:

- a) O trauma tem um caráter dialético, o que significa não somente que é produzido pela sociedade, ainda que o principal afetado seja o indivíduo, mas que a natureza do trauma deva ser localizada, em particular, nas relações sociais, das quais o indivíduo é apenas uma parte. Precisamente porque o trauma deve explicar-se a partir da relação que o indivíduo encontra com sua sociedade, não se pode mais predizer que um tipo de situação social irá gerar mecanicamente um trauma para qualquer pessoa, ou que certo tipo de pessoa não irá sofrer um trauma. Inclusive, há que sublinhar que circunstâncias excepcionais, assim como podem levar a deteriorizações e lesões, podem levar também ao crescimento e superação das pessoas. Em outras palavras, ao afirmar o caráter dialético do trauma se afirma, necessariamente, seu caráter histórico.
- b) Ao falar de trauma psicossocial insiste-se que o trauma é produzido socialmente e, portanto, que sua compreensão e sua solução não somente requerem o atendimento ao problema do indivíduo, mas, sobretudo, as suas raízes sociais, quer dizer, as estruturas e condições sociais traumatogênicas.
- c) As relações sociais dos indivíduos não são somente as causadoras dos traumas, mas sua manutenção é o que alimenta e multiplica os casos de indivíduos traumatizados (MARTÍN-BARÓ, 2000, p. 236).

Portanto, parece-nos adequado para a análise do problema da presente pesquisa recuperar o conceito de trauma, tal como trabalhado por Baró, na dialética entre homem e sociedade, o que insere o sujeito socialmente e se contrapõe à concepção psicologizante. Esse conceito teve forte presença na história da Psicologia tradicional, acumulando conhecimentos sobre as guerras e o holocausto que podem nos ajudar a compreender melhor as formas particulares e graves de violências contra populações pobres. Consideramos que o termo ‘psicossocial’ acoplado ao conceito de ‘trauma’, como faz Baró, procede a uma transformação que significa concebê-lo como um processo dialético e, não, como um estado cristalizado; aventar a possibilidade de sua superação como fenômeno histórico e socioafetivo; e ampliar a sua dimensão para as esferas políticas, sociais, econômicas e de poder e pensar a ação coletiva.

Nessa perspectiva, o conceito de traumatização sequencial desenvolvido por Hans Keilson se torna muito importante. Para o autor, é fundamental compreender a situação pós-traumática vivida pelos sujeitos, o que irá determinar a manutenção da vivência traumática ou a superação dessa condição. Caso as situações traumáticas sejam sucessivas e seus efeitos somados e repetidos, passamos a processos de re-traumatização. De acordo com essa concepção, “independentemente da gravidade e carga traumática das experiências vividas durante a guerra, o que havia determinado a possibilidade de superá-las e construir um projeto de vida positivo havia sido a vivência no período pós-guerra” (KEILSON, 1997, In: BRINKMANN, p. 3).

Portanto, a reconstrução da vida se dá a partir de uma perspectiva de futuro, traçada pela reflexão sobre o passado e à luz de um presente que oferece segurança no esclarecimento dos atos e fatos, isto é, pelo direito à verdade e pelo poder da autonarrativa – o que denominamos como ‘memória histórica’.

Em nossa sociedade, há traumas que estão passando por esse processo, como a criação da Comissão da Verdade sobre os crimes cometidos durante a ditadura, mas a grande maioria não alcança tal possibilidade de superação. Por mais que os coletivos busquem forças de superação, de reconstrução da vida e projeção de futuro, o que infelizmente ainda ocorre em nossa sociedade são processos de re-atualização do trauma, isto é, as forças sociais permanecem reproduzindo os processos de re-traumatização. Esse cenário, realimentado por reconstruções e re-traumatizações é o mesmo encontrado em nosso campo de trabalho, com os trabalhadores rurais sem terra. A passagem citada a seguir explicita o processo de re-traumatização ao qual estamos nos referindo, segundo Soto (2010):

O conceito de re-traumatização é entendido como um processo de reativação do trauma, o qual está em direta relação com eventos contextuais ou com eventos intrapsíquicos que se consideravam resolvidos. Este processo está sempre relacionado com temas sociopolíticos, morais ou legais conectados com a violação dos direitos humanos (injustiça, falta de verdade, impunidade) e reabre sentimentos de frustração, raiva, impotência ou fracasso. Em relação a isso, a impunidade, entendida como a ausência de justiça formal, tem sido identificada como um dos mecanismos que infundem insegurança e desamparo nos indivíduos, negando-lhes a possibilidade de ter um futuro promissor. A impunidade também tem sido identificada como a maior causa de re-traumatização, dado que cada episódio retraumatizante exacerba os sentimentos de raiva, injustiça, impotência, abandono e frustração, derivados das expectativas e promessas não cumpridas pelo Estado. Mais ainda, estes sentimentos não resolvidos podem levar a um estado de trauma crônico quando a pessoa re-experimenta constantemente os sintomas com quase a mesma intensidade do evento traumático original, levando-lhes a experimentar intensos sentimentos e pensamentos associados com traumas passados (SOTO, 2010, p. 131).

Ao estudar filhos de desaparecidos políticos durante a ditadura Chilena, Soto (2007; 2010) vai falar da transmissão transgeracional do trauma, como uma experiência da memória encarnada, experiência física e emocional de feridas individuais e coletivas no contexto da luta política, em outros termos, como os sujeitos guardam em seus corpos os efeitos dos traumas vividos. A autora enfatiza: “através da investigação no campo da psicologia, sabemos que é virtualmente impossível sanar as feridas do trauma sem que as vítimas contem sua história e sem a validação apropriada e o reconhecimento do que ocorreu” (SOTO, 2010, p. 125). Assim, ela vai afirmar que recuperar a memória coletiva passa a ser um dos grandes desafios das sociedades que enfrentam violência, repressão política e trauma, tendo em vista que os sobreviventes de violências extremas “guardam em seus corpos os efeitos dos traumas vividos” (SOTO, 2010, p. 125).

A inversão produzida pela história oficial, a partir de uma visão dominante, tende a culpabilizar as vítimas e “suspeitar” de seus sentimentos (GABORIT, 2009, p.255). Neste sentido, Gaborit afirma: “[...] a memória desses eventos coletivos, da ótica das vítimas, tem como primeira finalidade fundamentar o direito à verdade, já que a falsidade destrói qualquer tipo de identidade, assim como a integridade moral e cultural das comunidades”. (GABORIT, 2009, p. 249). Visto que a perspectiva de recuperação da verdade histórica se contrapõe às tentativas de manipulação política por aqueles que têm interesse na manutenção da impunidade e que têm objetivos de seguir tendo poder de coerção sobre a sociedade. (BERISTAIN, 2000).

“Muitas vezes, os próprios familiares foram culpabilizados pelos vitimadores por meio de afirmações e acusações buscando, assim, justificar as suas ações” (BERISTAIN, 2000, p. 103, citado por GABORIT, 2009, p. 255) ²⁵. Portanto, a recuperação da memória coletiva atua como instrumento psicossocial de fortalecimento das comunidades afetadas. Além de seu valor terapêutico junto às comunidades fraturadas pela violência, a memória coletiva apresenta um papel preventivo na esfera política e social e está diretamente relacionada à luta pela verdade e pela justiça (BERISTAIN, 2000).

“Os rituais de comemoração revestem de objetividade os sentimentos gerados nos sobreviventes” (GABORIT, 2009, p. 256), são significativos para a construção da subjetividade, pois atribuem validade social aos sentimentos individuais à medida que são compartilhados coletivamente. “As vítimas e os sobreviventes chegam a compreender os sentimentos que eles mesmos carregam a sua extensão e o impacto que causam em outros âmbitos de sua vida” (GABORIT, 2009, p. 257).

O resgate da memória reafirma não somente uma experiência coletiva como também valores no interior de uma classe, e possibilita a criação de novos significados. A inserção do sujeito na história, ou seja, a dimensão de historicidade nas trajetórias pessoais só pode ser definida a partir da trajetória do grupo social e da classe em que estão inseridos. Compreendemos esse processo como propulsor de transformações da consciência de classe que repercutem na formação de uma determinada classe social (THOMPSON, 1987, HOBBSAWM, 1999).

E ressaltamos que esse processo não é só racional, a consciência tem a base afetiva e é fruto das afecções do corpo. Nesse ponto, a teoria das emoções de Vigotski, formulada a partir dos fundamentos de Marx e Espinosa, e resgatada por Sawaia, torna-se peça-chave para desenvolvermos uma discussão sobre a base afetiva da formação do trauma psicossocial. De acordo com Sawaia:

São as emoções, em conjunto com o desejo e a necessidade, que constituem uma esfera do psiquismo bastante valorizada por Vigotski, a da motivação, que é a base afetivo-volitiva de nossa consciência e pensamento, e, portanto, contém o último porquê de nossas atividades e ideias: O pensamento não nasce de outro pensamento, mas da esfera motivadora de nossa consciência, que abarca nossas inclinações e nossas necessidades, nossos interesses e impulsos, nossos afetos e emoções (VIGOTSKI, 1993^a, p. 343, In: SAWAIA, p. 368).

²⁵BERISTAIN, C.M. & PÁES ROVIRA, D. *Violencia, apoyo a las víctimas y reconstrucción social. Experiencias internacionales y El desafío Vasco*. Madri: - Editorial Fundamentos, 2000.

Vigotski compreende o psiquismo:

como um sistema integrado de funções psicológicas, em que todos estão relacionados entre si, ao corpo biológico, mediadas pela cultura e pelo contexto social, sem hierarquia e relação causal. Defende que é sobre essa união, sobre os nexos que a promovem o seu caráter mediático que a Psicologia deve se debruçar, pois é essa unidade que qualifica nossa condição humana. [...] Quando se rompem um ou mais nexos entre as funções psicológicas superiores (FPS), altera-se a correlação entre a vida intelectual e a afetiva, o que explica, segundo Vigotski (1997), as patologias psíquicas (SAWAIA, p. 368).

A partir de Vigotski, podemos pensar que o desenvolvimento dos afetos (sentimentos e emoções) acompanha a dinâmica e o desenvolvimento da sociedade e de segmentos dessa em suas divisões de classes, assim como segmentos grupais específicos – o que significa que quanto mais uma sociedade se desenvolve, no sentido do gênero humano, mais possibilidades do desenvolvimento de produção de afetos alegres e do desenvolvimento das funções psicológicas superiores; ao contrário, quanto mais uma sociedade se encontra em estado de degradação, produzido por fenômenos de miséria, exploração, violência, mais afetos tristes poderão ser gerados e mais bloqueios poderão surgir ao desenvolvimento das funções psicológicas superiores, assim como o rompimento dos nexos que configuram essas funções: quando a paixão triste cega a razão e passa a comandar o comportamento, agindo sem reflexão.

A relação entre as ameaças provenientes da desigualdade social e as respostas afetivas dos que a elas se sujeitam compõem um processo psicológico-político poderoso à reprodução da desigualdade social, que meu núcleo de pesquisa (NEXIN) conceitua de sofrimento ético-político (SAWAIA, p. 370).

Porém, a partir de um pensamento dialético, devemos considerar as forças de contradições dos afetos, que por um trágico acontecimento podem fazer surgir reações e ações contrárias, tal como foi considerado por Martín-Baró (2000, p. 236). Isto é, a dinâmica dos afetos depende das circunstâncias sociais em que os sujeitos estão inseridos e dependem, portanto, do estado em que a sociedade se encontra, mas também da maneira pela qual os sujeitos históricos respondem às situações produzidas socialmente.

“O sentimento não surge por si só em estado normal. É sempre antecedido desse ou daquele estímulo, dessa ou daquela causa, seja ela externa ou interna” (VIGOTSKI, 2004, p. 133) [...] e têm como função ativar nosso organismo.

Desse modo, a reação emocional como reação secundária é um poderoso organizador do comportamento. Nela se realiza a natureza ativa do nosso organismo. As emoções seriam inúteis se não fossem ativas. Vimos que elas surgiram instintivamente dos movimentos mais complexos e notórios. Foram em sua época os organizadores do comportamento nos momentos mais difíceis, fatais e responsáveis da vida. Surgiram nas fases superiores da vida, quando o organismo triunfava sobre o meio ou se aproximava da morte. Elas sempre exerceram uma espécie de ditadura no comportamento (VIGOTSKI, 2004, p137-138).

Para Vigotski, as emoções mantêm o papel interno de organizador de todo o comportamento. Seguindo a formulação espinosana, Vigotski não separa os processos emocionais do pensamento. Segundo ele, “a separação entre a parte intelectual da nossa consciência e a sua parte afetiva e volitiva é um dos defeitos radicais de toda psicologia tradicional” (VIGOTSKI, 2001, p. 16). Para este autor, é importante considerar as relações entre as diversas funções psicológicas, entre as diferentes modalidades de atividade da consciência, ao mesmo tempo, a relação interfuncional e sua organização numa estrutura integral da consciência. Desde já, considerando que o estudo da consciência pressupõe sua base sustentada, atravessada, amalgamada pela afetividade, composta a partir das relações sócio-históricas. Isto significa que a preocupação está sempre assentada nas relações interfuncionais entre as funções psicológicas superiores formadas a partir dos laços sociais, ou seja, processos sociais que movimentam e dão vida aos processos internos, afetações que produzem subjetividade, transformações, provocam desenvolvimento a partir dos nexos entre as funções psicológicas. No entanto, e com uma frequência histórica relevante e atual, as relações dos seres humanos no mundo são marcadas por afecções tristes, que produzem padecimentos, adoecimentos, traumatizações, etc., e que agem bloqueando ações revolucionárias. Para Espinosa,

as ações revolucionárias são inócuas se não se desbloqueiam as forças reprimidas da subjetividade em direção à alegria de viver que, por sua vez, é a base da liberdade. [...] O homem é um grau de potência, uma força interior para se conservar, perseverar na própria existência, um esforço de resistência [...] Perseverar na própria existência é mais que se conservar vivo. É expansão do corpo e da mente na busca da liberdade, da felicidade, que são necessidades fundamentais à existência humana como o são os alimentos e os abrigos, e a reprodução biológica. Daí sua conclusão de que a luta pela

emancipação é uma dimensão irreprimível do homem no seu processo de conservar-se, o que pressupõe passar da condição de escravo ao modo livre, da heteronomia à autonomia (SAWAIA, p. 366).

Ainda para Espinosa, a política está compreendida nas relações entre os seres e os bons ou maus encontros que configuram a existência da qual os viventes não podem escapar, pois ficariam inertes fora dela. E são nesses encontros e na forma como eles nos afetam que se configura a ação ética. O poder de transformação das relações de servidão, que está na base de uma vida ético-política, começa no interior dos afetos que são dois, além do desejo²⁶, dos quais derivam os outros: a alegria e a tristeza. “Alegria é o sentimento que temos quando nossa capacidade de existir aumenta. Tristeza é definida por Espinosa como o resultado de uma afecção que diminui nossa capacidade de existir e nos tornamos passivos” (SAWAIA, p. 367).

Afeto (*affectus*) é justamente essa transição de intensidade, é *transitio*, passagem de um estado de potência a outro (Espinosa, 1957, parte III), gerada pelas afecções (*affections*) que meu corpo e minha mente recebem na existência. Portanto, ele tem duas dimensões: a da mudança, modificações que meu corpo e minha mente retêm na forma de emoções e sentimentos (*affectus*), e da experiência da afetação (*affection*), isto é, a do poder de ser afetado. Aqui reside a principal contribuição de Espinosa à Psicologia, a relação positiva entre o poder que tem um corpo de ser afetado, na forma de emoções e sentimentos, e o seu poder de agir, de pensar e desejar. E como mente e corpo são uma mesma e única coisa, as afecções do corpo são afecções da alma, sem hierarquia ou relação causal entre eles. O que aumenta ou diminui a potência de meu corpo para agir, aumenta ou diminui a potência de minha alma para pensar. Dessa flutuação depende a minha força vital de resistência, o que equivale à qualidade ética de minha existência (SAWAIA, p. 367).

Ao resgatar Espinosa para a Psicologia Sócio-Histórica, Sawaia pretende fortalecer a visão não dicotômica entre corpo e mente, demonstrando a relação indissociável entre ideia e emoção: “e a relação entre o poder do corpo ser afetados e sua potência de ação”, resgatar a dimensão afetiva na abordagem psicossocial, por ela considerada ético-política, e propor a especificidade desta ciência ao trabalhar a subjetividade nas questões sociais. Segundo ela:

²⁶Para Espinosa: “O homem é um grau de potência, uma força interior para se conservar, perseverar na própria existência, um esforço de resistência, que Espinosa chama de *conatus* e, também, de *apetite* e de *desejo* (*cupiditas*) quando o *apetite* é consciente. O *desejo* é a própria essência do homem, é a força que nos leva ao encontro com algo que sentimos que compõe com a potência de nosso corpo e alma para se conservar” (ESPINOSA, 1957, Parte III, Prop. IX, Esc. In: SAWAIA, 2009).

O psicólogo, muitas vezes por medo do psicologismo e da redução do indivíduo a si mesmo, suas alegrias, seus sofrimentos, tudo o que representa o singular, e voltar-se exclusivamente à análise e à atuação nas determinações sociais. [...] Pretendo apresentar [...] uma perspectiva analítica que entende que por trás da desigualdade social há vida, há sofrimento, medo, humilhação, mas também há o mais extraordinário milagre humano: a vontade de ser feliz e de recomeçar ali onde qualquer esperança parece morta. Há, portanto, o homem por inteiro, de corpo e mente, emoção e razão, determinando e determinante da sociedade, de forma que o que acontece com um afeta o outro (SAWAIA, p. 365).

O trauma psicossocial refere-se a um sentimento vivido e perpetuado coletivamente, sendo, portanto, da ordem da memória, dos afetos, da consciência e da ação. O conceito de trauma psicossocial articulado à teoria espinosana, que coloca a ética nos afetos e estes dependentes dos encontros, associando, assim, ética com potência de vida, afeto (alegria) e política, podem fundamentar uma intervenção psicossocial de transformação do trauma em potência de vida. Uma intervenção centrada no afeto como síntese das múltiplas determinações do trauma, entendendo que a sua compreensão equivale à compreensão das forças sociais que a determinam, nas esferas da servidão, do medo, da tristeza, da miséria e da submissão, e nas possibilidades de sua superação, conquistada nas esferas do agir, e da potencialização da ação coletiva tanto nas esferas singulares e comunitárias, quanto nas esferas sociais e políticas. Segundo Sawaia, para Espinosa:

A potência de conservação é também poder de ser afetado, o que significa que ela, apesar de ser irreprimível, varia de intensidade, a depender das intersubjetividades que me constituem, isto é, das afecções (*affections*) que meu corpo e minha mente sofrem nos bons ou maus encontros do passado, do presente e do futuro (SAWAIA, p. 366).

Paixão equivale às ideias ilusórias e à passividade (ser determinado a existir, desejar e pensar com base em imagens exteriores que operam como causas de nosso apetite). É a situação em que a força do *conatus* [uma força interior para se conservar, perseverar na própria existência, um esforço de resistência], tendo se tornado enfraquecida sob a ação de forças externas submete-se a elas imaginando submetê-las e fica sujeita a forças contrárias que a puxam para lados opostos (SAWAIA, p.367).

Aqui podemos encontrar a relação que estamos buscando entre o conceito de trauma psicossocial, seu aspecto de transgeracionalidade e re-atualização, com o conceito de sofrimento ético-político.

A desigualdade social se caracteriza por ameaça permanente à existência. Ela cerceia a experiência, a mobilidade, a vontade e impõe diferentes formas de humilhação. Essa depauperação permanente produz intenso sofrimento, uma tristeza que se cristaliza em um estado de paixão crônica na vida cotidiana, que se reproduz no corpo memorioso de geração a geração. Bloqueia o poder do corpo de afetar e ser afetado, rompendo os nexos entre mente e corpo, entre as funções psicológicas superiores e a sociedade. Deleuze (2002, p. 106) retrata bem esse processo ao explicar a concepção de tristeza: “na tristeza nossa potência (*conatus*) serve toda ela para investir a marca dolorosa e para destruir o objeto que a causou. [...] Assim, imobilizada, nossa potência só pode reagir e não agir, torna-se potência de padecimento, reduzindo nosso esforço de perseverar na própria existência ao sobrevivencialismo negador da vida (SAWAIA, p. 370).

Vigotski, por sua vez, insiste que devemos encontrar a unidade de análise psicológica, nesse caso, no estudo específico da inter-relação, emoção, pensamento e ação e criação. Na análise da linguagem, como instrumento das relações, ele encontra a palavra como sendo a unidade entre essas dimensões e o social, porque traz no seu aspecto interno o significado e o sentido, daí conclui: cada palavra é uma generalização social e contém sentidos subjetivos. Assim, ele procede a uma análise psicológica que considera adequada ao estudo científico, pois não transforma em elementos segmentados o todo complexo e, sim, busca uma decomposição, em unidades que preservam “todas as propriedades que são inerentes ao todo, e, concomitantemente, são partes vivas e indecomponíveis dessa unidade” (VIGOTSKI, 2000, p. 8). Seguindo essa lógica de pensamento, encontramos nos afetos que compõem o trauma essas unidades inter-relacionadas para o nosso estudo.

A emoção regula e orienta a ação e o pensamento. “A passagem para o tipo psíquico de comportamento surgiu sem dúvida, com base nas emoções” (2004, p. 138). As emoções atravessam as funções psicológicas superiores tal como atenção, memória, percepção, pensamento e linguagem e a própria consciência como um organizador central de todas as funções. Desta maneira não é possível separar razão de emoção. Elas desempenham um papel ativo nas formas superiores de comportamento e regulam as reações dos organismos. Portanto, para Vigotski:

Toda emoção é um chamamento à ação ou uma renúncia a ela. Nenhum sentimento pode permanecer indiferente e infrutífero no comportamento. As emoções são esse organizador interno das nossas reações, que retesam, excitam, estimulam ou inibem essas ou aquelas reações. Desse modo, a emoção mantém seu papel de organizador interno do nosso comportamento (VIGOTSKI, 2004, p. 139).

Vigotski sublinha, ainda, a importância de compreender as complexas reações emotivas baseadas nas associações diversas de estímulos variados a sentimentos passados. Nas palavras do autor:

Existe mais um mecanismo psicológico da educação dos sentidos que é exclusivo das reações emocionais e radica nas peculiaridades da sua constituição. Esse mecanismo consiste em que não só pela via acima indicada é possível fechar um vínculo entre a reação e algum acontecimento. É possível que, digamos, haja vínculo entre o sentimento de medo e um estímulo dissociado do estímulo incondicionado de medo na experiência, mas que na experiência [...] esteja vinculado a um sentimento de dor, desprazer, etc. (VIGOTSKI, 2004, p. 142).

Expostas essas considerações, chegamos a um ponto fundamental da nossa pesquisa: a partir de Vigotski, a mudança educativa do comportamento emocional começa na “mudança daqueles estímulos com os quais está vinculada a reação”. O comportamento será sempre acompanhado de reações emocionais ligadas a estímulos que produzem aquelas reações. Torna-se necessário mudar os estímulos que produzem reações negativas para que possam ser produzidos outros sentimentos. Ou seja, organizar a vida para que os sujeitos se deparem mais com estímulos que produzam bons sentimentos.

Essa elaboração de Vigotski vai de encontro ao pensamento de Espinosa, que propõe um Estado político organizado por Instituições Sociais que permitam que as pessoas busquem bons encontros que componham com suas mentes e corpos, propiciando a produção de afetos alegres. Nesse sentido, podemos pensar que a superação do trauma e da série de afetos negativos que o configuram devem ser superadas a partir de paixões mais fortes que as do trauma e, conseqüentemente, de transformações no próprio contexto que produz esses afetos, ideia ratificada por Martín Baró.

De todo modo, compreender esse processo, impedir que sejam engolfados pelas paixões tristes, para que não percam a potência coletiva para transformar o acampamento em assentamento com meios próprios, superar os problemas a partir de novas relações comunitárias baseadas é o eixo da terapia. Como procedimento, usa a narrativa do massacre, como um caminho na conquista dos outros processos essenciais da elaboração e/ou superação da produção traumatizante por parte dos trabalhadores rurais sem terra. À medida que se elabora quem são os realmente culpados, que narram as violências extremas que “guardam em seus corpos os efeitos dos traumas vividos”,

fortalecem o sentimento do comum, da potência de luta para sustentar a ocupação e a resistência na terra. Compreendemos que esse processo terapêutico os fortalece subjetivamente para a luta pela garantia da regularização da terra e pela conquista da justiça.

É assim que compreendemos que na narrativa dos trabalhadores sem terra podemos encontrar essas unidades da totalidade complexa, esses sentidos coletivizados que configuram a vivência, a consciência dos acontecimentos carregados de sentimentos e emoções (afetividades) e que, a partir desse estudo, conformamos os afetos que formam e compõem o trauma psicossocial, compreendendo a relação estabelecida entre a memória do trauma narrada e reconstruída, o pensamento e as ações expressas na palavra. Portanto, extraindo das ideias que Vigotski postula para a ciência psicológica, compreendemos que os afetos e seus sentidos seriam unidades vivas e indecomponíveis para o estudo do trauma psicossocial. Nas palavras de Vigotski:

Na análise que decompõe a totalidade complexa em unidades [...] existe um sistema semântico dinâmico que representa a unidade dos processos afetivos e intelectuais, que em toda ideia existe, em forma elaborada, uma relação afetiva do homem com a realidade representada nessa ideia. [...] Ela permite revelar o movimento direto que vai da necessidade e das motivações do homem a um determinado sentido do seu pensamento, e o movimento inverso da dinâmica do pensamento à dinâmica do comportamento e à atividade concreta do indivíduo. [...] a relação do pensamento verbalizado com toda a vida da consciência em sua totalidade e com as suas funções particulares (VIGOTSKI, 2000, p. 16-17).

Para Vigotski, a memória é uma função psicológica fundamental e só pode ser compreendida a partir de uma perspectiva histórica. Em suas pesquisas, ele leva em consideração que a memória culturalizada faz parte das funções psicológicas superiores e se modifica a partir das transformações de novos nexos entre as funções, propiciadas pelas mudanças nas esferas culturais, sociais, históricas. Portanto, não faz parte mais de funções naturais, instintivas, adquiridas pelo aparato biológico, o aparato biológico é o mesmo, não aumenta em dimensão, não modifica como estrutura; o que muda são os nexos entre as funções, provocados por mudanças no contexto sociocultural ou histórico. “Para que estas funções sejam desenvolvidas, é necessário que o sujeito se aproprie dos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade” (ALMEIDA & ANTUNES, p. 2).

O autor russo considerava a memória uma função de suma importância para o comportamento voluntário. Por meio da evocação de conteúdos memorizados (armazenados) é possível ao indivíduo a elaboração de estratégias de ação, assim como permite ao sujeito que continue se lembrando dessas estratégias enquanto a ação é executada. Vigotski tanto valorizava essa função psicológica, que concordava com a proposição spinoziana de que “*Intenção é memória.*” (Spinoza, apud Vygotski 1932; 1993^a, p. 374) (ALMEIDA & ANTUNES, p. 8).

Ainda salienta: a memória tem uma função primordial em comunicar a cultura e as transformações inter e intrageracionais, uma função de comunicação, aprendizagem e produção coletiva no mundo das atividades humanas. Vigotski e Luria (1993) têm como objetivo demonstrar as injunções e camadas interativas, sobrepostas, entre os aspectos biológicos e sócio-históricos na produção do psicológico, nos processos de expansão, transformação e substituição das funções e da atrofiação de outros processos, então substituídos por processos mais complexos e culturalizados, desenvolvidos e diferenciados, sem mudanças biológicas, pois o que muda são as conexões psicológicas provocadas por transformações externas, ou seja, transformações dialéticas no processo de transformar e produzir a partir da natureza implicam duplicidade de produções: internas e externas, e as produções externas passam a ser um amplificador das funções internas, assim como a escrita passa a ser uma memória humana e histórica externalizada, que potencializa a função psicológica.

Assim, chegamos ao estudo de outra função psicológica superior associada à consciência, aos afetos, à percepção, ao pensamento e à linguagem, isto é, a memória. A memória narrada pela linguagem, que reconstrói a vivência na sua complexidade, carrega a força dos afetos (sentimentos e emoções), os sentidos e os significados e apresenta a relação afetiva do homem com a realidade.

Ao correlacionar afeto e razão, Vigotski afirma que “experiência e estudos mostraram que o fato emocionalmente colorido é lembrado com mais intensidade e solidez do que um fato indiferente” (VIGOTSKI, 2004, p. 143). Isto é, o fato que foi mais significativo, carregado de sentimentos profundos, que podem, inclusive, ser de sentimentos profundamente negativos, humilhantes, desesperadores, desumanos, como no caso dos sentimentos vivenciados no massacre, que por sua forte carga afetiva triste acaba por fazer parte da memória cotidianamente. Nos estudos sobre ditaduras na América Latina, o fato rememorado também tem cor, mas, como diz Riquelme, a cor é cinzenta e nebulosa. No caso do Massacre que estamos estudando, a cor marcante na memória é o vermelho do sangue escorrendo dos mortos e baleados.

Sentidos exprimem estados emocionais, vontades e motivações direcionadas à própria ação. Vigotski distingue sentidos de significados da palavra. Significado, segundo ele, são os sentidos socialmente dominantes, estáveis e dicionarizáveis. Os sentidos das palavras carregam não apenas os significados compartilhados socialmente, mas trazem a carga intelectual e afetiva, pessoal, singular; trazem também o subtexto da narrativa que está no contexto do drama humano. “O sentido de uma palavra nunca é completo. Baseia-se, em suma, na compreensão do mundo e no conjunto da estrutura interior do indivíduo”. (PAULHAM, In: VIGOTSKI, p. 466). Nas palavras do autor:

O sentido de uma palavra é a soma de todos os fatos psicológicos que ela desperta em nossa consciência. Assim, o sentido é sempre uma formação dinâmica, fluida, complexa, que tem várias zonas de estabilidade variada. O significado é apenas uma dessas zonas do sentido que a palavra adquire no contexto de algum discurso e, ademais, uma zona mais estável, uniforme e exata. Como se sabe, em contextos diferentes, a palavra muda facilmente de sentido. O significado, ao contrário, é um ponto imóvel, imutável, que permanece estável em todas as mudanças de sentido da palavra em diferentes contextos (VIGOTSKI, 2001, p. 465).

O sentido da palavra, diz Paulham, é um fenômeno complexo, móvel, que muda constantemente, até certo ponto em conformidade com as consciências isoladas, para uma mesma consciência e segundo as circunstâncias. Nestes termos, o sentido da palavra é inesgotável. A palavra só adquire sentido no contexto do parágrafo, o parágrafo no contexto do livro, o livro no contexto de toda a obra de um autor. O sentido real de cada palavra é determinado, no fim das contas, por toda a riqueza dos momentos existentes na consciência e relacionados àquilo que está expresso por uma determinada palavra (VIGOTSKI, 2001, p. 466).

Essa forma de compreender a relação entre sentidos e significados torna-se muito importante no nosso trabalho, ao revelar que, para cada sujeito da experiência, a mesma palavra que conota um significado comum social ou coletivamente, pode representar diferentes sentidos advindos das mais diversas conexões, possibilitadas pelas mais diversas vivências singulares conectadas a esta mesma palavra, frase ou narrativa, enfim, a uma dada linguagem. E, no caso específico do massacre, o significado social compartilhado pode ser reduzido a justificativas para o que ocorreu, a partir a manutenção da ideologia do poder dominante.

E, assim, contribuir para uma melhor compreensão do que seria um trabalho comunitário que atua na construção de sentidos singulares, construindo teias de relações criadas a partir deles, conectando os sujeitos em suas particularidades, e formulando e construindo um sentido comum sem a perda das diferenças e dos diversos olhares de cada sujeito. A nosso ver, outro trabalho que contribui muito para essa perspectiva, de

valorização dos sentidos singulares na constituição do comum, no campo específico da memória, e que muito nos interessa, é o trabalho de Ecléa Bosi.

Em sua pesquisa, Bosi revela toda a força da categoria memória coletiva. Baseada em Halbwachs, ela demonstra a importância da atividade mnemônica como função social exercida pelo sujeito e coletivos que rememoram. De acordo com essa teoria, lembrar não é reviver, mas refazer o passado de acordo com a experiência presente.

Na apresentação da obra *Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos*, Chauí assim fala da pesquisa: “porque ao pensar você dá a pensar, porque seu livro é um campo de pensamento, ele faz com o leitor exatamente o que você nos diz que a memória faz com os recordadores: fica o que significa. O que em mim fica? O que em mim significa?”. Bosi, por sua vez, discute o tema, recorrendo a Bartlett:

O que Bartlett admite, de um modo bastante compreensivo, é a existência de um ‘contínuo’ que vai da simples assimilação, por transplante, até a criação social de novos símbolos, a partir do recebimento de formas extragrupoais. A memória das pessoas também dependeria desse longo e amplo processo, pelo qual sempre ‘fica’ o que significa. E fica não do mesmo modo: às vezes quase intacto, às vezes profundamente alterado. A transformação seria tanto mais radical quanto mais operasse sobre a matéria recebida a mão-de-obra do grupo receptor. Assim, novos significados alteram o conteúdo e o valor da situação de base evocada. No outro extremo, se a vida social ou individual estagnou, ou reproduziu-se quase que só fisiologicamente, é provável que os fatos lembrados tendam a conservar o significado que tinham para os sujeitos no momento em que os viveram (BOSI, 2004, p. 66).

Conforme Bossi (2004), “o grupo é suporte da memória se nos identificamos com ele e fazemos nosso seu passado”. Quando o grupo é efêmero e logo se dispersa, as lembranças relacionadas a ele não são significativas, as lembranças mais sólidas são constituídas na convivência do dia a dia. Nesse caso, a superação da traumatização provocada pelo massacre também se dá pelo dia a dia, pela memória de superação constante, pela convivência diária, constituindo pouco a pouco um refazer. Um refazer do assentamento, dos planos de futuro, da construção de convivência comunitária, da luta coletiva por justiça e direito à verdade, da luta pela apropriação da terra.

Um dos aspectos mais instigantes do tema é o da construção social da memória. Quando um grupo trabalha intensamente em conjunto, há uma tendência de criar esquemas coerentes de narração de interpretação dos fatos, verdadeiros ‘universos de discurso’, ‘universos de significado’, que dão ao material de base uma forma histórica

própria, uma versão consagrada dos acontecimentos. O ponto de vista do grupo constrói e procura fixar a sua imagem para a história (BOSI, 2004, p. 66-67).

As lembranças grupais se apoiam umas nas outras formando um sistema que subsiste enquanto puder sobreviver a memória grupal. [...] é preciso estar sempre confrontando, comunicando e recebendo impressões para que nossas lembranças ganhem consistência. [...] Temos que penetrar nas noções que as orientavam, fazer um reconhecimento de suas necessidades, ouvir o que já não é audível (BOSI, 2004, p. 414).

Como encontrado na pesquisa de Bosi: “o que as recordações tenham em comum, ou em paralelo, é o que esperávamos, mas o que nos chama a atenção são as diferenças de observações sobre o mesmo fato”. Portanto, diz ela, para Halbwachs, “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (BOSI, 2004, p. 413). Porém, ao mesmo tempo, e com a mesma relevância, ela escreve: “Somos, de nossas recordações, apenas uma testemunha, que às vezes não crê em seus próprios olhos e faz apelo constante ao outro para que confirme nossa visão: ‘Aí está alguém que não me deixa mentir’” (BOSI, 2003, p. 407).

Dessa forma, ficamos atentos a cada relato em sua íntima singularidade, porém trazendo-o para construir o que significava coletivamente. Em primeiro lugar, a compreensão das diversas manifestações afetivas do sofrimento; segundo, a construção de um caráter coletivo e histórico do trágico acontecimento e, por fim, as estratégias coletivas construídas para a superação, levando-se em consideração, sobretudo, as diferentes manifestações subjetivas do sofrimento e uma modificação profunda na afetividade.

A memória se dá num tempo concreto, social e histórico – essa é a substância da memória, “dependente da ação passada e da presente, diversa em cada pessoa. Um tempo que fosse abstrato e a-social nunca poderia abarcar as lembranças e não constituiria a natureza humana” [...] “Esse enraizamento num solo comum transcende o sentimento individual” (BOSI, 2004, p. 422-423). Os momentos de recordação coletiva do massacre constituíram força de resistência de vida após o massacre.

A situação de produção de narrativa em processo coletivo foi instrumento construído na perspectiva discutida anteriormente: uma rememoração coletiva amparada e entrelaçada pelos sentidos próprios de cada participante, mas que possibilitavam uma rede de construção amparada pelo coletivo. Essa metodologia de reconstrução coletiva da memória nos remete aos ensinamentos de Bosi, Vigotski, aos teóricos da Psicologia

da Libertação e aos teóricos dos direitos humanos da América Latina, os quais viemos citando.

Bosi valoriza a dimensão individual da memória, afirmando que num quadro de memória coletiva é o indivíduo que recorda, que sente um evento trágico comum a todos:

[...] “Um desejo de explicação atua sobre o presente e sobre o passado, integrando suas experiências nos esquemas pelos quais a pessoa norteia sua vida. O empenho de um indivíduo em dar um sentido à sua biografia penetra as lembranças com um ‘desejo de explicação’” (BOSI, 2004, p. 419).

A infinidade de lembranças, pontos de vista de cada um no Massacre, constrói uma rede de significações que se complementam a partir dos diversos sentidos, que debatidos em grupo, pelo valor histórico e coletivo que apresentam, podem ser reelaborados, resignificados e tomar a forma de uma memória historicizada e validada pelo grupo, como o coletivo que sofreu o massacre, para deixá-la registrada e torná-la um bom encontro que compõe e não destrói a potência coletiva.

Segundo Bosi, “a memória é toda dividida por marcos, pontos onde a significação da vida se concentra: mudança de casa ou de lugar, morte de um parente, formatura, casamento” [...] (BOSI, 2004, p. 415). Em nossa pesquisa, o massacre é um desses marcos, divide a vida em antes e após o massacre. A memória deste, por sua vez, é triste porque traumática, porque representa uma ruptura violenta no cotidiano. Recomeçar novamente a luta, após o massacre, voltar para a ocupação, conseguir novos objetos cotidianos, já que tudo foi queimado, traz sentimentos de desgaste, frustração, desilusão, enfim, diversas tristezas; e o trauma traz sentimentos de medo, terror, angústia. Uma questão importante para nós, que aparecerá na memória traumática, é a relação da memória com os objetos que fizeram parte da vivência cotidiana dos sem terra, e que foram propositadamente aniquilados pelo incêndio: “o trauma sempre vem acompanhado de uma perda: a perda de objetos internos ou externos. O que pode ser importante para uma pessoa, uma parte do corpo, objetos, projetos de vida, tempo, objetos abstratos como ilusões ou ideais” (ESPINOSA SOTO, p. 138-139).

Compreendemos que à medida que são construídos espaços para os trabalhadores rurais narrarem suas experiências, eles a revivem, experimentam os horríveis sofrimentos, mas buscam as ideias adequadas desses sofrimentos, de medo e dor aprisionantes que humilham e destroem a força de vida, entendendo o significado

político do massacre. Por meio da narração da memória coletiva, torna-se possível o fortalecimento do sentimento do comum, da vontade da ação coletiva, da ampliação da consciência social (LANE, 2004) e de classe, do grupo, de enfrentar e compreender as emoções que compõem os maiores sofrimentos e impedem a ação, mantendo a apatia social: dentre os quais Martín-Baró destaca o fatalismo (1987) e Espinosa, o medo e a esperança (2013).

Segundo Gaborit (2009):

De grande importância na reparação do tecido social, na recuperação da memória histórica e na recuperação socioafetiva de pessoas e comunidades são as comemorações vinculadas a fatos horrorizantes, como massacres, detenções arbitrárias massivas e desaparecimentos (GABORIT, 2009, p. 255).

Martín Baró destaca outra dimensão psicossocial da memória coletiva:

Somente à medida que as pessoas e grupos adquiram consciência sobre suas raízes históricas, sobre todos aqueles fatos e condições que têm configurado sua realidade, poderão situar-se numa perspectiva adequada para avaliar sua própria identidade. Saber quem se é supõe saber de onde se vem e de quem ou o do que se depende. Não há verdadeiro conhecimento de si mesmo que não seja um reconhecimento das próprias origens, da própria identidade comunitária, da própria história. Os povos latinos americanos necessitam de uma clara memória histórica para rastrear os dinamismos de sua história, para saber onde buscar as causas de sua opressão secular e de sua situação presente (MARTÍN-BARÓ, 1987, p.157).

Portanto, a narrativa da memória histórica significa a transformação da experiência vivida, expressa por meio da memória coletiva, em consciência histórica, refletida e experimentada coletivamente. A rememoração de um fato comum não é apenas uma ação racional, mas é também uma ação afetiva; lembrar significa viver emocional e criticamente o passado, como afirma Gaborit, trata-se de uma recuperação socioafetiva, mesmo porque, como lembra Vigotski, não há separação entre as duas dimensões psíquicas: razão e emoção.

Assim, no quinto capítulo buscamos construir a Memória Histórica do Massacre de Felisburgo, do ponto de vista do sofrimento ético-político de quem o vivenciou. Retomamos as narrativas que foram registradas em áudio, transcritas literalmente e organizadas, respeitando o modo próprio dos sujeitos, com suas interrupções, os choros, os silenciamentos, questionamentos e perspectivas.

4 PRÁXIS PSICOSSOCIAL DE SUPERAÇÃO DO TRAUMA: UMA TERAPÊUTICA COMUNITÁRIA

“e de já eu agradeço a sua presença aqui”

“Seu Pedro”

4.1 SUBSÍDIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Ao longo dos anos em que participei /intervindo da vida dos trabalhadores rurais acampados em Terra Prometida (período compreendido entre 2006 e 2013), fui buscando orientações metodológicas dentre as quais destaco a Psicologia Comunitária (SAWAIA, 2006a, 2006b), a Psicologia da Libertação (MARTÍN-BARÓ, 1988, 2000; GUZZO, R. & LACERDA JUNIOR, 2009; FREIRE, 1967), a Análise Institucional (BAREMBLITT, 2012), a Pesquisa Participante (BRANDÃO, 1987), e, sobretudo, a Psicologia Sócio-Histórica (LANE, 1986; SAWAIA, 2009, 2011, VIGOTSKI, 1993a, 1993b, 1998, 2004; NEWMAN E HOLZMAN, 2002) para pensar sobre o papel da Psicologia em contextos rurais de extrema violência e desenhar um campo de intervenção capaz de abranger as dimensões que compõe a totalidade do fenômeno psicossocial: o individual, o coletivo e o social, cujos quais consideramos fundamentais para uma pesquisa no campo das Intervenções Psicossociais.

A Psicologia Sócio-Histórica e a Psicologia da Libertação trouxeram noções importantes que guiaram a intervenção e ressaltaram a importância do papel da Psicologia em casos de violência extrema. Inicialmente, listamos três:

1) trabalhar a dimensão sócio-histórica do massacre, produzindo intervenções grupais no sentido de ampliar a compreensão e conseqüentemente a consciência sobre as raízes históricas deste, afim de reverter os sentimentos negativos produzidos e reproduzidos nos trabalhadores, assim como, produzir um reconhecimento coletivo do que sofreram. Além disso, consideramos importante problematizar que não se tratava de um fenômeno particular ou específico que havia atingido apenas a eles enquanto indivíduos ou comunidade, mas que se tratava de um fato histórico, repetitivo, que os massacres fizeram e fazem parte do processo de colonização e de luta pela terra no Brasil, o que incluí o debate sobre o papel do Estado;

2) possibilitar um espaço de reflexão sobre o sofrimento e as sequelas deixadas, para que as dores, os sintomas psicológicos e psicossociais pudessem ser melhor compreendidos e elaborados pela comunidade. Dialogamos sobre como o massacre produzia efeitos nos sujeitos, e quais seriam esses efeitos, e que poderia afetar mais especificamente algumas pessoas, tais como as viúvas, as lideranças, os baleados, os jovens, as crianças, os idosos, as crianças, o que, contudo não excluía a afetação de toda à comunidade;

3) possibilitar um espaço de reelaboração e transformação do sofrimento, dos afetos (sentimentos e emoções) vivenciados antes, durante e após o massacre. Para tanto, a orientação foi manter uma escuta atenta, dedicada ao sofrimento alheio e também aberta para as outras questões que eles pudessem trazer. Assim, o trabalho foi se abrindo para outras dimensões da vida, que poderiam se tornar a saída para aqueles afetos tristes – tal como é o caso dos debates sobre a construção do assentamento, do trabalho coletivo e da vida cotidiana.

4.2 MEMÓRIA HISTÓRICA COMO CATEGORIA CENTRAL DA ANÁLISE E INTERVENÇÃO NO TRAUMA

Com essas indagações e dialogando com a literatura acima citada, a memória histórica foi se destacando como categoria central de reflexão e ação. Memória histórica sintetiza a relação subjetividade/sociedade e em termos psicológicos os nexos entre emoção, pensamento, ação, conforme será discutido nos próximos capítulos.

Essa concepção leva à busca de procedimentos que abordem a memória em sua totalidade, nas três dimensões em sua relação inter-subjetiva e sócio-política e documental. Nossa intervenção não se restringiu a colher a memória coletiva do massacre, mas compreender que trabalhar memória histórica é contribuir no processo de organização social das famílias nos acampamentos e assentamentos por meio de algumas linhas de trabalho, tais como: acompanhamento das famílias; visitas domiciliares e nos roçados; trabalhos com grupos, que podem incluir realização de oficinas capaz de trabalhar o nexo entre o sentir, pensar e o agir, na memória (passado), no presente, projetando futuro.

É preciso lembrar que nossa intervenção estava voltada desde o início ao sofrimento ético-político e à consideração, conforme as reflexões teóricas discutidas nesta Tese, de acordo com as quais – a ação transformadora da psicologia social não deve se restringir somente à conscientização, pois assim, mantém a separação entre pensamento e emoção, racionalizando o sofrimento ético-político e encobrindo a composição dos afetos políticos que compõem o trauma. Trabalhar a memória atravessada pelos afetos se torna uma possibilidade de resgatar fatos passados como experiência emocional que se cruza com a vivência do presente. No plano individual a concepção de sofrimento ético-político exige que a intervenção sempre se volte para o coletivo. No plano comunitário, que ela se volte ao fortalecimento do sentimento do comum. Sawaia (2014), baseada em Espinosa, explica o plano do comum:

“A potência comum é mais poderosa do que o *conatus* individual” (*Tratado político*, cap. II, §13). Por isso Espinosa afirma que “nada é mais útil ao homem que o outro homem” (*Ética* IV, prop. 35, corol.I) e que é esse desejo do útil comum que está na base da criação da sociedade. Ele se contrapõe a Hobbes, defendendo que a sociedade nasce do consenso de que a constituição de um comum possibilita o fortalecimento do *conatus* de cada um (*Tratado político*, cap. II e V). Seguindo essa linha analítica, nesses mesmos capítulos, Espinosa defende que a democracia é o único *estado com aptidão para produzir um mundo comum, pela operatividade de um Direito comum* de potencializar a vida, pois é regime em que a potência coletiva não está cristalizada em um indivíduo ou grupo particular, mas que permanece nas mãos do comum (comunidade). (SAWAIA, 2014, p. 10)

No plano social, nossa ação esteve voltada a apoiar a luta pela reforma agrária e sua legitimidade social e apoiar a luta pela justiça em relação ao massacre.

Sobretudo, é importante destacar que durante todo nosso trabalho contamos com o apoio do MST e dos militantes sem terra e que muitas intervenções que tomamos aqui foram produzidas junto com eles.

4.3 OS CAMINHOS DA TERAPÊUTICA COMUNITÁRIA

Fontes de nossa inspiração foram trabalhos realizados por diferentes autores, em diferentes contextos sociais. *Os condenados da Terra* de Frantz Fanon foi a primeira referência encontrada; após isso começaram parcerias com autores latino americanos por meio do *Colectivo Latinoamericano de Trabajo Social* (COLAT).

Assim, a Psicologia da Libertação e sua abordagem prática muito nos iluminam para pensar o trabalho comunitário sem perder de vista a questão política mais ampla. Já a Psicologia Sócio-Histórica e a categoria de sofrimento ético-político lembram que conscientização não se consegue pelo abafamento das emoções e ênfase nas mudanças das ideias. Segundo Espinosa (apud SAWAIA, 2009) uma paixão não muda por imposição de uma ideia. Foi nesse diálogo que as ações foram se construindo. Nas palavras da autora:

Para suprimir uma paixão, a razão precisa ser uma afecção. O conhecimento do bem e do mal puramente discursivo não prevalece sobre as paixões, pois é uma abstração que não nos une aos objetos. Apenas a fruição de um bem maior pode nos livrar da paixão. Isto significa que, em situação de servidão, somente quando os limites impostos à potência de vida pela paixão forem sentidos como afeto de tristeza, a expansão de meu corpo for sentida como alegria e a ignorância for experimentada como tristeza, daí nosso corpo e nossa alma passam a desejar conhecer as causas de nossos atos e de nossas necessidades, passando da paixão à ação. Ao compreender a natureza de nossas emoções, nós nos tornamos livres das ideias inadequadas (superstições) e sentimos alegria. (SAWAIA, 2009, p. 368).

Uma fonte inspiradora da ação foi o trabalho da Equipe Clínico-Grupal do Grupo Tortura Nunca Mais. Eles produzem uma clínica social ampliada, que não restringe o trabalho psicológico ao nível do psiquismo individual, ou seja, a intervenção psicossocial leva em consideração a determinação política e social da produção do sofrimento. A investigação dos fatos, a recuperação da memória coletiva, a denúncia e a luta política são dimensões importantes para o trabalho psicológico. Segundo Cecília Coimbra:

A denúncia, o tornar público, retiram-nos do território do segredo, da clandestinidade, do privado. Com isso, saímos do lugar de vítima fragilizada, despotencializada e ocupamos o da resistência, da luta, daquele que passa a perceber que seu caso não é um acontecimento isolado; ele se contextualiza, faz parte de outros e sua denúncia, esclarecimento e punição dos responsáveis abre caminho e fortalecem novas denúncias, novas investigações. A dimensão coletiva desse caminho se afirma e, com isso, temos a possibilidade de começar a tocar na impunidade; de mostrar que tal quadro – onde as punições nunca acontecem – pode ser mudado, pode ser revertido (COIMBRA, 2001, p. 5).

A autora afirma que a luta contra a impunidade tem um caráter pedagógico-social, com função de criar novas formas de subjetividade que não reproduzam e reiterem formas de violência que foram forjadas historicamente. Embora considere que

a reparação econômica seja um direito dos violentados e torturados, ela afirma que esse direito deve ser acompanhado por outros: “deve estar aliado às lutas para que se possa construir não somente outras formas de viver, de existir, outras sensibilidades, mas outra memória histórica diferente da que nos tem sido imposta pela chamada história oficial” (COIMBRA, 2001, p. 6).

Um trabalho que orientou nossa ação foi o de Moane (2009) no contexto de luta anticolonialista na Irlanda. Baseada na psicologia da libertação, ela desenvolve uma série de atividades programadas que vão do individual ao coletivo, passando pelo histórico, que ela denomina como *workshops*. Essas oficinas programadas vão evoluindo e produzindo ações transformadoras, no sentido afetivo e político, nos participantes²⁷. A autora utiliza variadas técnicas de discussões em pequenos grupos e exercícios, encenações, dramatizações, exercícios energéticos, meditação, apresentações de *slides* e discussão aberta, sempre orientada pelo pressuposto da psicologia da libertação de não separa o pessoal do político. (MOANE, 2009).

Ou seja, a Psicologia da libertação compreende que os níveis, pessoal e político, estão sempre interligados. Portanto, a intervenção atua nos processos de conscientização: análise social da natureza sistêmica da opressão; no compartilhamento das diferentes experiências de opressão; na desnaturalização dos processos de opressão; na análise crítica do mundo; na problematização da ordem social, com o objetivo de tomada de medidas de ação. A atuação é cíclica e envolve momentos de problematização, ação, reflexão sobre a ação para melhor desenvolvê-la e novamente momentos de ação.

[...] um modelo de educação e de intervenção que eu tenho aplicado no contexto da Irlanda nos últimos sete anos. O objetivo dos cursos e oficinas é aumentar a consciência sobre a opressão, com vista a tomar medidas para trazer a mudança. A estrutura do workshop integra três elementos. A primeira é uma análise social que enfatiza a natureza sistêmica da opressão. O segundo um ciclo de opressão que examina as relações entre a opressão política e pessoal, e o terceiro é um ciclo de libertação que se concentra sobre a mudança em três níveis, o pessoal, o interpessoal, e o político (MOANE, 2009).

Importante ressaltar que embora a ênfase seja a consciência e não haja referência teórica à emoção, os resultados das intervenções apontam a importância das mudanças

²⁷A autora trabalha mais especificamente com a questão das mulheres e em grupos específicos: militantes políticas, homossexuais e mulheres das classes populares.

afetivas, tal como a questão da autculpabilização, que quando colocada em debate se reelabora, dando lugar a uma compreensão sistêmica da produção desse afeto. Outra questão importante diz respeito aos resultados do compartilhamento dos sentimentos, de compreender como o outro sofre pelos mesmos problemas. Segundo ela: “isso quebrou o sentimento de isolamento, permitiu-lhes desenvolver a solidariedade, com base em reações compartilhadas e chamou a atenção para a formação externa de suas reações” (MOANE, 2009).

Enfim, em seu trabalho, Moane (2009) ensina como articular o pessoal e o político e demonstra o papel de mediação dos afetos. Fica clara a resolução do paradoxo que será debatido no capítulo 6, no qual os sem terra deveriam esquecer para não sofrerem, porém aqui fica demonstrada a necessidade de relembrar para buscar as ideias adequadas dos afetos, na superação do principal efeito perverso do trauma: a paralisia da ação. Assim, ela descreve uma mudança afetiva por parte das participantes, em uma das etapas das oficinas: “Em vez de aumentar o impacto negativo da opressão, tal consciência ajudou a remover autculpa, e a ampliar a sensação de solidariedade. Sua compreensão de opressão lhes deu mais escolhas e lhes permitiu ter consciência mais clara sobre suas vidas.” (MOANE, 2009).

Queremos destacar, ainda, o trabalho de Newman e Holzman (2002) no *East Institute* do qual gostamos muito e concebemos como uma influência marcante para projetos de intervenção psicossocial. Eles fazem um resgate histórico de Vigotski e, ao seu modo, produzem intervenções psicossociais especialmente com grupos ‘ditos’ minoritários. Para tanto, eles reformulam o conceito clássico de Vigotski de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) e dizem que a tarefa dos psicólogos revolucionários é fazer História, criar ZDPs, isto é, buscar metodologias provocativas que completem a atividade humana – unidade de análise de suas pesquisas-intervenções. Compreendem a ZDP não como técnica ou experimento, mas uma “reorganização dos cenários ambientais para criar novo significado e uma aprendizagem que conduz o desenvolvimento [...] criando condições para a atividade revolucionária” (NEWMAN e HOLZMAN, 2002, p. 166). Porém eles advertem:

Nossa análise social-psicológica-política da sociedade contemporânea como essencialmente subdesenvolventista levanta ininterruptamente esta questão crucialíssima: dadas as condições do mundo, que não promovem a criação de ZDPs e, portanto, da aprendizagem-conduzindo (completando e sendo completada pelo)-desenvolvimento, será possível reorganizar essas condições de modo que os seres humanos possam reiniciar a atividade de criação de significado necessária para (e produzida pela) criação contínua de ZDPs e

com isso de aprendizagem-conduzindo-desenvolvimento? (NEWMAN e HOLZMAN, 2002, p. 167).

Esta questão, também é indagada por nós, quando pensamos sobre a efetividade de uma terapêutica em uma comunidade massacrada e que vive em condições de precarização, sem a legalização do assentamento e, portanto, sem apoio técnico e financeiro do Estado para a produção. Nesse sentido, para nos auxiliar a responder a essas perguntas, os autores indicam que “temos de estar e podemos estar ‘à frente de nós mesmos’. Temos que fazer ‘mais do que somos capazes’.” (NEWMAN e HOLZMAN, 2002, p.167).

Isto significa que, mesmo levando em consideração o contexto histórico desfavorável ao desenvolvimento humano, devemos produzir cenários de participação comunitária que incluem a organização de ambientes propícios para os debates coletivos, para a antecipação de projetos futuros, utilizando a imaginação e a arte como mediadores para produção de novas atividades humanas.

A arte tem papel importante nessa práxis. Para Vigotski, a Psicologia não se limita ao psicológico, mas abrange a totalidade de como as pessoas vivem suas vidas, o que indica que seu desenvolvimento criativo, emocional e artístico precisa ser estimulado, quando se deseja criar um novo homem (SAWAIA, 2009, p. 369).

4.4 UMA PSICOLOGIA VOLTADA PARA AS QUESTÕES DA TERRA E DOS POVOS DO CAMPO

Durante o percurso de minha ação, outra questão começou a se delinear, a possibilidade de minha intervenção colaborar para o projeto em construção de se fazer uma psicologia voltada para as questões da terra e aos povos do campo, como vem sendo denominado pelos movimentos sociais de luta pela terra, pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), por outras entidades sociais e intelectuais. Essa construção aponta para a grande demanda de aproximar a psicologia como ciência e profissão da realidade dos trabalhadores do campo “num processo de escuta, diálogo e construção conjunta” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2004, p. 9).

Ao contrário de outras ciências, a Psicologia no Brasil não tem uma longa trajetória de pesquisas sobre essa temática, sendo, portanto uma área em construção,

embora, esse quadro esteja se alterando com a ampliação de estudos sobre a luta pela terra, o MST, os povos indígenas, e outros povos tradicionais.

Por outro lado, podemos dizer que a Psicologia Social vem acumulando desde os anos 60 experiências de atuação com movimentos sociais, comunidades e com educação popular, voltada à conscientização da população:

A partir de meados da década de 1960, em alguns locais dá-se a inserção do psicólogo, com o objetivo de somar esforços e de colaborar para tornar a Psicologia mais próxima à população, em geral, e mais comprometida com a vida dos setores menos privilegiados; buscando, com isso, uma deselitização da profissão, e as práticas vão ganhando uma significação política de mobilização e transformação sociais (FREITAS, 1998, p. 60).

A partir dos anos 1980 e 1990, a produção da Psicologia começa a se diversificar, acompanhando os Movimentos Sociais de luta pela terra. As primeiras pesquisas sobre a questão indígena são realizadas. Em 1988, é produzida a primeira dissertação de mestrado a respeito do MST. Conquistas importantes que não podem ser desconsideradas. Para compreender melhor o conteúdo dessas produções é importante consultar duas pesquisas bibliográficas a esse respeito: Domingues (2007), que trata de *Psicologia e o MST* e Vitale e Grubits (2009), que trata de *Psicologia e a questão indígena*.

A pesquisa intitulada: *Vinte anos do MST: a Psicologia nesta História*, de Domingues (2007), teve como objetivo “levantar e analisar as teses e dissertações desenvolvidas em programas de Pós-Graduação em Psicologia, que versam sobre o MST, no período de 1987 a 2004”. Domingues (2007) trata das teses e dissertações sobre o MST defendidas na Psicologia. Segundo a autora, nestas pesquisas existe uma diversidade de temáticas que ela classificou em três grupos: 1º) "que dizem respeito ao que leva os sujeitos a lutar pela terra e aderir ao MST"; 2º) "que dizem respeito à produção de subjetividades e questões internas ao movimento"; 3º) "que dizem respeito aos agentes externos ao MST - como polícia militar, agrônomos e técnicos agropecuários e a imprensa".

Na pesquisa de Vitale e Grubits (2009), fica demonstrada a necessidade de trocas de experiências e diálogos entre aqueles que pesquisam a questão indígena. Na busca por produções, as autoras encontraram um total de 49 trabalhos, incluindo artigos, teses e dissertações na área de Psicologia que tratam diretamente da temática. As autoras analisaram as pesquisas a partir de seis categorias: sujeitos, localização, assunto,

conceitos, materiais e área de conhecimento. Dessa forma, elas constataram que, quanto à categoria sujeito, foram estudadas 25 etnias diferentes; quanto à questão da localização, elas perceberam que os pesquisadores dão pouca importância para essa especificação, pois não aparece no item palavras chave indexadas; quanto ao assunto, os trabalhos envolvem a questão dos mitos e da mitologia, as brincadeiras infantis, a saúde, a religião, o suicídio, a AIDS, os gêneros e as relações familiares. Sobre a questão conceitual, os trabalhos envolveram as categorias de identidade, cultura, memória, aspectos intergrupais, etc. A maioria das pesquisas foram realizadas na área da Psicologia Social, seguidas da Clínica, Psicanálise, Etnopsicologia, etc.

Sobre quilombolas, outra questão territorial relevante, encontramos um número muito reduzido de produções. Quatro estudos foram localizados no banco de dados *BVS-Psi*, e apenas um na revista *Psicologia e Sociedade*. Os estudos versam sobre identidade, memória social, diálogo intergeracional e preservação da cultura e resistência.

Em uma busca mais específica, a partir da SciELO, do PePSIC e do LILACS, sobre assentamentos e acampamentos rurais, foram selecionados 11 artigos, que tratam diretamente da temática na Psicologia: Silva (2002, 2007, 2010); Albuquerque, Coelho, Vasconcelos (2004); Prado, Campici, Pimenta (2004); Albuquerque, Coelho, Nóbrega, Lacerda, Maribondo (2005); Leite e Dimenstein (2006); Scopinho (2007, 2009); Groff, Maheirie e Prim (2009); Vasquez (2009). Os artigos são importantíssimos, pois levantam uma série de questões fundamentais, tais como: a questão de gênero; a invisibilidade da problemática rural; a formação da consciência política dos trabalhadores; a discussão sobre as tensões e desafios dos movimentos sociais; as experiências e desafios da coletivização e do cooperativismo; a relação com grupos externos; e a produção da subjetividade na luta pela terra. Enfim, existe uma preocupação com os fatores objetivos (políticas públicas, condições de trabalho, cooperação, historicidade, modos de produção) e com os fatores subjetivos (crenças e valores, identidade, saberes, sentimentos, emoções). Compreendemos que a chave para atuação da Psicologia nas questões da terra está na produção dialética entre as relações objetivas e subjetivas, que não podem ser compreendidas separadamente. O que significa levar em consideração as formações macro sociais em que os sujeitos se encontram inseridos e revelar a partir disso a produção de trajetórias singulares, a gestação de biografias únicas no entrelaçamento com a história da sociedade à qual pertencem.

Desses artigos, merece destaque o de Vasquez (2009) pela descrição da intervenção psicossocial. A autora aponta as possibilidades de produzir autonomia entre mulheres trabalhadoras rurais através da técnica do "clube dos saberes", o qual trabalha as questões subjetivas partindo de uma atividade concreta, dessa forma, ela resgata a contribuição da Psicologia (Social) Institucional em atuação no meio rural. Outro trabalho interessante, o de Silva (2007), revela a importância de desvendar mais profundamente as relações produzidas na dinâmica dos movimentos sociais, propondo como fundamento teórico a produção da Psicologia (Social) Política e dos Movimentos Sociais. Por fim, o artigo de Groff, Maheirie e Prim (2009) traz, para debater a experiência de coletivização na reforma agrária, o referencial da Psicologia (Social) Sócio-Histórica, principalmente a discussão da dialética exclusão/inclusão e do sofrimento ético-político, formulado por Sawaia (2002). Nesse artigo, as autoras argumentam uma questão fundamental: o universo subjetivo não se transforma apenas por mudanças objetivas, há que se garantir intervenções psicossociais nas subjetividades enclausuradas pelo medo, vergonha e humilhação que impedem o agir.

Como apontado pelas pesquisas, torna-se importante considerar a Psicologia Social como o grande campo de referências para a atuação da Psicologia nos desafios das questões da terra. Não se trata de criar mais um campo e segmentar ainda mais a nossa ciência. Será a partir dos mesmos referenciais teóricos, da mesma leitura epistemológica e metodológica da Psicologia Social e de seus desdobramentos, tais como: Psicologia Comunitária, Política, Sócio-Histórica, Análise Institucional e Esquizoanálise, que produziremos nossas pesquisas e intervenções.

Embora, o quadro esteja se alterando, com a ampliação de estudos sobre o MST, povos indígenas, e outros povos tradicionais, no levantamento que realizei, não encontrei pesquisas em Psicologia no Brasil que tenha como foco o fenômeno da violência. Os estudos importantes sobre a questão da violência contra trabalhadores rurais no Brasil estão especialmente nas áreas da Geografia e das Ciências Sociais (OLIVEIRA, 2009; CARVALHO FILHO, 2009; TAVARES DOS SANTOS, 2000). Não encontramos registros sobre intervenções ou atendimento psicológico em comunidades rurais massacradas, torturadas ou violentadas, tal como o Massacre de Corumbiara e Eldorado dos Carajás.

Para Carlos Guedes, advogado do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no caso, houve claramente o que é padrão em termos de situação fundiária do Pará: a desconexão entre a teoria e a prática. "O drama

que as pessoas vivenciam hoje e as sequelas físicas realmente são todos decorrentes dos ferimentos. Mas foram agravadas e tornadas irreversíveis em função da negligência do governo estadual na assistência médica, isso fora, a assistência psicológica que não existiu”, diz.²⁸

Justamente a Psicologia, que desde sua criação volta-se à cura do “sofrimento psíquico”, não pode ficar indiferente a esse que é um “sofrimento ético-político” decorrente exclusivamente de uma condição social, portanto coletivo (SAWAIA, 2006). Dessa forma, consideramos que utilizar o aporte da Psicologia para compreender o fenômeno da violência contra trabalhadores rurais torna-se uma necessidade ético-política de nossa ciência.

Orientados pela ideia de que a psicologia social precisa desenvolver orientações metodológicas para intervenção em situações de sofrimento ético-político, consideramos fundamentais as propostas de intervenções comunitárias nesses locais, concebendo a gravidade das situações traumáticas vividas por esses povos que, muitas vezes, não vêm ao conhecimento público, ou quando vêm são banalizadas. Compreendemos, portanto, que a Psicologia, na qualidade de ciência e profissão, deve voltar-se aos povos do campo e, conseqüentemente à questão da terra, especialmente, em casos de conflito no campo.²⁹

Assim, para discutirmos os desafios e possibilidades da Psicologia na questão da terra, retomamos o trabalho de Freitas (2001) que, em uma produção mais recente, deixa clara a necessidade histórica da Psicologia se voltar para o debate da Reforma Agrária e atender aos movimentos sociais de luta pela terra, a partir de seu arcabouço teórico-metodológico. Ela busca responder “o que fazer para a construção e/ou fortalecimento de comunidades rurais”; “como a Psicologia social comunitária poderia contribuir para isso” e “por que reunir esforços para isto no atual momento histórico?” (p. 211).

A autora retoma o percurso da Psicologia Social Comunitária e cita referências fundamentais, tais como Martín-Baró, Maritza Montero, Lane e Sawaia na Psicologia; Orlando Fals Borda e a metodologia da Investigação-Ação Participante; Paulo Freire e a proposta de alfabetização conscientizadora. Estaria, nessas bases, a possibilidade de um fazer crítico, historicizado, não naturalizante das relações sociais. O “domínio e

²⁸Eldorado Entrevistas. In: <<http://www.tempopresente.org>>. Acesso em 17 de dezembro de 2010.

²⁹O Conselho Federal de Psicologia (CFP) em conjunto com os movimentos sociais de luta pela terra definem tratar da *Psicologia e a questão da terra* e da *Subjetividade e a gente da terra*, a partir de um olhar específico para a desigualdade social traçada historicamente no contexto da luta pela terra (CFP, 2004; 2006).

conhecimento de categorias conceituais da Psicologia Social e da Psicologia Política de bases marxistas e históricas” (FREITAS, 2001, p. 220): classe, ideologia, alienação, consciência, a dialética do singular, particular, universal seriam os pilares constitutivos dessa prática, além do emprego de recursos metodológicos advindos da pesquisa participante e o compromisso com um projeto de transformação social, e a interdependência entre as esferas micro e macro sociais.

Portanto, retomamos as propostas de construção de uma ciência que responda às necessidades coletivas concretas, e não ao “fetiche” academicista, formuladas no bojo dos movimentos sociais de contestação das políticas neocolonizadoras impostas ao terceiro mundo. Durante as décadas de 60 e 70, os movimentos sociais contestatórios e guerrilheiros na América Latina, África, etc. criam condições de difusão de ações sociais emancipatórias e de educação popular. Inspirados nesses movimentos, Frantz Fanon (2010), Paulo Freire (1975) e Fals Borda produzem reflexões e modos de ação que confrontam os postulados científicos tradicionais. Surge assim, a pesquisa participante, à margem da Universidade, relacionada diretamente à educação popular militante e as causas populares. É importante destacar que a questão agrária, camponesa e dos diferentes povos do campo são fundamentais para configuração dessas intervenções.

Inspirado em Fals Borda, em Paulo Freire e na Teologia da Libertação, Martín Baró cria uma Psicologia Libertadora construída a partir da revisão crítica dos fundamentos da Psicologia, que segundo o autor servem para a manutenção da ordem estabelecida, para apaziguar as contradições sociais e remediar os “traumatizados” das guerras civis e psicológicas estabelecidas na América Latina (MARTÍN-BARÓ, 2000).

Assim, ele elabora uma Psicologia que se compromete com a gênese dos acontecimentos, as raízes das situações sociais patogênicas e compreende os fenômenos psíquicos em suas determinações históricas. Para Martín-Baró, o trabalho da Psicologia latino-americana deve centrar-se em três tarefas teórico-práticas: “recuperação da memória histórica, a desideologização do senso comum e da experiência cotidiana e a (potencialização) das virtudes populares” (MARTÍN-BARÓ, 2009, p. 194). O conceito de memória histórica significa: “descobrir seletivamente, mediante a memória coletiva, elementos do passado que foram eficazes para defender os interesses das classes exploradas e que voltam a ser úteis para os objetivos de luta e conscientização” (FALS BORDA, 1985, p. 139).

Três documentos fundamentais merecem ser destacados para aprofundar nessa temática. Trata-se da produção dos seminários organizados pelo CFP e pelo CRP/SP, respectivamente: “A questão da terra: desafios para a Psicologia” (2006) e “Série gente da terra: seminário subjetividade e a questão da terra” (2008), ações que começam a delinear um vasto campo tão desprezado pela Psicologia Oficial. O terceiro é o livro “Psicologia e povos indígenas” (2010), cuja produção está pautada em uma série de encontros, debates e reflexões entre psicólogos, outros profissionais e representantes de vários povos indígenas. Essas produções têm uma característica muito importante: elas são fruto do diálogo político entre os profissionais e os sujeitos do campo – indígenas, sem terra, atingidos por barragens, etc. Esses povos foram convocados para falarem de suas realidades e formularem bases para a atuação da Psicologia nessas áreas.

No ano de 2013, foi lançada uma coletânea *Psicologia e contextos rurais*, organizada por Leite e Dimenstein (2013), inédita na área da Psicologia no Brasil. Fomos convidados a participar desta produção, através da escrita de um capítulo: *Massacre no acampamento Terra Prometida - Felisburgo/MG: o papel da Psicologia frente ao trauma psicossocial*.

Dessa forma, a contribuição específica de nossa ciência vem se configurando ao dar voz àqueles que, historicamente, foram excluídos dessa possibilidade, assim como possibilitar a compreensão do significado de território para a formação da subjetividade. As narrativas abaixo citadas representam esse processo:

Muitas vezes o homem branco fala mais do que o índio e não dá a chance do índio falar o que ele sente, o que ele quer expressar, o tempo é corrido, não é por aí. Se querem trabalhar, ajudar o nosso povo, tem que a base, tem que ouvir as comunidades, para depois sim, começar a trabalhar dentro das comunidades. Antonísio Lulu Darã, cacique da aldeia Tekoa Porã (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6.^a REGIÃO, 2010, p. 61).

Não queremos ser um objeto clínico. Não é esse o nosso papel! Construimos nosso movimento a cada dia. Com erros, acertos, reflexões, mecanismos de autocrítica e que ajudam a manter nosso rumo e nosso ideal. Isso tudo merece uma reflexão, mas não queremos ser objeto clínico de alguém que venha, estude, avalie e depois se afaste. Essa reflexão é feita não somente com os psicólogos, mas com muitos outros profissionais que vêm, fazem seus diagnósticos, detectam os problemas e depois vão embora. E o povo continua no mesmo estágio. Talvez até pior, porque se levanta uma expectativa, criam-se ilusões que não têm respostas, não aponta soluções. Assim, a questão é: de que forma nós, enquanto Movimento, podemos ajudar a formar os profissionais? Quais elementos eles possuem para contribuir no avanço da nossa luta, sem que percamos a identidade e os referenciais, o horizonte e os métodos de luta, os instrumentos usados (muitas vezes não aceitos) que são a cara do MST?

Em algumas instâncias ainda há resistência pelo estereótipo criado em cima do profissional de Psicologia. Mas queremos buscar alternativas, demarcando o espaço de que não queremos ser objeto de estudo, de intervenção clínica, mas, sim, sujeitos em um processo de construção de proposta, sem sermos apenas demandantes, mas que possa haver uma troca e que possamos ver até que ponto as demandas nossas e as do Conselho poderiam construir um novo processo, diferente. Gislei, representante do MST (CFP, 2007, p. 28).

Por fim, ainda dentro desse debate, vale ressaltar a última produção do CFP no que diz respeito à inserção do Psicólogo em Políticas Públicas relacionadas à questão da terra, denominado: Referências Técnicas para Atuação das (os) Psicólogas (os) em Questões Relativas à Terra. Cito esse documento, pois, além de sua importância, pude fazer parte do grupo que o elaborou e partilho das ideias ali contidas. As orientações foram divididas em 4 eixos norteadores: 1) dimensão ético-política das políticas relativas às questões da terra; 2) psicologia e o campo das políticas públicas relativas às questões da terra; 3) a atuação da psicologia e, 4) desafios para uma prática psicológica emancipadora. O eixo 2, que trata da atuação da psicologia na questão da terra, direciona caminhos importantes para o psicólogo na interface entre questões subjetivas e sócias entre ações individuais e coletivas como o de a) compreender o processo de luta pela terra, levando em consideração que “as condições de dominação e de segregação social dos grupos marginalizados podem imobilizar a potência criativa dos sujeitos levando-os a um sofrimento ético-político” (p. 79); b) “identificar as estratégias de resistência criadas pelos trabalhadores em processo de luta, buscando fortalecer aquelas que potencializam o grupo no seu desejo de transformação social” (p. 80).

Como trabalhar com o sofrimento ético-político que condensa as condições de dominação e violência histórica no campo, e é vivido como sofrimento psíquico e como diminuição da potência de ação conceituado muitas vezes de depressão? Foram questões que passaram a nortear as intervenções que realizava no acampamento e motivou a transformá-las em tese de doutorado.

4.5 O RELATO DAS INTERVENÇÕES PSICOSSOCIAIS COM VISTAS A UMA TERAPÊUTICA COMUNITÁRIA.

Em março de 2006, fiz a primeira visita ao acampamento Terra Prometida, a partir da demanda explicitada pelo MST. Naquele época, fazia 01 ano e 04 meses que o

massacre havia ocorrido. Para chegar ao local, fui auxiliada tanto pela regional Jequitinhonha, quanto pelos moradores amigos do sem terra e residentes na cidade de Felisburgo. O acampamento não fica muito distante da cidade de Felisburgo, localizada a 736 Km de Belo Horizonte, porém a estrada é de terra e muito precária. Por causa do transporte precário, saindo de ônibus de Belo Horizonte (MG), demorei dois dias para chegar ao acampamento, pois tive que dormir uma noite em Felisburgo para pegar um ônibus que sai às 5 horas da manhã.

Fiquei impactada pela paisagem, pois avistei um outro Vale do Jequitinhonha para além da seca e miséria tão reproduzidos pela mídia. Pude ver uma natureza, que embora trouxesse todos os traços da expropriação, do desmatamento, das pastagens, etc., ainda mostrava-se verde e exuberante. O rio Jequitinhonha, apesar de muito sujo e poluído, apresentava ainda uma grande margem de extensão.



Foto 1 – Estrada para o acampamento. Vale do Jequitinhonha, 2008. Fonte: Andréia Carvalho.

Nesta primeira visita, permaneci seis dias, um dia na cidade de Jequitinhonha onde conversei com os militantes da secretaria regional do MST. Três dias no acampamento Terra Prometida, hospedada nos barracões indicados pelas lideranças, e

por fim, fiquei dois dias hospedada na casa de uma das viúvas, Dona Dinei, no município de Felisburgo.

Quando cheguei ao acampamento avistei os barracos de lona preta e palha. Nas visitas pelo acampamento pude perceber que em geral, os homens trabalhavam na roça, plantando legumes, grãos e hortaliças e as mulheres cuidavam dos lares, das tarefas domésticas, das crianças e do acampamento. As mulheres também trabalhavam na roça, cuidavam das criações de porcos e galinhas, uma produção de subsistência. Era sempre convidada para conhecer a produção agrícola. A partir da lógica Psicologia Comunitária, eu me relacionava com a comunidade, andava pelo acampamento, fazia visitas aos lares e aos roçados. Pude notar que o sistema de segurança era muito precário, com alternância de trabalhadores vigiando a guarita.



Foto 2 – Acampamento Terra Prometida - Felisburgo, 2006. Fonte: Fabiana Campos.



Foto 3 – Produção agrícola no Acampamento Terra Prometida - Felisburgo, 2006. Fonte: Fabiana Campos.

No primeiro dia de visita ao acampamento, realizei uma Assembleia Geral, durante a qual eu pude me apresentar aos acampados e expor a intenção de realizar o trabalho, conforme combinado com a Direção Estadual do Movimento. Se concordassem, poderiam sugerir formas de efetivá-lo. Desta maneira, ficou decidido que realizaríamos sessões de entrevistas grupais em que eles pudessem falar sobre os acontecimentos decorridos antes, durante e após o massacre.



Foto 4 – Assembleia no acampamento Terra Prometida - Felisburgo, 2006. Fonte: Fabiana Campos.

No acampamento Terra Prometida, como é prática do MST, as famílias já estavam divididas em núcleos de trabalho. Em geral, fizemos uma reunião por núcleo, já que a comunidade totalizava seis núcleos de famílias. Os participantes se dispuseram em círculo, com cerca de 8 a 10 pessoas. Nesse momento, eles relataram principalmente sobre o sofrimento vivido em relação ao massacre; foi um desabafo coletivo. Eles tinham muita necessidade de falar, porém, paradoxalmente, a maioria das falas eram curtas, interrompidas por choros ou silenciamentos. Além disso, devemos ressaltar que enfrentamos recusas, fenômeno que alguns autores denominam como o silêncio em relação ao terror (RIQUELME, 1993). Uma das narrativas representa esse silêncio diante do sofrimento provocado - o sofrimento indivisível: *“Tem coisas nessa história que a gente nunca divide com ninguém”*.

Posteriormente, realizamos um trabalho de organização e devolução das narrativas com o objetivo de formar um reconhecimento coletivo dessas produções e fortalecer um sentido comum da dimensão histórica do massacre. Portanto, a primeira visita realizada teve como foco principal a atenção à narrativa dos trabalhadores reconstituindo a memória do massacre. A intenção foi recuperar a história do massacre e sua conexão com toda a história de vida dos trabalhadores rurais, ou seja, a importância de recuperar a história dos acontecimentos sob o ponto de vista de quem os viveu. Essas

narrativas se constituíram como os dados empíricos mais importantes para nosso trabalho de análise dos afetos políticos, como será exposta no sexto capítulo.

Na primeira visita, assim como nas restantes, entrevistei e conversei com as viúvas em suas casas e com alguns ex-acampados e apoiadores do Movimento Sem Terra, que, após o massacre, foram morar na cidade de Felisburgo. Do mesmo modo, pedi a eles que me contassem a história do massacre, de acordo com suas memórias, me relatassem seus sofrimentos, e as consequências físicas e psicológicas decorrentes desse acontecimento. Eles também falaram sobre o Movimento Sem Terra e sobre suas histórias de vida. Alguns relatos abaixo exemplificam as narrativas às quais estamos nos referindo e que têm um sentido importante: alguns, mesmo saindo do acampamento após o massacre, continuam a defender a causa:

E morro defendendo o MST que eu gosto do movimento, eu estou aqui, mas eu gosto do movimento, defendo o movimento, porque eu sou sem terra, num tem terra, eu sou pobre, sou trabalhador, sou da roça, então isso é minha classe que pertence, e quando eu olha pra minha mão calejada, eu acho que meus companheiro é mesma coisa de mim também, eu morro defendendo os sem terra, eu gosto do movimento, fora de sério e tenho saudade de lá, num escondo de falar, que todo mundo lá é daqui de dentro, é amigo tudo, igual irmão, que eu considero é igual irmandade, então o que eu tenho dizer é isso. (Sinval, ex-acampado que mora na cidade).

Nós quer é justiça né?! Eu num tô morando lá no acampamento não, mas dou toda força, dou todo apoio, eu dou. E o que precisa de mim, qualquer coisa que eu sabe, eles num fica enganado lá dentro não, que eu aviso, aviso, que eu mando aviso pra Eni, eu mando, qualquer coisa que eu sabe, eu mando. (Sinval, ex-acampado que mora na cidade).

Em relação às viúvas, meu encontro se deu com quatro delas: Dona Maria, Dona Tereza e Dona Dinei, que residiam na cidade, e Dona Maria José que morava no acampamento. A 5ª viúva, Edilene, a mais nova de todas, mudou-se e eu nunca mantive contato com ela, soube que estava grávida na ocorrência do massacre, e após o trágico acontecimento, casou-se novamente e mudou-se para o Estado do Espírito Santo para trabalhar na lavoura sazonal.

Das que residiam na cidade, duas delas falaram mais do ponto de vista do sofrimento; a terceira, D. Dinei, apesar de nos hospedar em sua casa, de nos tratar muito bem, não se sentia à vontade para falar das questões específicas relacionadas à memória do massacre e ao sofrimento. Posteriormente, uma estudante de psicologia que fazia parte da minha equipe dedicou-se, especificamente, a resgatar a história de vida das

viúvas, como uma forma de registrar a memória delas e prestar uma atenção especial a essas mulheres.

Portanto, além do trabalho grupal e coletivo, sempre tive o cuidado de não anular as especificidades da vivência do sofrimento ético-político, realizar visitas domiciliares, especialmente às viúvas, com foco na escuta ao sofrimento e das suas histórias de vida, ou mesmo da vida cotidiana, investigando as possibilidades de superação da dor. Também realizava visitas quando era convidada pelos próprios moradores que demonstravam interesse em abordar assuntos particulares e familiares, especialmente as mulheres, quando aproveitavam a oportunidade para me oferecer um café. Além disso, me disponibilizava a realizar escuta clínica, com foco no sofrimento, de algumas pessoas indicadas pelas lideranças do acampamento, ou mesmo, quando era solicitada por elas próprias.





Foto 5 e 6 – Visitas Domiciliares – Acampamento Terra Prometida. Felisburgo, 2008. Fonte: Fabiana Campos e Andréia Carvalho.

Ficou claro que as famílias encontravam-se em uma situação traumática; não dormiam à noite, queixavam-se e temiam novos ataques. Os moradores revelaram que, embora já tivessem sido chamados, inúmeras vezes, pela Justiça, Polícia, Câmaras

municipais, etc., para prestarem depoimentos, eles nunca haviam sido convocados a falar do ponto de vista do sofrimento. Além do sofrimento, dos danos físicos, das balas alojadas nos corpos e dos danos psicológicos, o quadro de adoecimentos e sequelas deixado pelo massacre, a principal mensagem das sessões foi conclusiva: queriam justiça, a desapropriação total da terra e necessitavam da continuidade do atendimento psicológico. É um dado muito relevante: afirmaram nunca terem se encontrado para falar do massacre sob o ponto de vista psicológico e/ou do ponto de vista do sofrimento.

Todas as narrativas foram gravadas e transcritas textualmente, respeitando o modo próprio e singular de expressão da comunidade. Procedemos então a uma organização do material. Selecionamos trechos importantes, criando categoriais iniciais para uma subdivisão do conteúdo, levando em consideração a importância e a generalização dos conteúdos expressos, que demonstravam seu valor coletivo. Também consideramos passagens individuais que expressassem as percepções singulares da vivência de cada um em relação à memória coletiva do massacre. Ou seja, trabalhamos na dimensão de criar sentidos que fossem compartilhados, isto é, criar significados coletivos para a comunidade, construindo a partir das narrativas uma memória coletiva. O conteúdo dessas narrativas revela a memória traumática do massacre.

Posteriormente, na terceira visita, em dezembro de 2006, seis meses depois, voltei acompanhada por estudantes de psicologia que se dispuseram a contribuir com o projeto, a equipe formada por 10 estudantes se alternava para me acompanhar nas visitas, desde esta até outras posteriores. O motivo do retorno era a intenção de continuar o projeto, dar desdobramentos à coleta inicial, no sentido de apoiar os processos de desenvolvimento da comunidade.

Tendo em vista a construção de uma memória histórica do massacre, fizemos a devolução do material organizado em categorias iniciais. Nas reuniões dos núcleos, os trabalhadores liam os conteúdos que eles próprios haviam fornecido meses atrás. Houve uma grande comoção nessa etapa do trabalho. Esse procedimento alcançou resultados muito importantes. Inicialmente, provocamos o reconhecimento da importância das suas falas, de que constituíam um material histórico; mostrávamos nossa implicação com a pesquisa e a preocupação com a realidade deles, ao mesmo tempo em que validávamos coletivamente as narrativas e seu conteúdo. Os trabalhadores reconheciam o conteúdo como sendo uma construção coletiva da memória do massacre. Eles se reconheciam nas narrativas, mesmo quando se tratava da fala de outra pessoa. Houve um reconhecimento do sofrimento produzido pelo massacre, um processo de sensibilização e identificação

coletiva a respeito do sofrimento. Essa técnica alcançou nossos objetivos de dar historicidade ao conteúdo e, ao mesmo tempo, reconhecimento coletivo dos sofrimentos individuais e compartilhamento dos sentidos singulares. Esse foi um momento importante para a construção da intervenção no nível meso social, o que nessa Tese significa a passagem das narrativas singulares para a construção de uma memória coletiva do massacre.

Nossa intenção foi demonstrar a importância de registrar e dar visibilidade à ocorrência, para que o massacre não fosse um acontecimento esquecido na história. Tendo sempre em vista, em nossas intervenções, que se tratava de um fator historicamente repetitivo, que faz parte da luta pela terra no Brasil, e da luta de classes. Portanto, trabalhamos a dimensão histórica do acontecimento para ampliar a consciência política, proporcionando espaço para formas de reflexão por parte deles. Esse modo de intervenção significa, do nosso ponto de vista, transformar memória coletiva em memória histórica – o que já instaura uma dimensão macro social da intervenção.

Consideramos, ao mesmo tempo, que a memória histórica é memória de afetos e sentimentos, daí a ênfase na análise dos afetos e da repercussão deles, no corpo e mente, individuais e coletivo. A intenção foi trabalhar duas dimensões: 1) o reconhecimento desse sofrimento ao contrário da sua negação, silenciamento ou banalização - ao fazer circular a palavra, produzindo reelaboração; 2) possibilitar a transformação dos afetos, diminuindo ou minimizando a produção de sintomas. Admitimos as limitações do trabalho, que não teve um acompanhamento e uma intervenção regular e mais intensiva. Porém, reconhecemos que nosso aprendizado pode servir para o diálogo da construção de uma psicologia engajada socialmente. No curto tempo que estivemos na comunidade, produzindo esta intervenção, pudemos perceber que à medida que pensavam sobre afetos e os partilhavam como co-emoção eles mudavam de patamar, de paixão à ação, menos re-ativos a mais ativos.

A partir de então, nas duas últimas visitas com caráter interventivo, utilizamos a arte como técnica social das emoções, como fala Vigotski (2001), no livro *Psicologia da arte*. Em uma delas produzimos uma oficina de desenhos livres. Foram evidências do conteúdo da memória e das representações sobre a realidade. Foram expressões impressas de sentimentos, ideias e imagens acumuladas. No momento de preparo para o desenho, os sujeitos se deparavam com a escolha tanto do conteúdo que queriam expressar quanto da forma possível de fazê-lo. Para muitos, trabalhadores rurais, que

não exerceram movimentos finos durante sua trajetória de vida, esta oficina foi um desafio. Algumas mulheres chamavam as crianças para ajuda-las, assim, tornou-se um movimento coletivo alegre, interativo, inusitado e interessante. Uma atividade que eles não tinham o costume de fazer.

Pudemos perceber, na totalidade dos desenhos, que os temas giravam em quatro facetas principais: o acampamento, o massacre, o assentamento e a natureza típica do Vale do Jequinhonha: tais como plantas e animais. Após a realização da oficina, pedimos que os trabalhadores explicassem o conteúdo dos desenhos. Assim, nossas interpretações levam em consideração essas explicações.

Muitos desenhos referiam-se às cenas do massacre, porém, é necessário dizer que o acampamento também aparece desenhado fora da situação do massacre. Já, os desenhos do assentamento representavam um sonho a ser conquistado. A bandeira do MST sempre presente, assim como a agrovila, com casas, escola, áreas de produção, criação de animais, crianças, trabalhadores e famílias. Surgem ainda cenas como uma mulher grávida com uma criança ao lado, enxadas e uma foice rompendo uma cerca.

A escola merece um destaque especial, pois ela está presente nos desenhos tanto do acampamento, quanto do assentamento, e também aparece como desenho único da folha. É importante relatar que na maioria dos desenhos da escola, ela ocupa uma área proporcionalmente grande na folha e vem com o nome inscrito: Escola Municipal Miguel José dos Santos, nome dado à escola local em homenagem a um dos homens assassinados, antigo morador agregado da fazenda e importante liderança regional.

Por fim, na última visita a campo, com caráter interventivo, trabalhamos outras dimensões da vida. Houve um trabalho grupal focado nas relações de trabalho, no qual detectamos um problema na falta de comunicação entre eles, o que fazia surgir problemas no trabalho coletivo. Houve uma sessão especial dedicada à dimensão corporal, realizada por uma das estagiárias que era dançarina. Houve também um trabalho lúdico com as crianças, focado nas brincadeiras populares. Também realizamos um túnel do tempo trazendo objetos e fotos que lembravam a história do acampamento.

Houve um debate muito importante sobre a responsabilização do Estado na determinação do acontecimento, sobre a banalização das denúncias de ameaças junto ao Ministério Público. Também participei com eles de eventos que discutiam Reforma Agrária, a história do Vale do Jequitinhonha e outros temas políticos e sociais mais amplos, além de participar de místicas e encenações produzidas pelos acampados.

Enfim, em todas as visitas, fizemos trabalhos em grupos, discussões sobre a situação do acampamento, da justiça, da superação do trauma e do sofrimento. Também realizávamos visitas domiciliares quando solicitada, em geral para tratar de problemas da vida cotidiana, tais como alcoolismo, sexualidade, etc. Foi-me demandada uma prática de psicodrama, porém, não pude realizar por falta de subsídios teórico-metodológicos. A cada nova visita, pude perceber que os moradores melhoravam as condições de moradia e do acampamento. Os barracos aumentavam de tamanho, introduziam peças de madeira, construam móveis, e espaços comunitários, etc.



Foto 7 – Vista do interior de um barracão. Acampamento Terra Prometida - Felisburgo, 2008.
Fonte: Fabiana Campos.



Fotos 8 e 9 – Formas de Trabalho no Acampamento Terra Prometida - Felisburgo, 2008. Fonte: Andréia Carvalho.

No fim de 2008, finalizamos esses trabalhos em comum acordo com a comunidade. Porém em 2009, voltei com uma estudante de psicologia na data de rememoração do Massacre, dia 20 de novembro, quando há uma manifestação política organizada pelo MST e comparecem outros Movimentos Sociais, tais como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), militantes sociais, representantes de partidos políticos e de entidades sociais, tais como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), etc.

Por fim, realizei uma última visita, em janeiro de 2013, tanto para confirmar alguns dados da pesquisa, quanto para visitar a comunidade e compreender como estavam. Constatei que a memória traumática não agia com tanta força, apesar de confirmarem que nunca se esqueceriam do massacre. Mas, naquele momento, os problemas cotidianos se apresentavam com maior expressividade para um trabalho comunitário. Continuavam a reafirmar a necessidade da justiça e da regularização do assentamento. E um dado importantíssimo levantado que diz respeito à ação dos acampados em transformar o acampamento em assentamento sem a representatividade dos órgãos competentes, no caso, o Incra, e fazerem com as próprias mãos a divisão das terras para a produção, além da construção de casas de alvenaria. Hoje eles tratam o local como assentamento, inclusive através de uma placa indicativa no caminho da estrada.

Do ponto de vista macro, acompanhei e participei, quando convidada, de encontros de militantes do MST. Nessas oportunidades dialogava sobre a questão do acampamento Terra Prometida. Também participei de manifestações políticas do Movimento relacionadas à questão do Massacre realizadas na cidade de Belo Horizonte (MG), onde foram julgados em primeira instância o fazendeiro e alguns de seus capangas, contratados para realizar a chacina. Nessas manifestações públicas, os sem terra costumam ficar acampados na praça em frente à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, eu aproveitava essas ocasiões para conversar, entrevistar ou prestar algum apoio aos trabalhadores.

No plano político, participei do Comitê Justiça para Felisburgo, cuja intenção foi apoiar e participar das ações de Direitos Humanos e Comunicação Social, que envolviam as vítimas do massacre de Felisburgo e o processo judicial. O Comitê teve uma atuação mais concentrada nos meses que precederam o Julgamento do fazendeiro Adriano Chafick, que estava marcado para janeiro de 2013 e que foi adiado para 10 de outubro do mesmo ano. O mesmo ocorreu no Fórum Lafaiete, em Belo Horizonte. O

objetivo do Comitê foi promover a publicização do massacre a fim de conscientizar a população sobre tal acontecimento e as questões sociais, políticas e jurídicas que o envolviam, além de discutir a questão da violência contra a população rural, a injustiça no campo e a reforma agrária. Por fim, mobilizar a sociedade no sentido de promover a reparação social, a justiça e a paz.

O Comitê reuniu uma série de pessoas e entidades que prestaram apoio em relação à publicidade, em *sites* e em outras oportunidades consideradas pertinentes. A partir disso, surgiu uma série de produções tais como vídeos, jornais, panfletos, *sites* na internet, manifestações e místicas pela cidade de Belo Horizonte e outras no Estado. Após nove adiamentos, ocorreu em Belo Horizonte, no dia 10 de outubro de 2013, o julgamento do fazendeiro Adriano Chafik e de Washington Agostinho da Silva, outro acusado pelo Massacre de Felisburgo. Eles foram condenados. Chafik pegou 115 anos de prisão; Washington, 97 anos e seis meses de cadeia. As penas são em regime fechado, porém, não foram presos, pois ambos foram beneficiados por *habeas corpus*. O alvará de prisão será expedido apenas depois de transitada a decisão do *habeas corpus*. Mesmo assim, o julgamento foi considerado pelo MST como uma vitória.

Nessas ocasiões ocorreram passeatas, e paradas com intervenções artísticas e políticas ressaltando a violência do Massacre e a possibilidade de novas relações sociais, baseadas na igualdade, que se expressavam particularmente com a conquista do Assentamento.

Durante minha atuação no Comitê destaco três atividades importantes que realizei: uma entrevista para o Jornal Brasil de Fato; a organização, em conjunto com o professor Ricardo Ribeiro, de uma palestra na PUC Minas com participação de uma representante do acampamento que relatou sobre o Massacre, um representante do MAB e dois da CPT; posteriormente fui indicada e convidada pelo CFP para a produção das Referências Técnicas para Atuação das(os) psicólogas(os) em Questões Relativas a Terra. Atualmente estou representando o CRP-MG junto ao CFP nos debates relacionados às questões da terra e povos do campo, quando faço questão de assinalar o processo de violência no campo.

4.6 A AVALIAÇÃO DA INTERVENÇÃO REALIZADA PELOS TRABALHADORES

Em algumas sessões, perguntávamos para eles o que achavam da nossa intervenção. Os resultados foram muito positivos e demonstram a importância do nosso trabalho e da necessidade do apoio que eles precisam, inclusive de outros profissionais:

Foi bom você vim, né?! Que é bom os companheiro vim, que vai assuntando também aí, né?!Pra depois se acontecer alguma coisa se Deus livre e guarde que num é de deixar mais, vê como é que foi acontecido, que aqui quando acontece às vez, já lá pra fora já acontece com outro e assim tem visita pra vim assim, pra ficar com nois é uma benção, que vê como é o movimento aqui, a comunidade daqui como é que é e que nós somos todos irmãos a comunidade séria, e luta pela terra e luta pelo trabalho, e tocando a vida pela luta mesmo. (mulher)

E pra nós é importante que aí a gente fica sabendo que o movimento tá crescendo nois, né, que fica só aqui um olhando pra cara do outro e tal, trabalhando num tem uma visita de umas pessoa importante assim de fora pra trazer mais informações pra gente. A gente pode achar que o movimento tá crescendo e fica sem graça também e pode num tá e a gente acaba que com fé em Deus aí o movimento tá crescendo, né?Aí a gente fica mais feliz com essas coisa, pra nós é muito ótimo. (homem)

Apresento, na íntegra, um diálogo que demonstra a importância da atuação da Psicologia e da minha presença entre eles, para o desabafo e trocas coletivas, para que saiam do isolamento e do sofrimento. Eles destacam, especialmente, o fato de eu ser uma ponte que pode trazer e levar informações para eles, com o intuito de ampliar a aprendizagem, como sendo uma coisa boa para eles:

Fabiana: Bom, e vocês acham que ah..para um trabalho aqui... como que, como que poderia ser no caso, eu penso em transcrever esse material, formar esse projeto, né!?! Tentar vim mais vezes. Cês acham que seria necessário o que pra continuar?

Senhor 1: É, cê pergunta assim, pra continuar a luta nossa, ou o seu trabalho?

Fabiana: O trabalho é, seria o trabalho mesmo, uma questão da assistência psicológica mesmo. Se é importante... se faria em grupo, se tem necessidade de desabafar.. Esse tipo de...

Senhor 1: Eu acho que esse trabalho seu é importante, né!?! Pra nós aqui, porque às vezes, muitas vezes, tem gente que fica angustiada, né!?! Assim, porque todo mundo participou aqui; aí fica assim, com aquela coisa na cabeça, assim. A gente tá conversando com a pessoa prá tá soltando aquilo eu acho que é bom, né!?! Às vezes eu, é... danos psicológicos que fala, né!?! Às vezes tem gente que aí que dorme, deita pra dormir e não consegue dormir, pensando no massacre, né!?!

Fabiana: Uhum.

Senhor 1: Assim, aquele sentimento ruim. Então eu acho que sua visita aqui

seria seria bom mais pra a gente tá se desabafando um pouco, né!?

Senhor 1: *Quanto mais vier aqui prá nós é muito prazer que nós têm, viu!? Muito prazer, que aí a gente já vai tomando mais conhecimento e desabafando mais algumas coisa que tem que desabafar, né!? E quanto mais vim, cêsvim pra cá, aqui, tendo mais... tipo dá confiança... mais uma coisa com a gente, né!?*

Fabiana: *Uhum*

Senhor 2: *Agora, se ficar, se nós, se ficasse sem ocê de lá vim aqui pra poder sempre a gente ter uma palestra, a gente fica, qualquer coisa, a gente fica assim, distraído, sem saber de nada né!? E nessa, nesse ocê vindo pra cá é muito bom pra gente, aí. Porque a gente já fica mais... toma mais conhecimento e trazendo mais informação pra nós, né!?*

Senhora: *É bom, né?! Que, por causa disso, o cês vim de lá prá cá, é uma benção, por causa que a gente vai aprendendo mais, mais e, mais e, do tanto que a gente já 100E começando a aprender. E quanto mais a gente aprender as coisa de bom, é bom, né!? Então é mior pra gente também, né!? Que tem hora que a gente fica assim, dentro das barraquinha, pensando na vida da gente, o que a gente vai fazer. Têm uns que não tem aonde... tem que caçar jeito de Deus abençoar e caminhar pra nós uma força, pra nós ter pra nós e pra nossos filhos. É só.*

Senhor 3: *Isso aí é uma coisa que você tá fazendo é muito importante pra gente, né!? Que você leva e traz, né!? Que de lá traz pra nós. Entonce, isso aí é uma coisa que cêvem, igual cêlevô, tá levando aqui. Já vem mais companheiro, né!? Entonce isso aí é uma coisa muito... procê vê, aqui, que nós recebe, né!? Pra aprender mais um pouquinho, né!? Vindo de lá pra cá nós aprende, aprende mais ainda, né!? Tem muita coisa que passa, nós não sabe, né!? Vim aqui, nós não sabe nada. Entonce, ocê vim mais vezes aqui, levou daqui... Agora, traz mais pra nós, né!? Ô... ômió pra mim, pra gente, né!? Vai subindo um pouquinho, né!? Isso que é importante pra gente, né!? Entonce, o melhor também que tem pra gente, né!? Muita gente fica... não sabe nada... presta pra nós também, né!? Que é uma coisa muito bom pra gente, né!?*

O alento que o psicólogo traz não é de harmonização e esquecimento, mas de compreensão, de formação do coletivo e também de ser um educador. Por fim, destaco uma fala que reconhece o papel da Psicologia em ajudar na confirmação da verdade dos acontecimentos:

Porque o que aconteceu ele pode achar que pode acontecer de novo, né!? Não é mesmo!? Então, pois é! Então muito obrigado, por ter, por essa parte. A gente, eu sei que você vai fazer o trabalho melhor por nós lá na frente, dá mais uma força, né!? E aí a gente sempre. O cês que vem aqui pra nós... É buscar sempre e confirmar a verdade, prá chegar lá na frente e mostrar, né!? Esse trabalho, né!? O que que tá acontecendo, né!? (Luiz Flávio)

A partir dessas contribuições e da compreensão da força dos afetos políticos na constituição da formação psicossocial, partimos para a reconstrução da memória do

trauma, revelando a potencialidade contida na reelaboração realizada coletivamente, o que na Psicologia da Libertação é denominado como Memória Histórica. Em nossa concepção, isso significou a transformação da experiência vivida em consciência histórica, refletida e construída coletivamente. Compreendemos que, por meio desse movimento de narrar, elaborar, compreender e (re) significar foi possível abrir caminhos para a recuperação sócio-afetiva das pessoas e comunidades e das possíveis formas de superação do trauma psicossocial. Para apresentar tal reflexão, ao refazer a memória histórica do massacre, optamos por apresentar as narrativas em sua forma original e com trechos mais longos possível, considerando que eles têm uma densidade própria e configuram na expressão da experiência do massacre vivida individual e coletivamente.

Em síntese, ficou claro que, as intervenções psicossociais em contextos de violência, ou mesmo, em outras circunstâncias sociais desumanizantes, devem ter como foco: redimensionar os sentimentos produzidos pela situação traumática, transformar afetos – tristes em alegres, a culpabilização em orgulho, o fatalismo em resistência, a melancolia/depressão em vontade de viver. Produzir pensamentos, projeções de futuro, emoções e ações que modifiquem a fossilização do trauma, a partir do trabalho de compreensão, elaboração, transformação e superação, com base na potência de ação coletiva. Também, ficou clara a importância de valorizar como cada um viveu, sentiu e sofreu e a retomada desses sentimentos em uma perspectiva de compreensão coletiva foi fundamental, pois cada qual carrega um sentido próprio do significado coletivo do massacre, evitando a massificação das singularidades. Porém, como fato político, com definições e estratégias que afetam diretamente o futuro do coletivo, deve ser colocado em debate, questionado, problematizado – essa foi a perspectiva terapêutica mais importante, que possibilitou a reconstrução, ampliação e transformação dos sentidos e afetos individuais para uma construção de significados mais ampliados e compartilhados e das formas de enfrentamentos coletivos aos sofrimentos individuais.

Não sofrer solitariamente, na escuridão da noite. Produzir coletivamente a superação do sofrimento, a partir da construção de uma narrativa histórica seria uma primeira fórmula do nosso trabalho: produzir uma força coletiva de transformação dos afetos, a partir da narrativa sócio-afetiva dos vários pontos de vista do massacre, que se compõem para formar uma memória histórica da coletividade. Nesse refazer, os pontos de vista são evocados, as dúvidas esclarecidas, as múltiplas elaborações são provocadas, as catarses acontecem e os sentimentos podem ser transformados.

A partir da construção de um lastro comunitário, reconstituído pelas lembranças individuais e grupais passamos a ter a afirmação de um valor coletivo e histórico para o que ocorreu. Daí a importância da rememoração coletiva, para a criação de novos sentidos individuais dados ao terrível acontecimento e suas nefastas produções subjetivas, pela possibilidade permanente de desfazer e desconstruir afetos negativos, que se voltam contra os próprios trabalhadores, tal como a auto-culpabilização, o arrependimento de ter entrado para a luta, a quebra das relações de confiança comunitárias e outros afetos que tratamos, tais como a tristeza, a raiva, o ódio.

5 MEMÓRIA HISTÓRICA DO MASSACRE DE FELISBURGO: A NARRATIVA DA EXPERIÊNCIA SOCIOAFETIVA

“Mas foi isso assim. Todo mundo que conta essa história, conta dessa maneira.”

“É pra nós, é assim, pra mim, não acabou essa história, acho que não acaba.”

“Eni”

Neste capítulo, buscamos trabalhar a memória como possibilidade de resgatar traumas passados como experiência presente, com a intenção de reelaborar afetiva e racionalmente os sentidos e significados daí decorrentes e potencializar a “inflexão histórica: pontos de bifurcação em que se gestam os futuros possíveis e se esboçam os horizontes de transcendentalidade” (GABORIT, 2009, p. 267).

Através da reconstrução da memória coletiva, podemos descrever, compreender e explicitar o processo dos acontecimentos traumáticos decorrentes do massacre e sua marca na trajetória do grupo não para cristalizar o trauma ou manter a revolta que ele provoca. Ao contrário, para redimir o passado, conhecendo suas causas e fortalecendo o sentimento de comum e, como fala Gaborit, (2009) dar legitimidade a esses sentimentos. Por fim, também registrar o histórico do massacre na perspectiva de quem o sofreu.

Compreendemos que a reconstrução da memória coletiva possibilita a reelaboração dos afetos provocados pelo massacre, potencializando movimentos de transformação e superação, ao invés de cristalizá-lo como modo permanente na vida. Ao contrário, a reelaboração da memória histórica, do ponto de vista do sofrimento ético-político tem como objetivo redimir o trauma passado e transformá-lo em potência no presente. Nas palavras de Espinosa Soto (2010):

Nesse contexto, o estudo do papel da memória é de suma importância para conseguir compreender a necessidade individual de reconciliar-se com a própria história e a conexão com a responsabilidade de manter uma consciência e uma memória histórica do que ocorreu. Da mesma forma, a experiência daqueles que participaram de práticas corporais de memória e resistência estão recentemente começando a ser reconhecida como uma fonte de conhecimento teórico, terapêutico e pedagógico e como uma práxis social. Carlos Martín Beristain coloca que um dos primeiros obstáculos para alcançar a reconciliação nacional, e, portanto, algum nível de cura, é que

tanto as vítimas diretas como todos aqueles afetados necessitam ‘reconciliar-se com suas próprias experiências’, através da validação social das experiências vividas, ou seja, as experiências precisam ser socializadas em um contexto amplo, como conferências, encontros, ou através dos meios de comunicação, para que sejam desta forma validadas pelo resto da comunidade. (SOTO, 2010, p. 134).

5.1 O CONTEXTO DA LUTA PELA TERRA NA FAZENDA NOVA ALEGRIA ANTES DO MASSACRE: O FIM DA AGREGAÇÃO DE TERRA E A OCUPAÇÃO DA FAZENDA

A história dessa fazenda e de outras no Vale do Jequitinhonha é permeada por violência. Vários dos trabalhadores do Massacre, inclusive três dos que foram assassinados, eram antigos agregados de terra na fazenda Nova Alegria, ou em outras, isto é, trabalhavam prestando serviços para os fazendeiros latifundiários, sem vínculo empregatício, sem direitos trabalhistas. Meeiros ou agregados, em parte do tempo produzem para o seu sustento e, em outra parte, prestam serviços para o fazendeiro, em troca de morar na ‘propriedade’. A própria noção de propriedade é contestada tendo em vista que muitas terras no Estado de Minas Gerais, assim como no Brasil, foram adquiridas por meio de grilagem, isto é, falsificação de documentos com a expulsão de indígenas ou posseiros de terras, desbravadores das matas. É que os coronéis e latifundiários tinham tanto o poder legal, dos cartórios, como a força bruta a seu favor. (Cf: BORGES, 1988; PEREIRA, 1980; RIBEIRO, (s/d); FERNANDES, 1996, 1998, 2000)

Na fazenda Nova Alegria, assim como em outras, a prática da agregação, comum no meio rural, passou a ser desnecessária a partir do investimento na pecuária, na qual não é preciso tantos trabalhadores. Desta prática resultou ou conhecido ditado popular: “onde o boi põe a pata o homem tem que tirar a sua”. Assim, os trabalhadores agregados da fazenda foram expulsos da terra, em troca de casas precárias na periferia da cidade de Felisburgo. Com a organização do MST na região, esses e outros sem terras, vindos de outras fazendas ou das periferias das cidades, se juntaram para a ocupação da terra, originando-se desta forma o acampamento ‘Terra Prometida’.

Eu trabalhava ni roça, toda vida eu trabalhava ni roça, desde quando eu casei nois só trabalha ni roça... Era pros outro, era pra nois, era pros outro, era pra nois. Nois fazia trabalhava ni roça. (M^a Ferreira, viúva do Massacre)

A vida de agregado na fazenda Nova Alegria, formada por uma rede comunitária de vizinhos, com casinhas parecidas de índios, constituem boas lembranças dessa etapa:

Lá mesmo onde nós morava tinha uma... era Aliança, né? Mas, quer ver quantas pessoas que morava só no barraco... Morava eu, que não tinha casado, Zé Pequeno, Domingo, que é meu irmão, Pedro, mas quem é outro... Só os que morava, só esse bolinho, porque lá era assim uma... uma panelinha. E vai falando e seu fiinho morava lá também, de Pedro que é meu tio morava lá também. Só lá nessa panelinha assim, morava só esse tanto, fora os outros que morava se... separado que mora lá perto, que morava lá chamava Barbado. Que lá era só assim... Só assim uma panelinha e era assim cheio de água e assim em baixo tinha uma baixa que aí todo mundo tinha uma casinha, que nem umas casinhas dos índio, tudo assim juntinha, se de noite um gritava os outro tudo escutava. Eu mesmo morava numa baixinha no altinho, minha cunhada já morava numa... numa baixinha que tinha embaixo, se quando lá de casa eu gritava ela, ela escutava. Se eu gritava ela escutava, eu gritava ela escutava, e minha mãe morava lá assim eu gritava de cá do terreiro e ela me escutava. Era tudo juntinho todo mundo, os vizinho tudo juntinho, era aquela coisa mais bonita. Quando a vizinha foi embora de lá a gente chorou, eu mesmo chorei, chorando arrumando as coisas, foi muita gente pra carregar para pegar, pra trazer aquelas muda porque não tinha estrada, não tinha rodagem. Ia carregando animal, coisa, a gente ia carregando aquelas muda para pegar o carro na boca da mata pra trazer pra vir embora pra cá. – Eu mesmo vim chorando, eu vim chorando de lá, porque eu adorava lá onde nós morava, porque era feito um tanto de gente, todo mundo unido... (D. Tereza).

- Era uma fartura!(senhor não identificado pelo nome)

- É, era uma farturona. (D. Tereza)

A época em que as famílias são proibidas de produzir, criar animais até o momento de expulsão das famílias, para substituição pelo gado, já se conforma como uma memória triste, de uma falta de possibilidade de escolha frente ao poder do latifundiário, que ordenava a saída das famílias por meio da figura do gerente:

Ele não queria porque o sobrinho de Adriano era esse. Ele não queria que os agregados mais tivesse roça, e todo mundo tinha “bastanta” roça)... Era assim, a escola era longe, aí a gente ia estudar... Mas quando ele viu que a gente tinha muitas coisas assim, meu pai já tinha, tinha criação, criava as coisas, muito porco, aí ele já foi “esminuindo”. Ele falava só ficasse um animal, se quisesse criar um porco era fechado, pra não deixar 105E105em105 o capim, na manga, aí as roça também ficava só naquelas rocinha não mais aumentasse roça mais, era só naquelas. Aí ficou. Daí seguinte ele foi pegou e falou: Mandou o gerente dele que era lá da Bahia, aí mandou falar com uns pessoal que tinha que sair da fazenda, que eles não ia mexer agregado mais, com aquele tanto de agregado que tinha dentro da

fazenda, que tinha que tirar todo mundo. Aí foi saindo todo mundo. Uns veio pra rua, outros foi pra roça, foi assim. (D. Tereza, viúva do Massacre).

O momento de politização, ou seja, a entrada do MST na região e a rápida e massiva adesão das famílias para a ocupação de terras, é narrada por uma das lideranças locais. As lideranças e antigos moradores agregados já começaram a ser perseguidos desde essa época:

Meu nome é Jorge Rodrigues Pereira, então, só pra conhecer melhor a história, eu nasci e me criei nessa região aqui, nessa fazenda, aí é nesse município de Felisburgo onde que a gente conhece direitinho todas as pessoas, quem tem condições, quem desenvolveu, quem não desenvolveu, como é que as pessoas se desenvolveram, quem é rico, como é que enricaram. Hoje com 39 anos a gente tem uma base assim, quem é que desenvolveu e como desenvolveu, e como é que é dominado, como é que existe a questão política a questão econômica na região. Então, a gente tem uma base de tudo, é porque nós criamos aqui, e aí, a dominação aqui é, era mais concentrada na política, quem governava realmente era quem era rico, né, independente de qual que era a forma, era, tinha que ser indicado, e aí votaria, então, o povo tinha que seguir as normas que aquele cidadão que governava dizia, e aí ele fazia qualquer coisa que ele fizesse pro povo já tava bom demais. Então aí, o povo não adquiriu o conhecimento dos direitos, depois começou o sindicato, e o sindicato meio que pelegou, é não conseguia avançar porque não estudava, não tinha informação. E aí veio outras entidades, e, mas conseguiu formar comunidades de bases, e aí dessas comunidades foi surgindo uma lideranças que conseguia sair pra fora, tipo eu, a Eni, tem outros companheiros nosso que não vieram, ou, que vieram pra aqui e depois foram embora, que conseguiu formação, um pouco mais de formação. E aí começava a indignação, né, pelo fato da política ser uma política dominadora, e que num tinha, ninguém tinha espaço, num tinha condição nem de, direito nem de falar às vezes, e ficava isso enganchado. E o Movimento dos Sem Terra (MST) veio pra região, primeiro para o Jequitinhonha, depois pra “São Camilo das Águas Formosas” e quando me chamou atenção o Movimento foi é quando (rs) surgiu aquela novela “O Rei do Gado”, né, e aí eu fazia parte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais”, mas o Sindicato é muito pacífico, né, muito naquela, e aí me chamou muita atenção, as vezes eu assistia a novela por acaso porque não tinha televisão, mas aquela novela me chamava atenção, e eu gostava da resistência do movimento, eu gostava das ações do movimento, mas isso era lá, né, e eu falei um dia eu consigo chegar lá. E aí em 2001, aí acontece de na região de Felisburgo umas duas reuniões e o MST mandou algumas pessoas, né, pra fazer a reunião e fez uma reunião e o pessoal começou a gostar, qual é que era a forma, mas aí o Sindicato em seguida foi contra, né, e aí desistiu, deu umas desculpas, desmarcou a reunião que tava marcada e aí, aí posteriormente em 2001, no mês dezembro tinha eleição no Sindicato, e eu era possível candidato a presidência, só que aí na última hora não teve um consenso, teve um consenso mas depois o presidente voltou atrás, e aí saiu candidato novamente, e aí eu insisti na candidatura. Eu e Eni, é, eu candidato a presidência e Eni era vice, e, nós, não, Eni era secretaria, e aí a gente debateu, mas a gente não tinha estrutura, né. Começamos muito sem, inseguro também, e perdemos, né, a eleição, e por conta disso, aí, em fevereiro, mais ou menos do, de dois mil e dois, aí nós é ..., foi comunicado que tinha uma reunião no Jequitinhonha pra discutir a estratégia do Movimento na região, e eu fui nessa reunião. E lá nós começamos a discutir e aí, foi propostas Almenara, Jequitinhonha, Valinha e Felisburgo. E a demanda era que onde é que tivesse mais demanda, tivesse gente, mesmo

disposta, aí o movimento ia atua naquele momento, e aí então, é, tinha o padre Dan, que tava em Almenara, querendo que fosse pra Almenara, e eu tava, daqui, em Felisburgo querendo que viesse pra aqui, porque a já tinha começado um trabalho que foi suspenso pelo Sindicato e agora então a gente ia tá independência do Sindicato, aí os meninos propuseram assim: Então nesse caso, a gente vai pra Felisburgo, se for, tiver, demanda a gente vai pra lá. Então, fez, foi marcada a primeira reunião, e aí, deu, realmente uma quantia de gente que ...surpreendeu. E aí a segunda reunião nós já tivemos mais do triplo, e aí, os meninos ficaram muito animados, né, e aí, fizeram a articulação e vamos fazer a ocupação. E aí no primeiro de maio de 2002, nós resolvemos fazer, né, já tava tudo combinado, nós fizemos o acampamento provisório. Arrendamos uma área de terra com, quer dizer, com, fizemos uma combinação, tipo um arrendamento, nós pagamos, o serviço pra um pequeno proprietário, e fizemos lá o acampamento, onde que lá nós conseguimos juntar as famílias todas, né. E aí dia vinte e sete de maio, vinte e sete dias depois, nós já com a ideia de ocupar essa área aqui, que é onde eu tinha morado vinte seis anos, e tinha saído daqui mandado com mais umas dezessete famílias que tinha sido mandado embora daqui e o pessoal não queria ir porque era uma área produtiva todo mundo tirava, até então, foi mandado embora, tiveram que ir, né. Daí então volto várias pessoas que tinha ido embora daqui, que tava disposto a voltar, e as outras pessoas que conhecia também a região e tinha interesse de vir pra aqui. E como a gente sabia era possível ter área de produto na área, e era improdutiva foi a base, né. Então ocupamos aqui dia 27 [...] E aí, ah, porque eu tinha morado nessa fazenda muito tempo tinha nascido e criado e sai com vinte e seis anos porque foi mandado embora. Aí, eles começaram a perseguir, né! (Jorge)

5.2 AS NARRATIVAS DE RECONSTRUÇÃO DO MASSACRE

Logo nas primeiras entrevistas, os trabalhadores afirmaram que, em geral, não compartilhavam entre si o sofrimento provocado pelo massacre. Segundo relatos, seria a primeira vez que se reuniam para falar do sofrimento. Quando eram chamados pela justiça, polícia, políticos, etc., o massacre era tratado como “fato a ser apurado, investigado, julgado”, tal como veremos adiante. Muitas vezes, eles eram convocados para se defenderem diante da culpabilização do ocorrido. Porém, o sofrimento pelo qual passaram e os traumas produzidos não eram tematizados. Esse mesmo universo era reproduzido no interior da comunidade.

A sensação que nos passava era a de que o sofrimento era um tema que não deveria ser revelado para manter um clima de ânimo na comunidade. Reações emocionais de intensa preocupação e compaixão em relação ao sentimento alheio eram demonstradas por alguns, enquanto outros mostravam despreocupação, ou mesmo zombavam de reações mais extremas. Tudo isso demonstrava a importância de um trabalho psicossocial que os colocassem em um processo psicossocial de rememoração

potencializadora. As passagens abaixo demonstram o não compartilhamento do sofrimento na comunidade, a dificuldade de falar sobre o assunto e a necessidade de uma intervenção psicológica demandada pelos trabalhadores, a partir do reconhecimento da dimensão do sofrimento vivenciado e das consequências por ele produzidas.

Tem coisa nessa história que a gente nunca divide com ninguém. E pra mim mesmo é uma situação muito difícil, que eu não consigo muito dividir esses negócio, essas angústia com outras pessoas ou, até pelo fato do papel que a gente tem aqui de animar as pessoas e jogar pra cima? Não deixar as pessoas cair no desânimo. (Eni)

Então, pra mim essa foi a pior parte da história, do massacre, são duas coisas que pra mim são a pior parte, é essa que nunca consegui dividir com ninguém, e quando eles contaram assim que quando, na hora que... que eles tava atirando e aquele desespero aí Geraldão gritou pra trazer as criança pra ver se eles tinham piedade, de ver tanta criança sofrendo, aí que Adriano gritou assim que matasse criança com todo mundo. Pra mim foi a pior parte que tem na história e, na verdade eu não consigo, assim, muito dialogar com ninguém a respeito desses negócio não, é muito. Porque, assim, também pra mim, cada vez que a gente vai conversando sobre isso, cria uma barreira assim, não consegue muito contar essas historia? (Eni)

E assim eu cabei de falar pra, até conversando com mais a companheira né, a respeito de quando a gente vê esse drama que fica na vida da gente, então que merece até, por exemplo, uns recurso pra o pessoal fazer uns tratamento, porque até isso aqui pra gente fica difícil, porque muitas vezes até no, a gente assusta de noite, responde sozinho, eu respondo, acordo sozinho, respondendo é como se tivesse sonhando, uma pessoa me chamando, até por aí eu peço a Deus pra num responder duas vezes né, que tem hora que num é bom a gente responder duas vezes seguido, né, uma vez seguido quando a pessoa chama, espera chamar duas vezes e tem hora que num é ninguém chamando a gente né, então a gente tem que espera um pouco pra saber. Mas acontece que quando surgiu esse problema, assim que um (gagueja) problema na vida mental da gente que aconteceu por causa desse drama a gente responde sozinho ainda e dormindo. (Verdalino).

Os trabalhadores rurais demonstraram dificuldade em iniciar a fala e, em geral, as narrativas foram curtas, marcadas por intenso sofrimento, interrompidas ou acompanhadas por choro. Das crianças, o mais gravemente atingido – o menino que até hoje carrega uma bala alojada na cabeça – recusou-se a nos dar seu depoimento, apesar de aproximar-se de nós na reunião de jovens que propusemos. Do mesmo modo, uma das cinco viúvas mostrou muita resistência em falar sobre o assunto, mesmo tendo nos recebido muito bem, com extremo carinho, nos oferecido comida e estadia. Para ela, falar sobre o tema – o marido assassinado e o sofrimento decorrente disso – era muito

difícil. Esse fenômeno foi descrito por Riquelme (1993) como o silêncio em relação ao terror, outros teóricos e sobreviventes também falam sobre isso.

É necessário ressaltar que, antes do massacre, a comunidade recebeu inúmeras ameaças, fizeram denúncias à polícia e ao Ministério Público. Nenhuma medida de proteção foi tomada. Antes do massacre havia um clima de conspiração dos poderes da cidade contra os sem terra. Um prefeito já havia declarado publicamente que iria jogar veneno na água para que os trabalhadores ocupantes morressem. Ao andarem pela cidade, os trabalhadores eram “avisados” pelos moradores do perigo que corriam, como um coro de aceitação pública da tragédia anunciada. O que lembra algo que de tão comum virou prenúncio no Brasil “Cabra marcado pra morrer”, tema de filmes, documentários e noticiários: Chico Mendes, em 1988, e o casal de extrativistas do Pará, José Cláudio e Maria do Espírito, em 2012, anunciaram publicamente as ameaças de morte sofridas e mesmo assim foram assassinados. Cito os três apenas como exemplos dessas tragédias que ocorrem frequentemente no Brasil.

Sobre as ameaças anteriores ao Massacre, o relato abaixo demonstra parte do clima ao qual estamos nos referindo:

Meu nome é José Estácio, popular: Zé Manar. Então, eu tô aqui desde quando fez a ocupação, né? Desde quando a gente vem, fez a ocupação, vem tendo ameaça. É, de quase sempre e a gente ia lá ... É, registrava ocorrência e nada acontecia de tomar as providência. Foi lá de cima e nós mudamo aqui pra baixo, onde é que aconteceu o massacre. E aí, desde, a gente passou pra aí e vem tendo ameaça também. Então a gente tentava tomar as providência mas nada resolvia e aí foi indo, vai vai, ouvi essas promessa, inclusive igual ele falou que o Bastião Preto falou eleque ele saísse daqui que ia ter morte aqui. É, o primo dele, do, primo do Adriano e outro, um baiano, né? Que tinha aí. Ameaço os nossos companheiro na estrada. Pegaram os menino (?) na estrada, ameaço eles, colaram arma neles, inclusive no finado Miguel. Prometeu de amarrar o finado Miguel no cabo do cavalo e arrasta os outros. Falou que “não, eles num amarrava.” Aí, nesse dia, o primo do Adriano, que é o Quito, prometeu, falou que quem tivesse família aí que tirasse que eles ia colocar fogo, né? Igual aconteceu. (Zé Manar)

Em geral, os depoimentos revelam a cena traumática, cruel e violenta do massacre. E um fato importantíssimo: na maior parte dos relatos, a cena do trabalho e dos afazeres domésticos precedem a cena do terror, o que demonstra ainda mais os atos de vandalismo cometidos contra os trabalhadores, mães de famílias e crianças, além de reforçarem o caráter dos trabalhadores, ponto forte do trabalho de resistência. Tal como

descrevem, o terror começa logo de manhã, por volta de 10 horas e 30 minutos: “Acabei de plantar um feijão, dez e meia eles começaram a atirar”.

Meu nome é Rilmar Ramos Santos; popular: Tavinho. Acompanho o movimento desde o início, graças a Deus. Gosto muito do movimento. E participei de todas essas ameaças que teve aí. E quando a gente tava correndo atrás deles tava bom. O problema foi depois que veio correr atrás dá gente que ficou ruim. Esse dia desse massacre mesmo, eu tava arrancando umas muda de banana pra plantar na roça. Tava na roça plantando feijão e vinha em casa pra arrancar as muda banana e levar pra mim plantar. Aí descí mais um menino, tava lá na moita de banana. Quando eu tava na moita de banana eu vi, atirou. Deu um tiro só e ainda atirou no acampamento. No momento deu outro tiro. Foi aí que eu ouvi “vamos e nós vamo lá ver o que tá acontecendo que parece que o bicho tá pegando no acampamento”. (Rilmar)

Eu vi na hora que eles chegou, eu tava fazendo comida. Aí eu só vi os companheiros gritando assim: ‘Oh gente! Vem pegando o Seu Geraldo’. Aí eu peguei e saí de dentro de casa, deixei a comida lá no fogo, que eu ia levar pro meu marido comida, que ele tava trabalhando fora, aí eu saí deixei lá no fogo e fui ver. Quando eu cheguei lá perto, aí ele já tava com Seu Geraldo e pedindo pra gente afastar senão derrubava nois, que já tinha derrubado Zé Aguiar, Seu Miguel, Seu Tuzinho, pai de Joaquim. Aí, ficaram pedindo pra nois afastar, e eu ainda perguntei se eles não tinham fé em Deus, aí eles falou assim: ‘Afasta senão cês cai do mesmo jeito que os outros!’. Aí eu fiquei segura no Lineu, que tem cinco anos, o menino vendo tudo o que tava acontecendo, e ele ainda fala: ‘Oh mãe, eu vi Zé Aguiar morrendo’ [chora].

Os capangas chegaram, capturaram o senhor que estava na guarita do lugar e soltaram os foguetes, uma forma própria de o Movimento dos Sem Terra reunir os trabalhadores no centro do acampamento. Desse modo, quem estava plantando na roça, torrando farinha, cuidando de animais, fazendo comida, etc. abandonou a atividade e foi se reunir. Os trabalhadores se depararam com a cena de terror: um capturado, tiroteio intenso, trabalhadores caindo mortos no chão, outros feridos, uns tentando ajudar os outros e sendo ameaçados. Houve perseguição principalmente às lideranças e aos antigos agregados da fazenda. Toda a narrativa dos trabalhadores demonstra que o massacre foi planejado do início ao fim.

Meu nome é Jairo Jorge da Silva, é ...Cedo na parte da manhã sete horas eu ia pra roça ele ficou em casa né, seu Juvenal que é meu pai, aí ele falou: Eu vou na roça de Araújo planta um gengibre, cê vai na roça de cima, dando as cova lá, que meio dia pra tarde eu vô ajudando ocê planta. Aí quando foi lá pr’ as dez e tanta né, dez e pouco, eu, escutei já foi os tiro, né? Aí eu descí correndo, mas...Chegando cá de perto do acampamento topei com muita gente né, falando que tinha muita gente caído e eu muito apavorado né? Preocupado com ele, porque já tinha descido pra fazer o almoço né. Aí eu, quando chegou cá eu perguntava por cadê ele, ninguém falava, só gente subindo, saindo fora do acampamento né, na direção da outra fazenda. Aí quando entrei em casa né? Muitos bandido em baixo atirando, num tava

perdoando nenhum homem mesmo né, eu falei se eu ir lá é pior também então eu falei: então vô pegar meus documentos e sair fora, e perguntava por ele e nada né? Aí foi indo, foi indo até eu sair... Aí tinha um companheiro meu que era o finado Joaquim né eu peguei ele, ajudei eu e meu padrinho Antônio né, pegamo ele e carregamo escondemo dentro duma moita né, que num dava tava muito pesado né, tava muito atingido né, num tinha como carregar. Aí ele disse: Seu pai tá lá em baixo caído, né. Mas num tinha como eu volta, porque os bandido tava lá em baixo ainda né, e evinha avançando muito, né. Aí falei assim pelo menos vou pega com Deus que ele esteja só baleado e vô saí fora. Mas depois do passa num teve jeito não, tava falecido mesmo... (Jairo)

E aí começou a atirar e as pessoa desesperou, gente que ficava preocupado, não sabia se acudia um ou se saia com as criança pra colocar distante né. E aí a gente, quando a gente olhava pro lado era tiro pra todo lado, e... teve uma hora que eu vim o cara atirou na minha perna aqui, pegou uma esfera aqui. Aí eu fui pra vê se eu conseguia levantar um pouco, quando eu olhei mais Iraquiar já tinha caído e já tava mais uns três caído... eu tentei ir caminhar pro lado pra vê se eu conseguia levantar, as perna ficou meia fraca eu já, já parei. Quando eu pensei que não já vinha outro tiro e já pegou no meu abdômen aqui. E aí foi muito triste, né, e gente, criança correndo por todo lado e as pessoas desesperou tudo, e gente, ficava preocupado, e aí eles começaram já ...colocar, jogava a gasolina nos barraco e já picava fogo, né, e aí a gente desesperou, vão... vai... até as pessoa que num tão baleado que pode salva, vai morrer porque eles vão queimar tudo, tão queimando tudo e aí a gente saímos correndo pro lado da rodagem caçar socorro, né, isso demorou uma média duns, de mais de trinta minutos, né, aí a gente saimo pro lado da rodagem grande pra vê se a gente achava socorro. Uns começava a panhar os outros na galinhota, a gente via que já tava morrendo né, mas num podia muito desanimar e saia levando a galinhota, e o povo já largava no meio da estrada, né. E aí a gente andou, acho que uns três quilômetros, pra poder caçar socorro. E aí chegando lá, tinha umas pra trás, precisou voltar, os que tavaguentando voltar pra panhar os outros na carcunda pra colocar beirando a rodagem. (José Maria)

Veio no dia, eles veio no sábado. Eu tava no barraco aí eu vi o tiro de foguete, aí quando eu sai no fundo de casa aí já vi já o Quito seguro mais o companheiro, né, Geraldinho. Seguro ele pela camisa assim e veio com ele seguro de lá e os outros pistolero. Até chegou na, entrou pra dentro do acampamento, aí nós descemos, né? Aí nós descemos correndo, nós paramo de frente, eu mesmo parei de frente com eles, aí ele tava segurando Geraldinho. Aí deu um tempo, o Geraldinho conseguiu escapulir dele, que ele escapuliu aí o cara atirou no finado Miguel. Quando o finado Miguel caiu, caiu mais os outros quatro, né? Eu levei dois tiro também. Aí levei, aí quando eu levei os dois primeiro tiro, aí eu virei pra sair fora. Tomei um outro tiro aqui no braço, outro aqui na perna, aí eu saí. Quando eu saí que eu virei atrás do outro barraco, encontrei com um outro cara encapuzado com uma 12 na mão. Ele tava de costa. Eu vi ele antes dele me ver, aí pulei atrás do barraco. Quando eu pulei, que escondi atrás do barraco aí virou e atirou. Só que só pegou nos barraco, né? Aí saí correndo. E saí dando volta. Saí fora; cheguei em casa; já mandei a mulher sair com os menino. Peguei, ah, entrei dentro de casa e peguei meus documentos. Só peguei duas bolsa pequena que tinha, larguei o resto tudo pra lá e saí fora. Aí eles já, eles também já colocaram fogo, né? Jogaram gasolina no no, nos barraco, e botou fogo e aí começou o aquele tiroteiro e botando fogo nos barraco e aí nós teve que saí né? Foi o jeito. Nós pegamo e saimo e foram para a estrada. E tamo querendo assim, que toma uma providência, né? Igual prender esse

camarada, que eles deve. No caso, eles tem que pagar por isso. Então, nós queremos justiça, né? Minha palavra, é só. (Zé Manar)

Os trabalhadores não foram ouvidos em nenhum momento, assim como não puderam falar. Toda fala era cortada com uma ameaça, toda tentativa de ação era impedida. De todo modo, os homens recolhiam os companheiros baleados, correndo o risco de também serem atingidos, como ocorreu com alguns, e as mulheres buscavam as crianças e corriam para o mato.

Aí nós já saímos gritando: gente o quê que nós podemos fazer? Aí já chegaram atirando. Foi atirando e a gente num tinha oportunidade de pedir eles paz pra gente saber, pra gente se arretirar pra num matar o pessoal, já num tinha mais jeito. Aí quando como eles chegaram, foi pra guarita tomou os foguete do segurança, e atirou, a intenção dele pra reunir o pessoal tudo pra matar, pra num deixar ninguém. [...]Aí no momento eu me aproximei mais um pouco, estava o Adriano e o sobrinho dele, perto, eles dois encostado, que... atirou no seu Joaquim, que o menino dele ivinha até do mato, que o menino aproximou ele atirou no menino, eu gritei: – Não atira nas criança, eles me respondeu, respondeu lá, que era pra matar todo mundo, que num era pra ficar ninguém. Aí eu gritava e pedia e ele só atirando, no momento, já num tinha mais jeito. Eles começou a colocar fogo em volta do barraco todo e... só atirando, e outros encapuzados pra gente não reconhecer, né, umas vítima. Aí começamo correr e pedi a Deus né, saindo, e pedi as mãe pra sair carregarem os filho pra vê quê que ia acontece e vários companheiro nosso ferido arrastando da perna, dum braço, e sangue, aí já tinha tombado quatro companheiro, aí eu num resisti também vê tanto sangue aquele confronto, a gente ficou desesperado. (Reinaldo Pereira de Oliveira)

Esse momento em que um dos trabalhadores tenta negociar com os pistoleiros, para que respeitassem as crianças e ouve como resposta “que era pra matar todo mundo, que num era pra ficar ninguém”, é revivido por uma das militantes como um dos piores momentos do massacre. No relato de todos eles falam de balas “pipocando” para todo lado, referindo-se ao intenso tiroteio.

Na hora que... que eles tava atirando e aquele desespero, aí Reinaldão gritou pra trazer as criança pra ver se eles tinham piedade, de ver tanta criança sofrendo, aí que Adriano gritou assim que matasse criança com todo mundo. Pra mim foi a pior parte que tem na história e, na verdade eu não consigo, assim, muito dialogar com ninguém a respeito desses negócio não, é muito... Porque, assim, também pra mim, cada vez que a gente vai conversando sobre isso, cria uma barreira assim, não consegue muito contar essas história, né? Mas, pra quem tava aqui foi ruim, pra quem tava fora foi ruim e pra quem que viveu todo esse processo também. (Eni)

As crianças e as mulheres não foram poupadas. Uma criança foi baleada e ameaçaram matar todo mundo. Alguns fugiram para a mata, principalmente as senhoras mais velhas com as crianças. Existe uma grande preocupação da comunidade em relação à afetação posterior na vida daquelas crianças.

‘Não encosta não, senão a senhora vai morrer queimada!’. Ai eu saí correndo, mais meu menino, aí nois foi tá E foi já tinha um bocado lá, os outros eu nem vi não... Só vi os que tava morto, Seu Miguel, Zé Aguiar e Seu Joaquim. Já tudo morto, já vi eles tudo morto encostados nas barracas. Ai, nós correu lá, aí não vi mais nada, porque não dei conta, corri embora pra lá. [...] Eu fico nervoso por causa disso, do sofrimento que teve, mulher gritando por causa de correr, acudir criança. A gente apanhando alguns companheiro com os carrinho, pra tira fora das barraca. Isso é uma coisa que nem em filme eu nunca assisti. Isso é uma covardia. E que se a justiça fosse assim, uma justiça que tivesse mais um pouco de senso, de humor, era pra esse povo tá tudo na cadeia. Brincadeira, tá tudo solto. O que você acha disso? (Senhor não identificado)

Mas agora eu te pergunto: se uma pessoa de 30 anos, vamos supor, eu de 45, Paulo de uns 30, Neide de uns 30, tem isso no coração, né? Quando vai falar uma coisa, o coração apronta, né? E uma criança que viu aquilo tudo? Vai ficar com 60 anos também, e nós já morreu, né? E nunca esquece. Fica uma mancha no coração e nunca esquece. (Nivaldo)

Igual Juliana mesmo, disse “Oh mãe eu vi tudo, eu vi Miltão, eu vi Quitinha tudo lá”, eu falei “oh filha, mas depoimento seu não vale nada, porque você é de menor”, e ela falou “Oh mãe eu vi matando, vi Zé Aguiar”. Porque Zé Aguiar brincava muito com eles lá na porta da rua, Ricardo mesmo mijava na cama e ele chamava “Ricardo mijão” e eles ficavam brincando lá. E isso eu nunca esqueço dele, brincava muito com as crianças. [chora] (Dona Leu)

E quanto às crianças, essa preocupação com o trauma é muito... Com os adultos a gente preocupa, mas essas crianças aí estão no processo de formação ainda, criança aí de quatro anos, cinco anos, que presenciaram esse negócio, é muito mais difícil. E a gente nunca conseguiu trabalhar com os pais, pra que os pais contribuíssem pra tirar isso do pensamento das crianças. Porque os pais também devem, nós também estamos com esse problema. E eu não sei, pode ter um jeito, mas não conseguimos descobrir que jeito será esse. (Eni)

Alguns ainda tentaram voltar para buscar pertences nas barracas, principalmente documentos; outros conseguiram ou foram ameaçados. É a partir do estudo de Ecléa Bosi (2004) sobre a importância dos objetos na constituição da história de vida das pessoas que compreendemos porque alguns se arriscaram para buscar seus documentos e se lamentam pela perda de objetos que constituem história e identidade para eles.

Chegou, chegou eu e Dinalva, com os menino pequeno dela, né? Nós chegou na frente deles, tinha três que tava armado, três pistoleiros tavam armado,

quando nós chegou eles falou assim: “Oh dona, vocês já tavam aí? Vocês vão ficar aí também.” Daí nós ficou e Dina pegou e falou : “Vocês não têm fé em Deus não? Não tem fé em Deus não?”. Aí, eles pegou e afastou mais, mais pra trás eles afastou mais, e agora tiro pipocou, atirando, só vi povo caindo, né? E daí mandou nós sair, acho que foi ele, que falou pra gente sair, senão a gente caia também. Eu saí baixada assim, abaixando, abaixando, e bala passando perto de mim e eu gritando “Vale meu Deus! Vale meu Deus!”- Bala passando e corri lá em casa, e ainda deu tempo de correr na barraca, ainda fui até na barraca pra “panhar” meu documento que eu tinha deixado, e quando cheguei na porta da cozinha, atirou na porta da cozinha. E eu saí assim, doida correndo e bala passava por cima de mim assim, e eu baixava e só gritando por Deus. Corri pro lado, pra riba, e essa hora, agora eu não sei quem foi deles, porque na hora do aperto eu não sei quem chegou lá na porta da cozinha da minha barraca e atirou, né? Eu saí baixadinha assim, gritando por Deus, gritando, gritando. Isso aí eles pôs fogo em minha barraca, queimou tudo que eu tinha, não ficou nada, né? E eu saí correndo .(Senhora)

A maior parte do pessoal num teve a chance nem de entrar nem nos barracos, eu mesmo inclusive, eu fiquei com a pior roupinha que eu tava vestido, que era esse final de semana, era sábado, eu fiquei com a roupa do corpo, documento, nós perdemos tudo. Nós tinha, tínhamos trazido até as coisas lá de onde a gente morava, lá a gente... Já vão fica aqui mesmo, a gente num, ah no começo a gente deixou algumas coisas pra trás, guarda roupa essas coisa assim. Mas quando a gente já tinha mais um tempo, aí vamo trazer tudo, já fez um barraco mais grande, né, e trouxe as coisa tudo, e aí a gente ficou na pior. Mas isso aí num é, tanto o problema né, o problema é a gente perder os companheiros da gente, né. (José Maria)

Ai meu genro falou: vc “panha” seu documentos. Aí eu fui lá e “panhei” meus documentos, porque às vezes eu não morro e preciso dos documentos. E saí sem saber pra onde que eu fui, né?! Quando eu corri, eu passei do barraco, eu saí correndo, sem saber pra onde que eu ia, né?! Quando eu cheguei ali na frente, moça, quando cheguei ali na frente eu toquei, eu corri na frente gritando: cadê minha menina, cadê minha menina, cadê minha menina? [...] Cadê minha fia? Cadê minha fia? Cadê minha fia? Minha filha ficou pra trás. Quando eu voltava pra caçar a menina, o povo não deixava eu voltar pra caçar a menina, aí eu endoidei, porque quando eu, até na casa da minha sobrinha, sabe?! Ela me deu um copo de remédio pra mim beber, né?! Eu fui e bebi, quando eu me olhei um pouquinho, eles facilitou comigo, eu “panhei” essa menina, a bolsa tava com os documentos, e joguei embaixo de uma cerca assim baixinha. Quando ela passou assim, quando eu mais pedia pra passar rasteiro com a “carcunda” no chão, meu genro chegou e me deu o grito. Ele pegou e deu um grito “ni” mim, eu peguei e falei: eu vô lá vê ele. E ele falo: não, tu não vai não Dona Maria, calma. Quando atirou, ele gritou: “deita no chão, deita no chão”. Nós deito no chão com medo de bala, né. E fazia “bum bumbum”, ele me “panhê” e boto eu na ambulância, me panhê junto na ambulância e trouxe pra aqui. Eu cheguei aqui não sabia pra onde que eu tava não. Falou pra eu banha, e eu falei não eu não quero banha não. Eu fiquei apavorada, fiquei apavorada, fiquei apavorada mesmo. (D. Maria, viúva do Massacre).

Os capangas atearam fogo em todos os barracos. A maioria teve perda total de documentos, objetos pessoais e equipamentos domésticos. Além de tudo, soltaram todos os animais. Mais evidências de que o Massacre foi planejado como forma de expulsão

de todos os trabalhadores, com intenção de deixar marcas negativas para que eles não tivessem mais força para retornarem:

Aí, quando cheguei lá que eu vi que tinha Miltão, aquele Bila, e que vinha com isqueiro riscando as tochas de fogo e jogando aquelas tochas na barraca do povo, e dava aquelas risadonas, aí que eu vi meus companheiros tudo morto lá e eu fiquei assim... gritava e chorava [...] Eles pôs fogo em minha barraca, queimou tudo que eu tinha, não ficou nada, ne? E eu saí correndo. (D. Leo).

Quando queimou a casa destampou os porcos e as galinhas, os bichos naquele tiroteio que teve. Eu não estava na hora, mas mãe disse que eles atiravam como saltavam bomba dentro e jogavam dentro das barracas, aí diz mãe que só viu aquele barulhão e viu aquela confusão. Então aquelas criações que estavam ali...

Queimaram as barraca e as coisas, meu marido queimou todas as coisas dele, dentro da barraca dele num ficou nada. (D. Tereza, viúva)

Segundo a Analu que era a vizinha mais próxima eles correram e quando estavam lá em cima queriam voltar para pegar o caderno e que acudiam as coisas que estavam queimando e os cadernos dela que também estavam queimando. Aí ela ficou na cabeça de como ela iria estudar se todos os cadernos tinham sido queimados e como ela iria trocar de roupa se também as roupas foram queimadas. (Eni)

À medida que socorriam alguns, os trabalhadores voltavam para buscar outros. Muitos feridos, baleados haviam se escondido no mato. Foram achados pelo gemido. Além dos assassinatos, das ameaças, de atear fogo nas barracas, os pistoleiros ainda abriram o chiqueiro e soltaram os porcos sobre os mortos, mais uma forma de humilhação instaurada na cena do massacre.

Eles abriram o chiqueiro e soltou os porco dos sem terra tudinho, e os porco desceu e os porco é vai fuçando, comendo o sangue de seu Chico e fuçando. Eu fui lá, toquei os porco pra lá, panhei umas enxada e, e... jogando aquele sangue que tava, que não podia por a mão e oiando. E com um pouco baixou um pé d'água, e a enxurrada descendo assim, e seu Chico caiu assim de cabeça de bruço, e a enxurrada foi entrando dentro da boca dele e nariz dele, e num podia por a mão, eu fui puxando, tirando as enxurrada assim de lado ó. (Sinval)

O sofrimento, a afetação não são vividas só presencialmente, vive-se pelo sofrimento do outro. Sofrimento pela solidariedade

Na época, em que ocorreu o massacre, eu tava em Jequitinhonha. Eu ficava lá na Secretaria e acho que uma das primeiras pessoas que recebeu a notícia fui eu. O Jorge quando saiu correndo e tudo, ligou lá pra mim pra avisar e

pra eu também fazer o contato, tanto com a polícia, quanto os outros companheiros, Ministério Público. Mas eu, quando ele me contou a história, o que tinha acontecido, o que tava acontecendo, eu não sabia se eu batia, se eu me beliscava, pra ver se era, pra ver se eu tava sonhando e me acordasse daquilo, não sabia se eu acreditava, se eu não acreditava, não sei o que eu fazia. E aí, de fato, que veio mais notícias, a constatação de cinco pessoas que tinha morrido e tudo, e das outras pessoas que tinha ficado feridas e como é conhecimento do acampamento, eu dentro do acampamento sempre, toda vez que eu chegava, que eu tava fora, ou na cidade ou em Jequitinhonha mesmo ou em algum curso, quando eu chegava era brincando com todo mundo, gritando, né? Até hoje ainda chego, às vezes, dando uns grito dentro do acampamento, todo mundo sabe, Paulinho nem aí. As criança tudo me chamava de tio, tio Paulo daqui, tio Paulo acolá. E com seu Chico (silêncio...) todas as vezes que eu chegava, a gente cumprimentava era abraçando (pausa, choro). A gente abraçava e ficava pulando abraçado (pausa). Eu ficava imaginando como que eu vou chegar no acampamento agora, quem que eu vou abraçar? Quem que eu vou abraçar, quem que eu vou brincar? Era uma pessoa de idade que a gente conversava bastante, já me deu vários conselhos. Aí eu fiquei um... depois que o pessoal mudaram do acampamento lá onde eles queimaram. Mudaram pra cá, eu vim tentando assim, não mostrar o enorme sentimento que a gente tem. Mas assim, ao mesmo tempo, fico imaginando. Aí buscava conforto, assim, brincando com as crianças, que até hoje eu brinco. Aí, retornei para Jequitinhonha de novo, continuei na Secretaria, acompanhando uma boa parte dos acontecimentos, das manifestações, sempre vinha aqui e tudo. E, mas o mais pesado assim, é a hora que eu vou chegando no acampamento, quando eu vou chegando no acampamento e não tem o seu Chico. (Paulo)

Eu até que não tenho nada pra dizer, quase assim, do massacre não, porque no dia eu não tava, entende? Mas só que tenho muito sentimento, né? Do pessoal que eles mataram, pra mim considerava todo mundo sendo meu irmão né? Igual no acampamento, pra mim todo mundo é meu irmão, eu considero assim. Mas eu tenho outro sentimento assim, que eu perdi meu irmão no dia, né? Ele largou a esposa dele, que tava grávida, de três meses, né? Teve um filhinho né? (senhor não identificado pelo nome)

5.3 O SOFRIMENTO QUE CONTINUA APÓS O MASSACRE

O povo ainda ficou muito tempo na estrada, sem amparo público. De acordo com os depoimentos, se tivesse sido socorrido a tempo, um dos trabalhadores baleados poderia ter sobrevivido. Aqueles que correram quilômetros para buscar ajuda e ligaram para o Hospital tiveram a notícia que não havia ninguém disponível, pois toda a equipe médica estava participando de um evento contra a dengue em uma escola local.

O marido dela (viúva, que estava presente no relato) eles acharam ele com vida ainda, que ele tava na frente na hora que o pessoal chegou, ele foi atingido nas perna, ele levou um tiro de doze na perna, um tiro assim no braço que vazou, e eu nem lembro mais nos outro lugar que ele tinha levado

tiro. Aí passou uns carro, num dava pra levar ele, eu acho assim que se tivesse levado ele mais cedo pro hospital, se a ambulância tivesse vindo mais depressa ele tinha se salvado mas, demorou demais, a gente colocou ele debaixo de um pé de árvore, forrou uma lona e colocou ele em cima... todo carro que passava a gente tentava pedir ajuda, pra colocar ele, nois tentou por ele em cima do caminhão do Cereso, diz que num dava porque podia bater muito e morria na estrada. Esperamo a ambulância, aí quando a ambulância chegou, que levou ele, que chegou na entrada do hospital num teve mais jeito, ele morreu. (Choro) Nois tamo aí, isso não vai faze com que eu desista não, eu vou continuar sempre, mesmo se um dia eu chegar sair do movimento é, acho que meus amigos que tá... pode acreditar em mim, porque o que eu puder fazer pra ajudar eles e todo mundo eu vou fazer. Porque... isso é que me fez me revoltar e criar vontade de eu ta no movimento pra lutar contra esse tipo de injustiça... [Choro]. (Nora do senhor Juvenal, um dos assassinados)

Começou a chover. A polícia chegou muito tempo depois, pois disseram que só prestariam socorro após a chegada de reforços. A principal ação policial lembrada pelos trabalhadores foi de tê-los prendidos em cima de um caminhão e de impedi-los de saírem de lá. Com fome, molhados, presos com as crianças em cima de um caminhão, enfim, humilhados, desrespeitados, desumanizados.

Lá em Felisburgo eu tinha encontrado uma multidão de pessoas na porta do hospital. Quando nós paramos e que saimo do carro, o pessoal já vinha encontrar, já um perguntando “e meu marido como é que ne? E o outro e meu filho?”. Então assim, um querendo notícia, que tava lá na cidade querendo notícia e nós tava chegando e não tinha notícia direito. Aquele desespero. Aí, nos viemos pra aqui. E quando chegamos aqui na estrada, tava um caminhão com um pessoal em cima, chovendo. A polícia não deixava que saísse as mulher, as criança com quem conseguiu voltar pra pegar os ferido e pegou alguma roupa de cama tudo molhado em cima do caminhão, as criança com fome, todo mundo com fome, molhado e ali a polícia não deixava sair, porque a polícia já tinha chegado um pouco antes. Nós descemos aqui, chega a ver os companheiro caído, os barraco tudo queimado. Pra mim isso já foi o cúmulo, não conseguia assim, a gente não consegue nem pensar, ne? (Eni)

5.4. O RETORNO AO ACAMPAMENTO APÓS O MASSACRE – PROCESSOS DE RESISTÊNCIA, SUPERAÇÃO E RE-TRAUMATIZAÇÃO

Momento importante na memória histórica do massacre e de grande decisão que ocorreu a respeito da luta foi quando, mobilizados pelas lideranças, os trabalhadores retornaram ao acampamento após o massacre. Os trabalhadores ficaram reunidos no mercado; a intenção era não perder a força da comunidade. Contaram com a

solidariedade de muita gente e receberam doações, tendo em vista que haviam perdido quase todos os pertences no incêndio provocado no acampamento. Após reuniões e conversações resolveram retornar à ocupação.

Aí quando eu cheguei lá no mercado, ainda lembro, eu falei “Oh Nivaldo eu vou embora, não vou voltar mais não, vou lá pra casa”. Aí cheguei lá e Enida falou comigo assim: “Oh Leo eu sei que você tem casa na rua, mas não é pra você ir pra sua casa agora não”, eu ainda falei assim “oh Enida, mas os menino tão tudo com fome e molhado”, ela falou assim “não, daqui uma misturinha nós ajeita”. Aí na mesma hora apareceu o filho de Deus lá, que deu comida eles, deu roupa pra vesti e nós ficou por ali. Depois minhas irmãs não queria que eu voltasse, nós voltasse pra cá, mas nós falou assim: “nós começou, nós participou de tudo, nós sofreu muito, eu vou voltar, vou até o fim”. Aí nós voltamos, bem aqui, mas só que eu não esqueço nunca isso que nós passou, e a morte dos meus companheiros que eram tão amigo, nossa, morrer assim por um monte de maldoso, mais Deus e mais nada. (D. Leo)

Mas aí nós contamos com a solidariedade de muita gente, de repente a gente tinha roupa, de repente a gente tinha colchão para dormir, quem ficou com barraco sem queimar alojou nós, tinha barraca que dormia gente até de baixo do fogão. Porque eles alojou todo mundo que tava sem barraca e fora outros acampamentos de outras entidades também. A minha queimou mais da metade. A casa da minha fia queimou tudo, a gente carregando as coisas e chuva caindo, e chuva caindo aí o pessoal pegava uma parte e coloca lá, e os dois carros um da prefeita foram os únicos que conseguiram descer de lá. Nós usamos da lanterna para iluminar o povo descer. Eles tomou chuva quase a noite toda, indo de um lado para o outro, de um lado para o outro. Eu sei que nois sofreu demais. Os que não estavam lá também mas que ficou preocupado vendo o sofrimento dos outros. (senhora)

E as vezes eu fico pensando assim, tem uma coisa que Zé Maria sempre fala assim, diz ele que quando ele chegou lá em Felisburgo, que aconteceu o massacre no sábado, domingo ele tinha saído do hospital e aí, diz ele que chegou e olhou pra todo mundo ali no mercado e falou assim: “Agora acabou.”. E ele ficou pensando “será que rumo que vai levar cada uma dessas pessoas?”. Para ele, tinha acabado. Aí na segunda nós voltamos. Mas, uma coisa que indignou a gente, que fazia a gente voltar assim, dava impulso, primeiro por essa condição de vida que a gente não tem na cidade, não tem espaço pra nós na cidade. E depois, os próprios companheiros derramou sangue aqui, e a gente não vai voltar mais por isso? Cada vez que a gente luta, a gente tem vontade lutar mais porque a gente só vai conhecendo as injustiças que existe é muito grande. E aí, se tem uma forma de nós contribuir com os companheiros nosso que derramou sangue aqui, é lutar por essa área aqui nem que nós tem que... as vezes eu falo assim “nem que eu tenha que morrer também”. Que essa área aqui, nós tem que lutar por ela, porque já aconteceu muita coisa, não só agora, mas desde a história passada, aqui já derramou muito sangue. E tem essas partes boas, que também anima a gente. E quanto as crianças, essa preocupação com o trauma é muito... com os adultos a gente preocupa, mas essas crianças aí estão no processo de formação ainda, criança aí de quatro anos, cinco anos, que presenciaram esse negócio, é muito mais difícil. E a gente nunca conseguiu trabalhar com os pais, pra que os pais contribuíssem pra tirar isso do pensamento das crianças. Porque os pais também devem, nós também

estamos com esse problema. E eu não sei, pode ter um jeito, mas não conseguimos descobrir que jeito será esse. (Eni)

No entanto, o sofrimento decorrente do massacre é reinstalado pela impunidade, o que Soto (2010) compreende como re-traumatização.

E a gente até hoje, gente, eu num vou dizer que, gente num pode dizer que o pessoal daqui tão, tão tranquilo, porque todo mundo tem medo ne. Ô gente, eles não ...não intimidaram com isso eles fez, e continua aí, a maior parte ta solto. (Senhor)

Vem a preocupação, a gente nunca que vão ficar tranqüilo na nossa roça lá trabalhando, saber que tem vários inimigos encostado na gente que pode qualquer hora fazer uma besteira ne, igual fez e ta aí impune aí, que num tomaram nenhuma providência da Justiça. A gente começa tentar fazer o possível pra vê se volta esses cara pra cadeia e começa a ficar difícil e a gente vê que o trem ta complicado. Se,... eu acho que minorizava um pouco era a desapropriação de toda essa terra pra gente nunca mais vê esse elemento na nossa vistas, ficava pra lá e a gente ficava pra cá. Enquanto isso a gente vai continuar preocupado, mas torcer que... pedir a Deus que a Justiça faz justiça ne.

A forma de conquistar a tranquilidade e, de dissipar o medo está relacionada diretamente à punição dos assassinos e à conquista da terra. E este é um campo de luta constante na vida desses trabalhadores rurais sem terras. Esse é o ponto forte da resistência. Dois fatores foram fundamentais nesse processo: a implantação do assentamento, realizada por eles mesmos, sem o amparo do poder público, com a divisão das terras e trabalho e a construção do Comitê Justiça para Felisburgo, que teve um papel importante durante o último julgamento do fazendeiro e na mobilização da sociedade para dar visibilidade ao acontecimento.

Nesse jogo de legitimidade e deslegitimação, vários acontecimentos concretos foram lembrados para evidenciar a injustiça e a violência cometida, tal como é o caso dos corpos baleados e a quantidade de balas achadas. O mesmo se dá em relação aos cinco trabalhadores rurais assassinados, a queima dos barracos e toda a humilhação e injustiça vividas no período do massacre, tanto antes, durante, como depois. Portanto, o sofrimento, o trauma, as mortes, os feridos e os baleados são pontos comuns da memória coletiva desses trabalhadores e essa dimensão os aproxima e os fortalecem para resistirem na terra. A reconstrução da memória histórica do massacre, além de produzir o retorno ao sofrimento, produziu a reconstrução coletiva desses sentimentos, sua reelaboração, debatendo a possibilidade de superação, ao pensar projetos futuros

coletivos, além de possibilitar o compartilhamento dos sentidos singulares em sua dimensão afetivo-política. E por fim, um ponto forte e importantíssimo que aparece na maior parte dos relatos: eles estavam trabalhando no momento em que o massacre começou – o que reforça o caráter de luta de classes do Movimento e da dignidade desses trabalhadores ao ocuparem a terra.

6 MASSACRE DE FELISBURGO: ANÁLISE DO TRAUMA PELOS AFETOS

Uma vez narrada a memória histórica, voltamos, neste capítulo, à análise de outra dimensão fundamental do trauma psicossocial – a afetividade – já destacada na narrativa da memória histórica. De acordo com Martín-Baró, o trauma psicossocial refere-se a um sentimento coletivo, vivido e perpetuado coletivamente, portanto, é da ordem da memória, dos afetos e da consciência. Para tanto, recorreremos à mediação do conceito de sofrimento ético-político construído por Sawaia.

Sawaia (2006; 2011), a partir do resgate das obras de Espinosa e Vigotski busca analisar a dimensão política dos afetos, isto é, conjunto de sentimentos e emoções produzidos e determinados pelas e nas relações históricas da sociedade. A afetividade está na base dos sistemas políticos, dos processos de resistência ou conformismo, de autonomia ou servidão.

Para analisar a afetividade nesta perspectiva, Sawaia propõe o conceito de sofrimento ético-político para indicar os afetos tristes, cuja gênese são as condições de desigualdade, as quais, como função psicológica, produzem “a fixação do modo rígido do estado físico e mental que diminui a potência de agir em prol do bem comum, mesmo que motivado por necessidades do eu, gerando, por efeito perverso, ações contra as necessidades coletivas e, conseqüentemente, individuais” (SAWAIA, 2006a, p. 50).

Este sofrimento corrói o sistema de resistência social. Age rompendo o nexo entre o agir, o pensar e o sentir. [...] As condições favorecedoras da sua disseminação são a miséria, a heteronomia e o medo. Sua forma de contágio é o isolamento social. A seqüela que deixa é a passividade, o alcoolismo e o fatalismo, a vergonha e o medo, o que o faz ser confundido com preguiça e irresponsabilidade (SAWAIA, 2006a, p. 50-51).

A qualificação de ético-político é para indicar que ela é fruto da exploração ao qual o homem está submetido e que promove alienação e resignação.

[...] o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto (SAWAIA, 2011, p. 106).

Dentre os dispositivos alienantes, a emoção é a mais sutil, à medida que transforma a luta de classes e o desejo em tristeza, culpa e trauma. Assim, iremos tratar, em primeiro lugar, dos afetos tristes e de suas interferências na vida cotidiana e comunitária e, depois, dos processos de resistência que tornaram possível que os trabalhadores retornassem ao acampamento após o massacre e buscassem produzir uma vida comunitária, baseada na construção do assentamento, mesmo sem o amparo do Estado, e da luta por justiça, por meio do Comitê Justiça para Felisburgo e outras ações políticas.

6.1 ANÁLISE DOS AFETOS QUE COMPÕEM O TRAUMA PSICOSSOCIAL NO MASSACRE DE FELISBURGO

Os sentimentos e emoções gerados no momento do massacre perduram e contaminam o cotidiano dos sem terras e trazem grande sofrimento para a comunidade, despertados de diferentes maneiras entre os sujeitos, pelas lembranças individuais, íntimas e profundas, de sonhos e pesadelos ou, até mesmo, a partir de alucinações visuais e auditivas dos companheiros mortos. Espinosa nos ajuda a compreender porque o trauma vai se perpetuar na memória, segundo ele:

O homem é afetado pela imagem de uma coisa passada ou de uma coisa futura do mesmo afeto de alegria ou de tristeza de que é afetado pela imagem de uma coisa presente. [...] Durante todo o tempo em que o homem é afetado pela imagem de uma coisa, ele a considerará como presente, mesmo que ela não exista e não a imagina como passada ou como futura a não ser à medida que sua imagem está ligada à imagem de um tempo passado ou de um tempo futuro. Portanto, o afeto de alegria ou de tristeza é o mesmo, quer a imagem seja a de uma coisa passada ou de uma coisa futura, quer seja a de uma coisa presente (ESPINOSA, 2009, p. 111).

As emoções e os sentimentos produzidos pelo massacre são revividos no cotidiano da comunidade, a partir, por exemplo, da entrada em um local onde os sem terra assassinados conviviam e trabalhavam ou a partir da manipulação de um objeto que era compartilhado com eles, como os instrumentos de trabalho, livros ou cadernos. [conforme Bosi (1994) descreve em sua pesquisa sobre a importância dos lugares,

objetos para compor os quadros sociais da memória]. Outra forma de despertar essa memória triste se dá por meio de algumas ocorrências como o estouro de um foguete, a chegada de um carro não identificado, ou seja, experiências que podem de alguma forma remeter aos estímulos provocados pela violência do massacre ou mesmo fazê-los pensar na possível ocorrência de outro incidente [o que confirma os mesmos sintomas descritos nas pesquisas sobre traumas psicossociais e no conjunto de sintomatologias expresso pelo DSM, os mesmos descritos na Introdução da pesquisa].

Aqui, se tem um aparente paradoxo: eles não querem esquecer o fato, mas querem superar o sofrimento. A própria rememoração coletiva do massacre, que ocorre todo ano na data do acontecimento, desperta muito sofrimento em algumas pessoas, principalmente nas viúvas. Uma delas, por exemplo, sempre desmaia nesses momentos; as outras costumam passar mal, porém, de todo modo, cotidianamente elas não se sentem bem, algumas começaram a usar medicamentos psiquiátricos, antidepressivos e para dormir. Mas, justamente nesses momentos especiais, as viúvas recebem mais atenção, os sentimentos são compartilhados, eles se cuidam, recebem visitas uns dos outros, de amigos e de militantes.

Portanto, podemos dizer que as emoções provocadas durante o massacre são despertadas e manifestadas novamente e se apresentam como afetação posterior que interfere na vida dos trabalhadores. As narrativas imbricam duas temporalidades afetivas: a emoção vivida no momento e o sentimento que ficou cristalizado. Aquele que se autoperpetua, devido à manutenção da impunidade, gerada pelo fato de os assassinos ainda estarem soltos e conviverem cotidianamente na cidade de Felisburgo, o que os torna vulneráveis a repetições de violência, tendo em vista que as ameaças permanecem e são veiculadas pela sociedade local. Todo esse contexto que reafirma o processo de re-traumatização, descrito por Soto (2010), é confirmado em nossa pesquisa.

Tal processo significa que os prejuízos afetivos provocados por esse acontecimento deixam marcas que podem perdurar por toda a vida. Reproduzindo de diferentes formas, inclusive por processos psicológicos que transcendem o instante do trauma. Portanto, neste capítulo, a intenção é analisar os afetos com objetivo de discutir as formas de reelaboração, ressignificação e possibilidades de superação do processo traumático para fortalecer a resistência.

De modo geral, os trabalhadores demonstravam desconhecimento em relação às consequências psicológicas e psicossociais decorridas a partir do massacre, assim como

dificuldades em compreender e lidar com as reações provocadas por tal acontecimento – o que justificava ainda mais um trabalho de psicologia, de compreensão desses afetos e da possibilidade de intervir sobre eles no sentido de transformá-los e superá-los.

As narrativas demonstram quatro maiores fontes de sofrimentos compartilhados por eles, que dizem respeito:

1) ao assassinato de seus companheiros, reconhecidos como trabalhadores, alegres, solidários, participativos, organizados no Movimento, enfim, reconhecidos afetivamente pela comunidade como pessoas significativas. Além disso, três deles são lembrados como antigos agregados da fazenda, o que tem um sentido simbólico ainda maior na questão da luta pela terra;

2) à vivência traumática após o massacre e as consequências para a vida comunitária, a perda do ânimo da comunidade, a queda na organização de festividades, a piora nas relações comunitárias, a evasão de famílias, etc.;

3) ao conjunto de afetos tristes, que incluem culpabilização, raiva, ódio, sofrimentos em geral, além de desmaios, insônia, pesadelos e adoecimentos e marcas físicas e mentais;

4) à falta de cumprimento da justiça e da condenação dos culpados, isto é, a manutenção da impunidade; e a não resolução legal da desapropriação da terra e implantação do assentamento.

6.2 A TRISTEZA COMO SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO

No trauma psicossocial, a tristeza é o sentimento dominante. Segundo Espinosa, tristeza é tudo aquilo que diminui ou refreia nossa potência de pensar e agir, é padecimento. Para Deleuze, “é o conjunto dessa teoria das afecções que estabelece o estatuto das paixões tristes. Sejam elas quais forem, justifiquem-se como se justificarem, representam o grau mais baixo de nossa potência”. [...] “A paixão triste é sempre impotência” (DELEUZE, 2002, p. 34). Na tristeza, nossa potência de agir é diminuída ou impedida. Ela é o sentimento relacionado a todo o contexto do Massacre, aos parentes e companheiros mortos, às ameaças permanentes à vida, ao cenário de desumanização abrangendo culpa, medo, ódio, revolta, raiva, nervosismo, abalo profundo, pesadelo, insônia, fracasso, etc.

Espinosa aponta três afetos primários: desejo, alegria e tristeza afirmando que são desses afetos que derivam todos os outros como o amor e o ódio (ESPINOSA, 2013, p. 142-143). “Estes nada mais são do que respectivamente a alegria ou a tristeza, porém numa situação peculiar: quando podemos ter uma ideia da causa que nos faz sentir alegria ou tristeza” (BOVE, 2010, p.27). Amamos ou odiamos aquilo que achamos que nos alegra ou que nos entristece. E a causa é sempre exterior que nos afeta como image, imaginação, por isso Bove (2010) vai dizer que é sempre inconsciente. Segundo Bove:

O desejo é compreendido como potência: não desejo "de algo", mas a própria potência de afirmar a vida e de produzir efeitos. É a isso que ele chama, em latim, *conatus* - o esforço que cada ente faz para perseverar no seu ser. É isso o desejo compreendido como determinação finita - limitada - dentro daquilo que é infinitamente infinito, num plano de imanência. Dito de outro modo, o *apetite* ou *desejo* é antes de mais nada uma potência para agir. (BOVE, 2010, p. 26-27).

Partindo dos afetos primários, Espinosa deduz a lógica de como eles se complexificam, se compõem, divergindo ou convergindo. Bove (2010) resume a lógica dos afetos assim: por associação, por transferência, por temporalização, por identificação (2010, p. 27). Os sentimentos são apresentados como compostos, uma explosão de afetos agregados que se confrontam e se contrapõem, existem contradições nos sentimentos que compõem o trauma.

Iremos abordar, em primeiro lugar, esse sofrimento em relação aos companheiros e parentes mortos e ao cenário do massacre e, em seguida, apresentaremos os outros sentimentos, lembrando que se trata de um conjunto de afetos tristes, uma complexidade de vetores, como afirma Bove.

Dadas as ideias de produtividade, de queda, da possibilidade dos afetos se comporem uns com os outros e formarem vetores, isso permite uma inumerável quantidade de formas de complexidade, cuja sutileza pode muito bem servir – de um ponto de vista clínico – pra descrever as mais variadas constelações emocionais. Isso por um lado. Por outro lado, é importante que o conhecimento desses processos complexos conduza em última análise à liberdade, à autonomia. Não no sentido de poder escolher livremente, sem motivações (“porque quero”, “fiz porque o quis”), mas tendo consciência das determinações que me movem a agir (BOVE, 2010, p. 39).

Comprendemos, portanto, que nesse caso de afetos tristes, negativos e traumatizantes torna-se ainda mais fundamental a necessidade de serem explicitados,

compreendidos e melhor elaborados. A narrativa abaixo é significativa dessa formação composta de afetos e da confusão de sentimentos não elaborados.

E eu não consigo ter ódio de Adriano[fazendeiro mandante do crime], eu não consigo ter ódio de ninguém deles e eu nem sei o que é que eu sinto. Porque a gente sai lá fora e alguém chega assim: “por que vocês não mata eles?”. Eu não sei, até agora eu não sei o que é que eu sinto deles, se é medo, se é pena, se é ódio. Eu sonho às vezes, e meu sonho é mais com o Quitinha pelo fato de ele ter vivido muito tempo assim dentro do acampamento, e feito muitas ameaças assim cara a cara com a gente, falado de horrores. Aí, é a pessoa que eu mais sonho e, aí aconteceu uma única vez, que eu sonhei com ele e que tive medo, foi o dia que sonhei que cortei a cabeça dele e que o corpo levantou e o corpo sem a cabeça falava. Mas assim, com o Adriano eu nunca sonhei, com os outros eu nunca sonhei. Não tenho medo. Não sei a verdade se é medo, se não é, se é raiva, se não é, não sei o que eu sinto. Ou se é revolta com o que aconteceu. Mas assim, pra nós assim acho que é até meio difícil puxar essa conversa, a gente não consegue dialogar muito a respeito disso. (D. Eni)

Alguns depoimentos são emblemáticos em demonstrar a flutuação de emoções tristes que o massacre provoca na vida dessas pessoas e a forma sofrida, dura e pesada como é lembrado:

Então, quando aconteceu o massacre, aí foi a parte que eu mais sofri. Primeiro, porque eu não tava aqui, tinha saído pra viajar e quando eu voltei, já encontrei. Porque só cheguei aqui umas cinco horas, que eu só vi os corpos caídos ali no chão e os barraco tudo queimado, o sangue descendo assim ó, chuva. Isso não sai do meu pensamento, aquela chuva de sangue descendo, a chuva lavando o sangue. (Eni)

Num tem um tiro que atingiu o finado Chico, acho que foi um tiro de 44, foi na boca e saiu assim um desse tanto assim na croa da cabeça, mas foi um trem feio. No outro dia cataram lá acho que foi 46 carta de cartucho, 380 e 1244. Fora os que depois noisachou, aquela automática ela atira e a casca joga longe 126E, foi 46 carta de cartucho, 380 e de 1244. Lembrei que seu Chico caiu com a cabeça pra baixo, e a enxurrada entupindo, eu ia tirando a enxurrada de lá pra num entra dentro da boca dele. E na croa da cabeça dele, um miolo desse assim pro lado de fora, num saia do lugar, ele caiu de bruço, foi... arma pesada. (Sinval)

Um sentimento comum recorrente é o de frustração e culpa por não ter conseguido salvar algum companheiro ou parente que foi assassinado. A narrativa abaixo remete a isso.

Mãe, se eu tivesse lá eu tinha tirado ou pai, ou tinha morrido com pai, porque se eu isse tira pai e pai tentasse, num querer sai, querer se ajudar os companheiros deles, nosso lá, eu enfrentava. Eu falei assim: eu também,

porque se eu tivesse lá, eu tentava ver se eu tirava ele, salvava ele. (Viúva se referindo à fala com órfão do Massacre)

Eles relatam que a comunidade perdeu sua animação. As festas que ocorriam antes do Massacre e a alegria que permeava as relações paralisaram. Muitas das famílias afetadas preferiram abandonar a luta e sair da ocupação, processo esse que foi ocorrendo aos poucos, segundo relatos, na época do Massacre teriam cerca de 110 famílias, em janeiro de 2013, na última contagem haviam 27 famílias restantes.

Quando nós acampamos aqui eram 210 famílias, e era uma animação total. Aí toda noite tinha uma fogueira, o povo dançava, tocava, era qualquer dia da semana, toda noite tinha essa animação. Aí com as ameaça, nós fomos perdendo famílias, ameaça, ordem de despejo, mas ainda ficou quase 100 famílias quando aconteceu o massacre, ainda tinha quase 100 famílias. E aí, só que ainda tinha animação também. Só que depois do massacre, a coisa mais difícil que tem é as famílias se animar. Às vezes a gente puxa pra ver se volta aquela animação, às vezes a gente puxa um batuque, puxa um forró, mas não é mais o que era. O povo não senta mais pra contar casos e ninguém fala porque, ne, mas a gente sabe que parece que ficou um negócio assim, um desânimo. E aí, muitas foram embora e a gente acha, muitas a gente sabe que foi com medo. Teve gente que adoeceu também teve que ir embora porque ficou doente, com trauma, muitas foi com medo.

6.3 MEDO E DESESPERO FRENTE AO TERROR

Paixão triste, o medo é e sempre será paixão, jamais se transformando em ação do corpo e da alma. Sua origem e seus efeitos fazem com que não seja paixão isolada, mas articulada a outras formando verdadeiro sistema do medo, determinando a maneira de sentir, viver e pensar dos que a ele estão submetidos (CHAUÍ, 1987, p. 56).

O medo é uma emoção negativa, acompanhada de sofrimento, que afeta diretamente a vivência. De acordo com Lira Kornfeld, o medo é um processo psicológico e político (1991). “Desde tempos ancestrais, na América Latina, a opressão, a violência repressiva e o medo têm sido experiências comuns aos indígenas, aos camponeses, os mineiros e os pobres” (LIRA KORNFELD, 1991, p.6). Nesse sentido, o medo como afeto político faz parte da história da América Latina, dos coletivos, das comunidades, pois são afetadas pelo terror, por massacres, por verdadeiros genocídios. Na concepção de Espinosa:

Quando uma sociedade é governada pelo medo, sem a mediação da política, como diz Espinosa no Tratado Político, deixa de ser sociedade para se tornar solidão e barbárie – “cidade de escravos”, onde os cidadãos são bons e

honestos na medida em que sentem medo e se tornam tristes (NOVAES, 2007, p. 12-13).

Os entrevistados demonstraram que o medo exerce uma forma de poder, de domínio, por meio da opressão subjetiva, internalizada, multiplicadora e imitativa, com efeito de paralisar as ações de luta pela terra, de transformação das velhas relações de trabalho, de descaso para com trabalhadores rurais sem terras. Transformado em desespero a partir do massacre, fez com que parte dos trabalhadores não quisessem mais retornar à ocupação. Produzindo sentimentos de impotência entre outros associados, que formam um conjunto de paixões que bloqueou a ação de parte dos sem terras. Segundo Chauí (1987), inspirada em Espinosa, o medo “enlouquece o ânimo e extravia a alma” (p. 61). Assim o medo, transformado em terror no contexto do massacre, se tornou desespero (ESPINOSA, 2014, p.112).

Ora, sabemos pela experiência de vários momentos da história que toda vez que o medo foi usado como instrumento político, o primeiro e o mais terrível efeito foi o de diminuir a capacidade de autonomia do sujeito, de reduzir os homens à desnaturalização; se o homem é um ser-para-a-liberdade, quando dominado politicamente pelo medo ele perde sua natureza humana, muda de natureza, caindo no estado de decadência e alienação. [...]. Medo e obediência – que sempre andam juntos – em nome do interesse constroem a tirania (NOVAES, 2007, p. 14-15).[...] “mas retomemos o sonho da filosofia de penetrar nas suas causas para tentar fazê-lo desaparecer. O primeiro passo consiste em desfazer-nos do próprio tipo de sociedade que cultivava o medo e o terror” (NOVAES, 2007, p. 16).

O medo também pode se tornar culpa. Pegos de surpresa, os trabalhadores só puderam reagir às consequências do massacre buscando salvar os feridos da forma como foi possível, protegendo mulheres e crianças, se autoprotegendo, correndo quilômetros para buscar ajuda, etc. Os primeiros sentimentos gerados foram desespero, preocupação, impotência e tristeza, posteriormente, surge a culpabilização.

Após o massacre o medo se propaga como um sentimento de que o terror pode voltar a ocorrer, principalmente pela manutenção da impunidade, da permanência das ameaças e de um clima hostil em relação aos sem terras. O medo de novas ocorrências, pois cria ansiedades e angústias que podem se tornar impeditivas da ação e, efetivamente, produzem a saída da maior parte dos trabalhadores acampados.

O medo, como sentimento perpetuado pelos processos de re-traumatização que envolvem a permanência da impunidade e a continuidade das ameaças, além, da não regularização do assentamento pelas vias legais, se conjuga com o sentimento de

impotência dos trabalhadores, por não poderem agir frente aos assassinatos, tendo em vista que o massacre se deu como algo planejado do início ao fim. A impotência se relaciona com o fato de não terem podido fazer nada diante do tiroteio ameaçador da vida.

Os relatos apresentados na Memória do Massacre dão exemplos desse sofrimento. Apresentarei mais alguns para ilustrar a processualidade entre medo, a impotência e o desespero.

Meu nome é José Pereira Barros. No dia do massacre eu tava na roça, mas eu ai na hora do foguete eu vim mas quando eu cheguei ai já, eu já encontrei gente atirada na estrada correndo, e as muietavam ali também desesperada mas mesmo assim eu vim ainda porque a minha sogra tavatambém. [...] E ai eu encostei o fogo já tava bem alto, já tinha tomado conta. Quando eu cheguei mesmo e encostei ne é o que eu vi foi ... li em cima ...na hora de correr só... senão eu vou matar o resto. Mas quando eu cheguei ele já tava saindo já . Só que ai eu ainda vim pra vê a se tinha baleado a minha sogra... os outros que já tava morto... quem ...ja falava ne? Que tinha muita gente morto... inclusive um dos ... que é do nosso grupo, eles falam Maroco morreu ... ai eu falei que nós tem que ir atrás procura, ne? E o outro que é o pai dele também e do ...também já tinha morrido ne? Que é do meu grupo. Ai eu fiquei apavorado e não sabia se eu vinha pra cá ou se eu voltava pra lá. Mas mesmo assim eu ainda voltei lá na estrada, voltei na estrada e encontrei um bocado de gente lá e nós conseguimos ficar lá na estrada esperando carro passar. (José Pereira)

Que nem um menino lá que já encontrei com um tiro no olho, com um tiro na perna. Eu já fiquei apavorado, eu falei vai matar tudo desse jeito... (José Pereira)

6.4 CULPABILIZAÇÃO E (AUTO) CULPABILIZAÇÃO DAS VÍTIMAS

A partir do massacre, foi desencadeada a (auto) culpabilização das vítimas, afeto encontrado por pesquisadores em outras comunidades que sofreram violência, de acordo com Gaborit (2009), a intenção é que esse mecanismo produza a perda da confiança básica e o estabelecimento de acusações, o que pode levar à desestruturação da comunidade e à desmobilização da luta.

A culpa surge como afeto que quebra a confiança, uma relação básica entre liderança e base. A liderança sente-se perseguida, a base desprotegida culpa a própria liderança e a si mesma. As próprias vítimas desenvolvem esses sentimentos contra os seus.

No processo do trauma aqui analisado, a culpabilização aparece em diversos momentos nas narrativas dos trabalhadores e diz respeito aos variados níveis de relações sociais estabelecidas:

- a) base-liderança: uma culpabilização da liderança pela base do Movimento em relação ao ocorrido;
- b) representantes públicos e moradores da cidade de Felisburgo acusando os trabalhadores de serem culpados pelo massacre por serem ocupantes de terra;
- c) representantes da justiça ao buscar evidências de que o incêndio poderia ter sido produzido intencionalmente, ou não, pelos próprios trabalhadores, à medida que eles utilizavam querosene nas lamparinas;
- d) a forma mais sofrida e difícil de superar o sentimento de culpa individual ou comunitária: a comunidade e os próprios sujeitos se culpabilizando.

Em uma das suas falas iniciais, a principal liderança feminina coloca a culpa como principal sofrimento lado a lado com a tristeza, decorrente da experiência do massacre. Ela sugere que alguns moradores da comunidade consideram que ela teve um papel desencadeador em relação ao massacre: *“Ah, ele [um dos capangas] participou do massacre, contribuiu para fazer o massacre porque ele ficou com raiva de Eni [liderança-feminina]”*

Assim, ela descreve um jogo de acusações que começou a ocorrer, no sentido de culpabilizar as lideranças da própria ocorrência do massacre. Tal processo sócio-afetivo perverso impede Eni de falar sobre isso, para compartilhar os sentimentos. Nesse processo socioafetivo, o sentimento de culpa vai se perpetuando, impedindo-a de desenvolver seu papel de liderança, a produzir como antes nas relações comunitárias, provocando adoecimento e uma tristeza visível a cada dia.

A mentira institucional e o jogo do poder aparecem nas falas dos entrevistados como modo de culpá-los pelo acontecimento. Segundo narrativas, o fazendeiro teria dado um depoimento dizendo que foi atingido pelos trabalhadores com uma foice quando foi chamar o povo para negociar a desocupação da área.

Ai o Adriano deu a entrevista falando que foi atingido com a foice, que foi chamar o povo pra reunir pra pedir pra eles desocupar lá e que ele foi atingido com a foice. Só que a delegada do Jequitinhonha ela olhou ele, e ele não tinha marca nenhuma de foice. Então foi pretexto que eles arrumaram. E não tinha, não tinha, não dá nem muito pra acreditar por causa que se ele fosse, se nós tivesse atacado, se eles tivesse vindo pra conversar porque então que trouxe tanta arma pesada? Que depois que a polícia catou muita bala e, nós ainda achava punhado de bala, de cápsula de bala. (Eni)

Do mesmo modo, a justiça e os advogados aparecem nas narrativas como aqueles que reforçam esse jogo de culpabilização das vítimas. Sobre o incêndio dos barracos, por exemplo, que segundo os trabalhadores foi realizado intencionalmente pelos pistoleiros e atingiu, praticamente, todas as moradias, o advogado do fazendeiro aparece tentando culpar os trabalhadores, questionando se esses utilizavam querosene ou óleo diesel para acender as lamparinas.

Só que ainda pra justiça, como é difícil a justiça acreditar no que a gente fala... O advogado deles quando a gente dá depoimento fica futucando. E fica perguntando assim no caso da queimada dos barraco: – Como é que foi? Cês usavam em casa era querosene ou era óleo diesel? Pra dizer se a gente usava, tinha gasolina em casa, o barraco incendiou por conta. [...] E eles já coloca isso no processo como que nós que fomos o culpado do massacre. (Eni).

Eu penso que era a intenção deles, ne? Eles já foram assim pra coloca fogo. E eu vi os dois saindo com a garrafa pra coloca fogo, que eles saíram em direção à escola. Aí, o cara passou do meu lado com a garrafa, aí eu falei assim: – Vai coloca fogo. E aí tava no barraco de dentro, aí eu falei: – Vai coloca fogo aqui. Aí, eu saí correndo. (Senhor não identificado pelo nome)

Assim, vai se configurando e perpetuando uma rede de paixões tristes que mantém a todos na servidão. O sentimento de perseguição e de culpabilização piora as relações comunitárias:

E aquela pessoa que fala sempre fica marcada. Aí, falei com ele que era pra ele ir embora e ele implicou, ficou uns dias ainda no acampamento e amolou foice, diz que era pra cortar o meu pescoço, mandava recado. E tanto, que o pessoal do acampamento ficou fazendo segurança no meu barraco por conta desses negócios, até que ele saiu. Aí ele foi embora. Só que isso, gerou um negócio assim, muita gente assim, depois do massacre ficava falando assim: “Ah, ele participou do massacre, contribuiu pra fazer o massacre por que ele ficou com raiva de Eni”.

6.5 O CORPO NO TRAUMA

É no corpo que as afetações do trauma acontecem. Os sentimentos são afecções do corpo: “A mente não se conhece a si mesma, a não ser enquanto percebe as ideias dos afetos do corpo”, afirma Espinosa (2013, p. 72). O sofrimento ético-político é vivido corporalmente e marca o corpo e a mente: o sentir, o pensar e o agir.

“O que percebo em mim quando vejo as imagens do presente ou evoco as do passado? Percebo, em todos os casos, que cada imagem formada em mim está mediada pela imagem, sempre presente, do meu corpo” (BOSI, 2004, p. 44).

Os relatos sobre o sofrimento que acometem o corpo são variados: desde os diretamente baleados, com sequelas na coluna, nas pernas, no ouvido, etc.; os que têm conexão direta com as funções psicológicas tais como a insônia, a depressão os pesadelos, os desmaios, dores de cabeça e alucinações; as doenças relacionadas aos órgãos dos sentimentos, assim descrevem dores no coração, palpitações, choros; até os adoecimentos físicos e mentais, tais como depressão, pressão alta, etc. Somados a isso, vem a necessidade de alguns usarem medicamentos para dormir, se submeterem a cirurgias para retirada das balas, etc. Muitos deles apresentam mais de um sintoma ou adoecimento.

Apresentamos, aqui, alguns relatos dos trabalhadores baleados, mas outros já foram relatados na memória do massacre:

Pegou um tiro aqui na orelha e saiu cá ó, e outro na perna. Essa daqui da perna eu vou tirar em Belo Horizonte e eu... fiquei surdo desse lado e essa perna dói direto. Tô trabalhando assim, pega aquela dormência quando pensa que não esfrega assim pra ver se alivia. (Wilson Cardoso Santana)

Aí foi na hora que, que eles afastou assim um pouco ne, foi hora que eles começou a atirar, que eles começaram a atirar. Aí, da hora que eu fui baleado, que eu fui baleado! Dá hora que eu fui baleado eu cai assim e levantei lá diante, aí saí tordoadado, eu já num consegui ver mais nada ne. Aí saí e entrei na minha barraca, e saí e entrei na beira do córrego aí eu e sentei. Sentei, ante hora que eu sentei tava bom ne, mas depois que eu sentei eu tontiei ne. Eu tontiei e num guentei levantar mais, eu tomei um tiro aqui . Aí... e dessa ora em diante eu só vi a hora que eles me panharam num carrinho e me tiraram pra lá na estrada, foi que... e me levaram pra rua, aí lá me tiraram pra Teófilo Otoni. (José Maroto Lima)

Foi na hora que eles começou a atirar ne? Que eles começaram a atirar aí da hora que eu fui baleado ne? Da hora que fui baleado eu cai assim e levantei e sai atordoadado daí eu já na conseguia mais nada ne? Ai sai e entrei

na minha barraca e sai e entrei na beira do córregoe sentei ne? Ate a hora que eu sentei tava bom ne? Mas depois que eu sentei tontiei. Eu tontiei e não agüentei levantar mais... Ai dessa hora em diante eu só vi a hora que eles me apanharam, num carrinho ne? E tiraram pra lá pra estrada ne? [...]. Na clavícula ne? Só o que eu vi, depois eu também não vi mais nada não. (José Maria dos Santos)

Especificamente, em relação às dores do corpo, eles relatam:

E até hoje assim, meu coração dói. E eu vivo num sufoco, eu não posso ver tiro, quando eu vejo tiro, acho que eles outra vez. Quando eu tô na rua, quando eu vejo o tiro pipocar eu, eu sento no chão, com aquela impressão, né? Fico imaginando, nossos companheiros tudo, acostumado tudo junto, quatro anos e tanto que a gente vive sofrendo, né? Desde lá da mata a gente vem sofrendo. E pra chegar aqui e acontecer uma coisa dessa né? Mas Deus não vai deixar, toma conta do céu e da terra, de toda parte ora por Ele. (Senhora não identificada)

Aí Ricardo foi correndo até em “em si” (?), apavorado, que na hora que eu fui buscar ele lá em baixo, diz que uma bala pipocou perto de mim, aí ele pensou que tinha me matado, aí ele ficou desesperado e correu, aí falou que chegou lá e ficou correndo no meio da rodagem assim oh, falando “matou mãe! Matou mãe!”. Até hoje eu lembro, meu coração até dói, que quando ele veio no caminhão que Si (?) mandou ele vim, ele chegou abraçando as minhas pernas “Oh meu Deus! Não matou mãe não!”. Até hoje eu olho pra ele assim, e fico lembrando. (D. Léio).

Essas são algumas narrativas em relação aos pesadelos e a insônia:

Chegar assim esse tanto de gente armada, só com arma pesada, e só ver gente caindo em bala, bala passando e pedaço de lona, lona no ar que eu vi... Aí, tudo bem, foi a partir desse momento que eu fiquei pensando até hoje (chorando), e esse pesadelo se tivesse tido isso no pesadelo (?), nós todos aqui acho que, ficou com isso na cabeça, tem dia que a gente dorme, nem to lembrando, aí acorda no meio da noite, perde o sono, e aquilo caí na mente da gente e começa o dia na cama pensando naquilo. Qualquer coisinha pra gente parece que to passando um aviso pra gente, assim, entendeu? Que vai acontecer de novo e tal. (Silvio)

E assim, à noite, às vezes eu acordo assim várias e várias vezes. Inclusive teve uma noite que eu acordei e comecei a pensar em tudo o que tinha acontecido, comecei a pensar na resistência do povo e aí, elaborei um poema dedicado ao teu... Assim, a luta do povo aqui, a resistência a persistência, do povo em sobreviver a tudo aquilo e continuar a luta, firme na luta, e eu sempre acordo a noite. [...] Às vezes, coloco alguma coisa no papel e às vezes a gente acorda a noite assustado, senta na cama, às vezes eu penso que tudo isso não poderia ser apenas um sonho e a gente acordasse e nada disso tivesse acontecido (choro). (Paulo)

Tomo pra pressão e pra dormir, se eu num tomar eu levanto a noite assim, um trem doido.[...]Quando eu num tomo o remédio pra dormir, eu acordo e

fico aí acordada ne, quando eu tomando o remédio pra dormir eu manheço o dia. E tenho pressão também. Tenho, eu quando pego na madorna, só sonho aquelas coisa, aquelas coisa, que ta acontecendo aquilo ne.[...] Eu vou falara verdade, eles pode achar ruim, mas quando eu acordo de noite eu só fico pensando que eles(???) e fico (D. Tereza, viúva do Massacre)

E quando é a noite, tem noite que a gente nem dorme depressa, pensando nisso aí. Tem muita gente que fica muito assustado, dá até depressão no pessoal, ne? Essas coisas... Tinha uma irmã minha que morava aqui, teve que sair, por causa dos problemas, teve que ir embora. Agora, se no dia mesmo que aconteceu, no momento, eu não tava no acampamento, pra falar o que eu vi, mas não tava. Mas, tinha um irmão meu que teve aqui, ne? Que um foi morto e o outro atingido também,ne? (homem não identificado)

Depressão, pressão alta e outras enfermidades são relatadas, principalmente pelas viúvas do massacre.

Eu dei depressão, eu dei pressão alta. Amanhã mesmo to indo pro médico pega remédio que ele mando eu toma, não sou mais aquela pessoa que eu era mais. Tem hora que eu não tenho fome, às vezes eu pego um pouquinho de comida pra eu comer, mas não sinto fome. Não sei se é por causa dos remédio, que eu tomo tomando remédio demais. Pra dormir mesmo eu não consigo, quando eles foram perdendo a vida lá, eu fiquei 8 dias, só deitada chorando, nem água eu tomava, nem um gole d'água, chorando. (D. Tereza, viúva).

Tomo pra pressão alta, e pra dormir. Se num for o remédio pra dormir, eu num durmo também não (D. Maria, viúva).

...sofri demais lá, até hoje eu tenho que tomar remédio de depressão... (homem não identificado)

Alucinações visuais e auditivas estiveram presentes em alguns trabalhadores que tinham ligações muito afetivas com os companheiros mortos. As passagens abaixo revelam isso:

E assim eu cabei de falar pra, até conversando com mais a companheira Eni, ne, a respeito de quando a gente vê esse drama que fica na vida da gente, então que merece até por exemplo uns recurso pra o pessoal fazer uns tratamento, porque até isso aqui pra gente fica difícil ne, porque muitas vezes até no, a gente assusta de noite, responde sozinho, eu respondo, acordo sozinho, respondendo é como se tivesse sonhando, uma pessoa me chamando, até por aí eu peço a Deus pra num responder duas vezes ne, que tem hora que num é bom a gente responder duas vezes seguido ne, uma vez seguido quando a pessoa chama, espera chamar duas vezes e tem hora que num é ninguém chamando a gente ne, então a gente tem que espera um pouco pra saber. Mas acontece que quando surgiu esse problema, assim que

um [gagueja] problema na vida mental da gente que aconteceu por causa desse drama a gente responde sozinho ainda e dormindo.

Cheguei no barraco aí e cabei de plantar um feijão. Dez e meia eles começaram a atirar aí. Eu me sinto é nervoso. É uns tipo de gente que não tem coração. Como é que tira a vida de um pai de família? Eni me fala aí que eu num sinto nervoso e eu já me sinto nervoso demais. E voltando atrás, os companheiro aqui de dentro tem muita coragem de voltar aqui pra dentro e fazer ocupação. No mais é quando eu ne trabalhando na minha roça. Tô trabalhando pra mim e Chico Pezinho que morreu vem conversar comigo direto. É uns dos companheiro que não sai do meu sentido. Eu fico nervoso por causa disso, do sofrimento que teve, mulher gritando por causa de correr, acudir criança. A gente apanhando alguns companheiro com os carrinho, pra tira fora das barraca. Isso é uma coisa que nem em filme eu nunca assisti. Isso é uma covardia. (senhor não identificado)

6.6 O ESTADO E O TRAUMA: INDIGNAÇÃO E HUMILHAÇÃO DIANTE DA FALTA DE SOCORRO E IMPUNIDADE

O Estado aparece nos relatos do trauma como relapso frente ao sofrimento do trabalhador. Os sentimentos são de indignação e humilhação diante da falta de socorro e da impunidade em relação ao massacre e aparecem correlacionados à desatenção do poder público frente aos trabalhadores. Nessa perspectiva, alguns fatos são retomados e relacionados, segundo os acampados: a demora do socorro resultou na morte de um dos feridos que, se socorrido a tempo, poderia ter sido salvo. A polícia se negou a prestar o serviço, sob o argumento de que precisava de reforços. A impunidade é visível, já que até hoje os assassinos não foram julgados. Ou seja, todos os fatos relacionados à forma de condução do Estado em relação ao acontecimento geram uma série de sentimentos negativos entre os trabalhadores, relacionados ao significado de que são excluídos do Estado, deslegitimados. Um sentimento de injustiça e opressão. A desigualdade reproduzida no trauma.

A omissão do Estado a respeito da morte de seu Joaquim que, segundo relato do médico que afirmou que se ele tivesse sido socorrido a tempo poderia ter sobrevivido, e é um fator de revolta em relação ao descaso com os trabalhadores.

É porque você vai lembrando aqui de algumas coisas ne, ela contando aqui o caso de seu Joaquim que ficou arrastando, na hora que eu cheguei do Jequitinhonha, eu passei no hospital, seu Joaquim já tinha morrido. Aí no outro dia eu fui lá conversar com o médico, Dr. Geraldo falou que ele morreu por falta de socorro, porque foi muito tarde, então deu hemorragia, e a revolta que nós ficamos, é porque os carro que socorreu, com toda enrola,

quando bem quis, uns passava num dava socorro, ou dava pra pessoas que tava melhor, num trazia ele porque tava mais ruim. Mas aí tinha um cara que trabalhou lá na prata, Dei. Ele trabalhava na Kombi e carregava os menino da escola, aí ele passou e o povo pediu socorro e foi o que mais ajudou carregar o povo pra trazer pro hospital. Aí depois que passou isso tudo a prefeitura queria mandar ele embora porque ele socorreu o pessoal e ele num veio, porque nó fizemo impressão, só que agora esse ano eles mandou ele embora, porque criou bico, porque ele achou que o carro do Estado ne era da escola, num podia ter socorrido tantas pessoas que envolveu e, e... Na hora lá depois que aconteceu o massacre passou pessoas de moto e não chegou aqui e foi falar, quando a ambulância foi, chegou muito tarde, por que aconteceu quando o povo foi socorrido foi 4 horas e seu Joaquim foi socorrido 5 horas da tarde, aí já num tinha como resistir. Porque se tivesse socorrido lá ele não tinha morrido, teria sido só quatro morte. (Eni)

Quando falei lá, com os policial, tinha quatro policial na cidade, diz que num vinha, que num podia vim que tinha que primeiro procurar reforço, porque eles só num vinha. Eu falei isso aí é... é uma barbaridade, porque nós tamo, os companheiro nosso tão lá caído e os policial da cidade num pode dar socorro que tem que esperar reforço. E aí num foi e... as coisa começou numa base de dez e meia por aí, quando a gente foi achar socorro pra deslocar os companheiro que tava ferido já foi, já quase duas hora, umas duas hora da tarde, nós tem companheiro nosso mesmo, o ... o Joaquim, ele foi ... ele ganhou um tiro de doze na perna, regaçou a perna dele mas, se fosse tirado ele com tempo poderia que ele salvava, mas foi a demora do socorro, que num agüentou, perdeu muito sangue, deu hemorragia ne... E aí ele num atolerou ne. E aí a gente fica preocupado, porque diante de tanto crime que teve 136E, levou massacre, matou tantos companheiro, queimaram os barracos ne, e tanto, num é só um crime, foi vários crime e hoje a gente vê que os cara tão aí sorrindo da cara da gente ne?.(Zé Maria)

Outro agravante se deu a partir da própria condição imposta pela realidade dos trabalhadores rurais sem terras e da falta de recursos para sobreviver: tiveram de arcar com despesas decorrentes do massacre, pagar tratamentos relativos às consequências físicas sofridas, como é o caso do relato abaixo:

Mas o senhor teve que pagar pra tirar a bala?(Fabiana)

Não, eu tratei, que paguei foi os remédio. Que a injeção que eu nunca tomei, e o preço da injeção, duas injeção eu paguei noventa reais, quarenta e cinco reais cada injeção. E eu num gastei mais, por causa que lá, eu tava mais uma filha lá no bairro São João Paraopeba, antonce a comida num cobrou, minha fia ne. Mas eu saí como diz o outro, e até hoje nós, eu tava aqui. (Homem)

As indenizações das viúvas até hoje não foram liberadas; elas vivem em estado de precariedade econômica que agravam os processos traumáticos.

Ele foi e falou assim: “Mas você tem que conversar com o pessoal do acampamento, pra indenizar vocês. Porque vocês não pode ficar sem indenização”. E a gente ainda vê conversa. Que indenização, que nós não vai vê é nada. Que nós não vai ganhar nada. Que nós fica esperando que nós não vai ganhar uma indenização nada. (D. Tereza, viúva do Massacre).

6.7 IMPUNIDADE E RE-TRAUMATIZAÇÃO: MEDO EM RELAÇÃO AOS CAPANGAS QUE CONTINUAM SOLTOS

As narrativas trazem a lembrança de muita zombaria, desprezo, desumanização e banalização da violência e dos assassinatos por parte dos capangas. Para os trabalhadores isso é inaceitável. É um agravante no sentimento de que eles devem ser punidos, julgados e presos, mas que nenhum deles tenha sido punido ainda – o que nos remete aos processos de re-traumatização descritos por Soto (2010). Assim, eles destacam o sentimento de medo, de injustiça e impunidade realimentando e realimentado pelo medo e a insônia provocada pelo medo. Sentem desamparo policial e falta de segurança do Estado. Pensam que essa história não acabou, revivem os afetos traumáticos produzidos pelo massacre: sua reprodução se dá sob a forma de (re)vivência traumática afetiva.

Então, chega um tempo que a gente pensava diferente, em fazer outra coisa, diferente. Mas, tem muito amigo que dá muito conselho bom pra gente, né? E estamos esperando que tivesse alguma justiça, né? Por esse pessoal, né? Principalmente, por esses três que tá solto em Felisburgo, né? Até hoje, tem dia que eu não consigo dormir direito pensando nisso, tem até parente da gente que vai na cidade e fica um pouco assustado, com medo deles, né? E pra falar a verdade, nós aqui dentro, não pode nenhum facilitar na cidade, tem que ser muito esperto pra essas coisas. (Senhor não identificado)

Meu sentimento é que esses três camaradas aqui em Felisburgo, tá é solto, entendeu? Entrou e matou nossos companheiros de luta, foi por covardia, a gente chega lá e a gente conhece que eles tem vontade de, entendeu? E vê na hora de um fracasso, porque esse tanto de homem assim não, mas um sozinho pular na gente, a gente já tá com medo também, a gente espera qualquer hora, né? (Silvio)

Depois que aconteceu esse negócio aí, acabou, não teve mais animação nenhuma mais. E voltando no perigo que corre nessas barracas. Barracas dessa acampadas de lona, o cara vem pra matar a gente, mata a gente dormindo, sem a gente saber quem foi que matou, corta a lona, cê não percebe, chega e te mata dormindo, não tem segurança nenhuma. Ficou muito triste. As polícias nem aqui vem, pra vê como é que tá e como que não tá, não vem. E é umas policia também que nós também. (Homem não identificado)

E aqui pra baixo, eles morando aí perto a gente toda hora, a gente pensa de outra tragédia, né? Mesma coisa vai acontecer, a mesma coisa. Porque isso não acabou, eu acho que não acabou, pra mim.... Mas a gente pensa que não acabou. (José Pereira)

A reprodução do trauma se dá na dialética subjetividade/objetividade. Ela se cristaliza nos sentimentos que são re-atualizados pelas ações do Estado e demais forças sociais, principalmente, através da manutenção da impunidade, dos adiamentos do julgamento e da não resolução da justiça.

[...] a pessoa sai, por exemplo, fora do seu Estado, chega na sua Minas Gerais, faz esse tipo de coisa, volta e os outros fica como se estivesse criticando a sua cara e a justiça acha que tem direito porque tem dinheiro que é formado e capacitado e que tem todo direito. Nós não temos direito de nada. O direito que nós temos é conforme a lei faz a lei. Então, por causa disso, eu acho que a Justiça deve tomar a sua posição, que foi colocado, e fazer um trabalho que por exemplo tem que ser feito desde que se for pobre for rico. Eu acho que caso uma coisa aconteça conforme a sua ação e sua precisão, que tem que ser feito porque somos merecedor e tem que pagar pelo ato que você pratica. Mas pra isso pretendo, por exemplo, a Justiça brasileira tomas seus encaminhamentos que tá na mão deles não, tá nas nossas mãos. (Verdalino Carlos)

De fato, na visita de 2013, confirmamos que essa força negativa provocada pelo massacre continua atuando na vida dos sujeitos. Segundo eles, a experiência traumática não acabou. Apenas não se configura da mesma forma, com a mesma intensidade, pois os outros problemas da vida cotidiana também fazem parte do repertório de preocupações entre eles.

6.8 PROCESSOS DE RESISTÊNCIA: OCUPAÇÃO DE TERRA E LUTA POR TRABALHO

A resistência não é um estado que se conquista, é um processo constantemente bombardeado por afetações de medo, humilhação, etc., sobretudo pela impunidade, que traz processos constantes de re-traumatização, como relatado nas pesquisas de Espinosa Soto (2010). Porém, é importante destacar que o trauma favorece a servidão, mas não elimina a força de resistência, a potência de vida (o desejo para Espinosa).

Como já dissemos, os trabalhadores demonstraram uma situação de confusão dos seus sentimentos em relação ao massacre, à comunidade e aos criminosos. Essa ambiguidade significa que é preciso se justificar diante do massacre, como se fossem culpados pelo acontecimento. Após o massacre, a comunidade questiona sua própria legitimidade e se autculpabiliza pela sua decisão política de ocupar a terra, eixo central de formação da comunidade. São descritos sentimentos de impotência, temor, bloqueio e desânimo. Ao mesmo tempo, em confronto com essa força, se apresenta a resistência da ocupação de terras, que reafirma o caráter da luta pela terra em todas as suas dimensões e pode ser expresso a partir da memória histórica. À medida que eles reconstróem essa memória, os sentimentos de resistência vão aparecendo para se confrontarem aos afetos de tristeza descritos acima.

O elemento mais importante que destacamos nesse processo de resistência foi a retomada para a ocupação após o massacre. Esse foi um marco afirmador e um norte para a vida da comunidade. A retomada realizada por toda a comunidade, pelo coletivo dos sem terra: retomar com os companheiros para não deixá-los sozinhos, retomar porque são trabalhadores. Além disso, um dos motivos principais declarados por eles para não desistir daquela terra é o sangue derramado dos companheiros e que, portanto, vão até o fim, honrando os trabalhadores assassinados. Existe também uma força que diz respeito a não sucumbir ao massacre, à humilhação, abandonando o acampamento, satisfazendo o objetivo maior do fazendeiro.

Antonci eu fiquei aí, foi daí até que lá na rua o povo me pediu pra num voltar pra aqui mais, eu falei assim : - não, eu não posso saí fora, não por causa que eu num vou deixar meus companheiros sozinho. (Wilson Cardoso Santana)

Daí eu insistir mais no Movimento Sem Terra e tá até hoje e espero continuar até o fim da minha vida. Porque ao invés de fazer com que o que aconteceu, isso que aconteceu, me deu mais força pra lutar e ver esses cara que fez isso na cadeia um dia, porque, o que eles fez com a gente... (Gilcimar)

Aí nós voltamos, tô aqui, mas só que eu não esqueço nunca isso que nós passou, e a morte dos meus companheiros que eram tão amigo, nossa, morrer assim por um monte de maldoso, mais Deus e mais nada. (D. Leo)

Que essa área aqui, nós tem que lutar por ela, porque já aconteceu muita coisa, não só agora, mas desde a história passada, aqui já derramou muito sangue. (Eni)

O retorno e a resistência na terra foram mantidos pela esperança do futuro assentamento e do estabelecimento da justiça. A resistência também está relacionada à compreensão sobre a legitimidade da luta pela terra. Uma expressão de luta pela vida, como afirma Caldart (2001) – uma expressão do desejo, como diria Espinosa. O conteúdo dessa decisão e de seus sentidos aparece nas narrativas da memória histórica. Apresento, aqui, uma exemplificação ao que estamos nos referindo.

Aí... todos... pra sair... não tem jeito de sair mais. Nós temos que ir à luta. Nós não podemos é parar. E trabalhar porque o que nós podemos ter é trabalho não tem alternativa, não tem condições de estar numa cidade, né? Não pode parar. Obrigado. (senhor não identificado)

Como já exposto no capítulo da memória histórica, importa ressaltar ainda o movimento de solidariedade no cenário do massacre, que faz com que, mesmo sob forte pressão, os trabalhadores ajam com resistência, buscando garantir a sobrevivência do maior número possível de pessoas. Lutaram para manter a própria vida e a dos outros. À medida que socorriam alguns, os trabalhadores voltavam para buscar outros. Muitos feridos, baleados haviam sido escondidos no mato. Foram achados pelo gemido. O sofrimento de cada um aumenta com o sofrimento do outro, pelo sentimento do comum.

De todo modo, grande parte dos trabalhadores evadiu após o massacre, o efeito do medo produziu uma evasão, comum em outras ocupações, mas intensificada nesta. Pelas informações prestadas pelos sem terra, em geral, essas famílias retornaram para a cidade, para casas de parentes, ocupam-se de trabalhos temporários em canaviais ou plantações de café, principalmente no momento de colheita, em condições trabalhistas precárias: *“ganham um dinheirinho e é muito sofrido”*. Das aproximadamente 100 famílias que estavam acampadas antes da ocorrência, restaram apenas 27. *“O medo faz com que as pessoas não voltem”*. Porém, até o momento muitos sem terra resistem, com força e desejo suficientes para formarem o assentamento, dividirem os lotes, construir casas de alvenaria, produzirem agricultura, tudo isso sem subsídios e intervenções do Estado. Além disso, receberam outras famílias ocupantes, advindas de processos de despejo. O que proporcionou novas interações sociais consideradas positivas entre os sem terra entrevistados.

Outra forma de resistência e enfrentamento é a denúncia dos capangas – o que traz sérias consequências, pois eles ficam vulneráveis a outros ataques, ao mesmo tempo – é a forma de assegurar o cumprimento da Justiça, portanto, se arriscam. Segundo

relato dos moradores, eles puderam identificar alguns dos capangas envolvidos [um deles havia sido acampado em Terra Prometida, e fora expulso pela comunidade pelo fato de praticar roubos, agredir as pessoas, levar e usar drogas no acampamento]. Segundo uma liderança feminina, o fato de ter sido ela a responsável por comunicar a saída deste capanga fez com que ela ficasse ‘marcada’, sendo, posteriormente, culpabilizada por parte de algumas pessoas pela ocorrência do massacre. Esse fato foi trabalhado em nossa pesquisa-intervenção.

6.8.1 O trabalho como dimensão da superação e resistência ao trauma

Ao falarem sobre o início do massacre, várias cenas de trabalho foram relatadas, constituindo um eixo central de análise. ‘Somos trabalhadores, cuja rotina de trabalho foi interrompida brutalmente’. Na maior parte dos relatos, a cena do trabalho precede a cena do terror – o que provoca uma emoção muito grande nos acampados e diz respeito ao modo como os trabalhadores foram assassinados. Todos vindos da roça, trazendo instrumentos de trabalho, bernal com sementes. As mulheres se deparam com o massacre quando estavam torrando farinha, fazendo comida, etc. Aparece a tristeza como sentimento decorrente dessa relação entre a atividade dos trabalhadores (trabalho) e a ocorrência do massacre. Mas aparece, também, a força de resistência pelo fato de serem trabalhadores, de estarem produzindo no momento do massacre. Aparecem, aí, o reconhecimento e a dignidade coletiva da luta pela terra.

O quê ele veio, o quê ele tava com ele, que ele tava com facão na cintura e um bernal de semente de um lado. Semente: tinha milho, tinha tudo dentro do bernalinho por que ele tava chegando da roça. Inclusive depois que eu cheguei no acampamento porque aí, do jeito que ele caiu ele fico lá. Depois que eu cheguei e olhei ele deitado lá com o bernalinho. Nós pegamo ainda e guardamo muito tempo. Assim ó, criou muito um clima assim de muita emoção que ele tava vindo do serviço. E ele caiu na porta da casa dele. Caiu de costas ainda, quando ele foi pra entra assim eles atiraram nele. Porque era pertinho do meu barraco também, né? Maíra conta assim como é que foi, como e que tava, muita gente conta. Maíra inclusive conta os detalhe que na hora que deu o tiro que ele ajoelhou e desceu devagarzinho e caiu de joelho.
(Eni)

6.8.2 Honrar os trabalhadores mortos

Essa relação com o trabalho constitui-se como outro eixo central de articulação para a resistência na luta, relacionado diretamente à questão de classe social e à luta de classes. Assim, os motivos principais para resistirem na terra dizem respeito a continuar trabalhando (com mais liberdade) em uma terra; não abandonar os companheiros de luta; honrar os trabalhadores mortos; não sucumbir à violência como forma de desmobilizar a luta pela terra e apoiar novas ocupações.

Aí isso pra mim eu... todos os meus parente pede pra saí. Eu não me resisto saí mais, procuro ir à luta, nós num pudemo é parar, pegar com Deus e trabalhar porque o futuro que nós podemo ter é trabalho, porque não tem outra alternativa, num tem condições de tá numa cidade, né. E a luta sempre continua, espero que nunca pode parar. (Reinaldo Pereira de Oliveira)

E ocê inda vai ter coragem de voltar pra lá? Eu falei: volto se eu num morrer eu volto, eu volto porque eu não deixo meus companheiros sozinho não, enquanto eles tiver lá, eu tô mais eles. (José Maroto Lima)

Eles reafirmam seu lugar como trabalhadores na luta pela terra, antes, durante e após o massacre, tal como no relato a seguir:

Quando aí, chegou aquele tanto de gente logo derrubaram um assim pertinho de mim né, e virou pra mim, com duas arma, e virou pra mim falou assim: O quê que cê quer gordo? Eu falei com você:, Eu tô aqui pra arranjar o pão pra sobreviver, pra num ser preciso nem roubar e nem pedir. (Wilson Cardoso Santana, baleado no ouvido e na perna)

O que faz isso com um pai de família senti coragem de ocupar a terra? É os filho que faz isso. É os filho... Que a cidade nunca que dá as condições de pai de família de trabalhar pra dar os sustento dos filho. A terra que a gente trabalha é que dá os sustento dos filho. Então, faz com que a gente senti coragem de ir pra terra pra trabalhar. É por isso que eu saí da cidade e não tô sentindo falta, graças a Deus. (Senhor não identificado)

Mas tem muita, muita coisa que pode servir pra construção, o exemplo que eles tinham, a responsabilidade, o coletivo, o respeito com outras famílias e com todo mundo. Isso aí não apaga nunca da memória da gente. Eles todos né? Todos os que morreram, desse massacre, foram pessoas boas. Inclusive três deles era da Coordenação, todos três eram da Coordenação: Seu Joaquim, Seu Miguel, Seu Iraguiar tinha sido da Coordenação Regional, depois tinha afastado e tinha saído por uns tempos, mas tava na Coordenação do acampamento. Eles nunca... Eles tinham o espírito de coletivo muito grande, gostavam de fazer as coisas juntas. Tem muita coisa

boa, muito exemplo bom que eles deixou pra nós. E eu acho que é um pouco isso também que segura a gente. (Eni)

Por fim, a resistência se remete ao fato de estarem juntos na ocupação. Somado a isso, ainda se preocupam com aqueles que saíram do acampamento e correm riscos por terem feito parte da ocupação.

Eu falei pra ele: Volto, se eu não morrer eu volto. Eu volto que eu não deixo meus companheiro sozinho não. (José Maria dos Santos)

Eu não preocupo tanto com quem tá aqui dentro, porque aqui nos tamo unido né? Qualquer coisa que vim, tá todo mundo junto. É mais fácil de se defender. A minha preocupação maior é com que tá na cidade, é com que tá, em Felisburgo principalmente, que tá lá todos os dias cruzando com os assassinos, tá lá solto, à vontade, tá tranquilo, continuando a ameaçar os companheiro, aí é mais preocupante ainda. (Eni)

“É útil aos homens, acima de tudo, formarem associações e se ligarem por vínculos mais capazes de fazer de todos um só e, mais geralmente, é-lhes útil fazer tudo aquilo que contribui para consolidar as amizades” (ESPINOSA, 2013, p. 206). Podemos dizer que esses afetos fortes de solidariedade, de amizade, de se preocuparem uns com os outros, de se manterem unidos mesmo após tantas atrocidades cometidas, é que formaram as forças que os mantiveram resistentes mesmo após o massacre, somados à luta pelo futuro assentamento e ao cumprimento da justiça. Lutar por isso é uma caminhada que não se pode fazer só. É uma luta pela vida

Assim, compreendemos que o conjunto de afetações que os fizeram voltar à ocupação e lutar por uma vida comunitária no assentamento e pelo cumprimento da justiça é mais forte que os afetos provocados pelo trauma, embora reconheçamos todo o sofrimento que se perpetua tanto pela desigualdade social sofrida por eles – que inclusive é o propulsor da luta pela terra no Brasil – quanto pelos processos de re-traumatização que permanecem presentes no cotidiano dos sem terra.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de qualquer coisa, o que deve ser considerado é o histórico desses trabalhadores sem terra que já, desde o início, traz a marca de abandono por parte do Estado, da exclusão social e da falta de políticas sociais fundamentais. O cenário brasileiro revela níveis alarmantes de desigualdade social, com uma imensa distância entre os mais ricos e os mais miseráveis. Somado a isso, os trabalhadores sujeitos dessa pesquisa enfrentaram um truculento massacre, uma violência extrema alimentada pela não resolução da questão agrária no país. A luta pela terra está no contexto da luta de classes, é produto dessa conjuntura política, não faz parte de uma livre escolha dos sem terra e, sim, da falta dela. Nos relatos que coletamos, a expulsão do campo e a falta de opção de trabalho digno faz com que eles ocupem terras e, nesse caso, vivam sob condições muito precárias em acampamentos e corram riscos de vida, pois a luta política no Brasil sempre foi e continua sendo respondida com força brutal, militar e paramilitar.

O Massacre de Eldorado dos Carajás, o Massacre de Corumbiara e o recente episódio envolvendo os índios Guarani Kaiowa são exemplos dos mais inumeráveis e, por vezes, não notificados casos de conflitos e violência no meio rural. Para mensurar a gravidade do problema, apresentamos alguns dados da CPT: em 2011, foram registrados 1363 conflitos no campo no Brasil, envolvendo 600.925 pessoas. Para se ter clareza de como os dados são obtidos, eles escrevem:

Somente se registram os conflitos que envolvem trabalhadores e trabalhadoras. O principal objeto de registro e denúncia é a violência sofrida. Conflitos agrários, muitas vezes graves, entre latifundiários ou outros agentes não são registrados. Conflitos antigos e não resolvidos só figuram no relatório se tiverem algum desdobramento durante o ano trabalhado (CPT, 2012, p. 10).

Tal como questiona Martín-Baró (2000) no prefácio do livro *Psicología Social de la Guerra*, nós, psicólogos, estamos preparados para isso, sabemos o que fazer diante de contextos de violência extrema?

Tal como ele, encontramos imensa dificuldade em reunir material que tratasse do assunto, inclusive nas bibliotecas das Universidades a que tive acesso. Deste modo,

aos poucos fui adquirindo bibliografia. O primeiro foi, de fato, o livro acima citado, essa coletânea organizada por Baró que, que muito nos facilitou o acesso aos autores que tratavam do assunto. Talvez, por causa da sanguinária repressão, encontramos uma vasta literatura bem organizada no Chile, com fácil acesso pela internet - a revista *Reflexión. Derechos Humanos y Salud Mental* é uma dessas fontes.

O trabalho de Soto (2007), que trouxe o conceito de re-traumatização foi importante para superar a ideia de trauma como marca definitiva e compreendermos o trauma como processo subjetivo e objetivo, da ordem dos afetos, da memória, das ideias, mas não porque essas funções se cristalizam psiquicamente (como marca patológica), mas porque são alimentadas pela violência social, pela manutenção da impunidade, pela falta de justiça social e banalização da desigualdade, assim como, pelos afetos vividos coletivamente. Daí a importância na prática psicossocial da reconstrução da memória traumática, um movimento de recordar para superar e transformar, que Soto (2010) denomina de memória encarnada, já que não diz respeito apenas ao psiquismo, mas ao corpo.

Destacar o corpo no trauma é fundamental, embora esquecido pela psicologia, em prol da conscientização racionalista. E complementamos com a afirmativa segundo a qual falar de corpo é falar de emoções. Corroborando com essa ideia, apresentamos duas passagens de Espinosa e Chauí, que fortalecem essa noção monista em nossa pesquisa: “Por afeto compreendo as afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada, assim como as ideias dessas afecções”, afirma Espinosa (E III, Definição 3), “o que significa que o afeto refere-se a “toda mudança, alteração ou modificação de alguma coisa, seja produzida por ela mesma, seja causada por outra coisa” (CHAUÍ, 1995, p. 105). Afecções que são ao mesmo tempo do corpo e da alma. Sem o corpo, nossa mente seria uma essência não existente. Só percebemos as coisas pelas afecções do corpo. Sem o corpo é impossível pensar.

Pudemos notar que todos sofrem os impactos afetivos do massacre, que se configuram na re-traumatização. A diferença está em como se manifesta em cada sujeito e como cada qual reage, por isso valorizamos a produção dos sentidos. Ao mesmo tempo, a coletivização da memória afetiva se constituiu como momento oportuno para compartilhar esses afetos singulares e produzir sua coletivização, transformando-os em força coletiva de ação.

Não nos interessava a memória particularizada, ou trabalhar sob o ponto de vista da psicopatologia clássica, mas reconstruir uma experiência coletiva, na qual todos poderiam, em primeiro lugar, expressar seus sentimentos e emoções, criando espaços de trocas, esclarecimentos e debates sobre os sentidos e significados do massacre. Não no sentido de anular o singular em prol do amalgamento coletivo, mas de continuar explorando possibilidades de trabalhar teoricamente o singular e o social. Também trabalhar o sofrimento como questão social e não anulá-lo como antagônico à consciência.

Além do corpo, das emoções e da memória, os nossos sujeitos apresentavam outra dimensão pouco citada na literatura sobre trauma: o trabalho. Trabalho é memória afetiva na forma de atividade. O fato de serem trabalhadores, de estarem produzindo no momento do massacre lhes afetam na forma de dignidade coletiva na luta pela terra.

Assim, o trabalho constitui-se como outro eixo central de articulação para a resistência na luta, uma emoção que supera o medo e a humilhação e o desejo de continuar trabalhando (com mais liberdade) em uma terra; não abandonar os companheiros de luta; honrar os trabalhadores mortos; não sucumbir à violência como forma de desmobilizar a luta pela terra.

Uma das coisas que mais me chamou atenção na leitura das narrativas, além dos horrores produzidos pelo massacre, foi o lugar do trabalho na vida deles; o fato de que, como já dissemos, a maior parte das narrativas sobre a Memória do Massacre iniciasse com uma frase tal como: *“O meu é o seguinte, vinha chegando da roça, da roça... foi na hora do Massacre”*. Portanto, reafirmar o lugar de trabalhador na sociedade, excluído de outras formas de trabalho digno, tal como na passagem *“não tem condições de estar numa cidade”*, torna-se fator de resistência política, pois está associado a afetos fortes. Além das expressões de solidariedade de classe, afirmada na retomada da terra após o massacre: *“Eu volto que eu não deixo meus companheiro sozinho não”*. Tomamos todos esses elementos como afirmadores da centralidade do trabalho na vida deles e da sua relação com a luta pela terra.

Compreendemos que a resistência ao permanecerem juntos após o massacre foi um ato muito importante para a continuidade da vida e para assegurar a saúde, pois solitários seria pior. Sem compartilhar o sofrimento, sem continuar a luta por justiça, sem a conquista do assentamento como uma forma maior de superação, eles poderiam viver no ressentimento. Destaco, ainda, a importância de terem lembrado juntos na continuidade da vida e luta – compartilhar para não sofrer solitariamente.

É nesse ponto que reencontramos a pergunta inicial feita na Introdução do trabalho: como a Psicologia Social pode trabalhar em contextos de massacres ocorridos contra o povo; o que ela pode oferecer além da terapia individual? E assim buscamos responder a essa pergunta realizando esse trabalho, encontrando junto com os trabalhadores rurais sem terra e com os autores que nos subsidiaram respostas práticas e teóricas que nos estimulam a pensar em novas intervenções psicossociais e comunitárias, sem nos esquecer da enfática questão levantada por Baró, que a psicologia não pode atuar apenas na reparação dos danos psicológicos e psicossociais causados por violência. Ela deve atuar na prevenção desta, intervindo politicamente em conjunto com outros atores sociais nesses contextos que produzem violência. Assim, ele escreve:

O trabalho curativo do psicólogo é necessário; mas limitado a isso, pode converter-se em um simples paliativo que contribua mais a prolongar uma situação geradora e multiplicadora dos mesmos males que pretende curar. [...] nossa análise deve estender-se às raízes desses traumas e, portanto, à guerra mesma no que ela tem de situação social patogênica (MARTÍN-BARO, 2000, p. 234).

Levando isso em consideração e tendo em vista as recomendações já assinaladas durante nosso trabalho, de que a psicologia deve atuar, sempre que possível, em níveis, micro, meso e macropolíticos, articulando o pessoal com o político, a consciência e a emoção, o corpo e a mente. Quero destacar a partir da visão de Sawaia o que significaria uma terapêutica comunitária de transformação de afetos produzidos no trauma psicossocial e sua passagem para forças de resistência: O trauma corrói a resistência e a vontade de viver, mas não é um estado, é potência em ato, afetado por outros encontros, mas pode se cristalizar e se tornar senhor do drama psíquico, assim, torna-se impeditivo da ação transformadora, pois, de um lado, ele pode perpetuar o medo e eliminar a esperança. De outro, desencadear ações agressivas e de revolta, ações que não são mais que um acatamento das normas - re-ação.

Enfim, nosso trabalho ampliou a concepção de conscientização, já que teve como foco a dimensão do sofrimento ético-político, a composição dos afetos políticos que compõem o trauma - tudo isso se tornou muito importante, pois religou o que costumamos trabalhar em separado. Trabalhar a memória como possibilidade de resgatar experiências emocionais passadas, refletindo e comemorando como superação e projeção de futuro, permitiu trabalhar a dialética individual/coletivo a memória coletiva, as comemorações, o sentimento do comum, que foi fortalecido pelo trabalho. E

demonstrou mais vez, que o psiquismo e as emoções são sociais e políticas. O trauma na sua processualidade exige o combate à impunidade e a luta pela reforma agrária e pela legitimidade social do Assentamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGGER, I. e JENSEN, S. B. A potência humilhada: tortura sexual de presos políticos de sexo masculino. Estratégias de destruição da potência do homem. In: RIQUELME U. H. *Era de névoas - Direitos humanos, terrorismo de Estado e saúde psicossocial na América Latina*. São Paulo: EDUC., 1993.

ALMEIDA, S. e ANTUNES, M. *A teoria vigotskiana sobre memória: possíveis implicações para a educação*. GT: Psicologia da Educação / n.20. [s/a].

AMATI, S. Contribuições psicanalíticas ao conhecimento da violência institucionalizada. In H. RIQUELME (Ed.). *Era de névoas: Direitos humanos, terrorismo de Estado e saúde psicossocial na América Latina*. São Paulo: EDUC., 1993.

BALZA, G. *Comissão da Verdade apura mortes de índios que podem quintuplicar vítimas da ditadura*. Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2012/11/12/comissao-da-verdade-apura-mortes-de-indios-que-podem-quintuplicar-vitimas-da-ditadura.htm>>. Acesso em: 05 de janeiro de 2014.

BAREMBLITT, G. *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*. Belo Horizonte: FGB/IFG, 2012.

BARROS, V. A. *De la représentation au pouvoir; une étude sur les trajectoires politiques des dirigeants syndicaux au Brésil*. Lille: Presses de Septentrion, 2000.

BARROS, V. A. *História de vida*. Pensar, Estado de Minas. Belo Horizonte, 2001, p. 2.

BECKER, D. & CALDERÓN, H. Traumatizações extremas, processos de reparação social, crise política. In H. RIQUELME (Ed.). *Era de névoas: Direitos humanos, terrorismo de Estado e saúde psicossocial na América Latina*. São Paulo: EDUC., 1993.

BORGES, M. E. L. *Utopias e Contra utopias: Movimentos Sociais em Minas Gerais (1950-1964)*. Tese. (Doutorado em Ciências Políticas). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1988.

BOSI, E. *Memória e sociedade; lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1987-2004.

BOSI, E. *A pesquisa em memória social*, Psicologia USP, São Paulo, 4(1/2), p.277-284, 1993.

BOVE, L. *Espinosa e a psicologia social: ensaios de ontologia política e antropogênese*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BOCK, A. M. B.; FERREIRA, M. R.; GONCALVES, M. G. M. e FURTADO, O. Sílvia Lane e o projeto do "Compromisso Social da Psicologia". In: *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, v. 19, n.2, p. 46-56, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822007000500018&script=sci_arttext>. Acesso em 30 de dezembro de 2014.

BRANDÃO, C. R. (org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRINKMANN, B. Trauma psicossocial. *La justicia es salud. Reflexión. Derechos Humanos y Salud Mental*, 32, 24-28, 2006.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. *Estud. av.*, São Paulo, v. 15, n. 43, Dec. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em 18 de janeiro de 2015.

CAMPOS, F. A. *Trabalho e consciência de classe: a história de Dona Maria e Dona Antônia na luta pela terra*. Belo Horizonte, UFMG, 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia).

CAMPOS, R.H. F. *Psicologia Social Comunitária: Da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CANUTO, A. Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. *REVISTA NERA – ANO 7, N. 5 – AGOSTO/DEZEMBRO DE 2004 – ISSN 1806-6755*. In: <http://mstemdados.org/sites/default/files/1466-4279-1-PB.pdf>. Acesso em 16 de janeiro de 2015.

CANUTO, A. O agronegócio avança sobre novos territórios e alimenta a violência. In: *Direitos Humanos no Brasil 2007: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*, 2007. p. 31-38. Disponível em <<http://www.social.org.br/relatório2007.pdf>>. Acesso em 20 de junho de 2012.

CARVALHO FILHO, J. J. Concentração, Política Agrária e Violência no Campo: Dez Anos. In: *Direitos Humanos no Brasil 2009: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*, 2009. p. 39-46. Disponível em <<http://www.social.org.br/relatório2009.pdf>> Acesso em 17 de dezembro de 2010.

CASTRO, E. V. A escravidão venceu no Brasil, ela nunca foi abolida: entrevista. [16 de março de 2014]. Porto: Público Porto. Entrevista concedida a Alexandra Lucas Coelho. Disponível em <<http://www.publico.pt/mundo/noticia/a-escravidao-venceu-no-brasil-nunca-foi-abolida-1628151>>. Acesso em 30 de junho de 2014.

CEDEFES. *A luta dos índios pela terra: contribuição à história indígena em Minas Gerais*. Contagem: CEDEFES, 1987.

CREPOP. *Referências técnicas para atuação das (os) psicólogas (os) em questões relativas à terra*. Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília: CFP, 2013.

CHAUÍ, Marilena. *Espinosa, uma filosofia da liberdade*. São Paulo, editora Moderna, 1995.

CHAUÍ, M. Sobre o medo. In A. Novaes (Org.), *Os sentidos da paixão* (pp. 35-75). São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COIMBRA, C. M. B. *Reparação do Crime de Tortura*. Trabalho apresentado no seminário regional, quando do lançamento do “Guia Para la Denúncia de Torturas” em sua versão espanhola, na cidade do México, em março de 2001. Disponível em: Banco de Textos do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFF. <http://www.slab.uff.br/bd_txt_lg.php?tpt> Acesso em 3 de janeiro de 2011.

CPT. *Conflitos no Campo Brasil 2004*. Goiânia, abril de 2005. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/conflitos-no-campo-brasil>> Acesso em: 31 de dezembro de 2014.

CPT. *Conflitos no Campo Brasil 2011*. Goiânia, maio de 2012. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/conflitos-no-campo-brasil>> Acesso em: 31 de dezembro de 2014.

CPT. *Conflitos no Campo Brasil 2013*. Goiânia, abril de 2014. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/conflitos-no-campo-brasil>> Acesso em: 31 de dezembro de 2014.

CFP. *Série Gente da Terra. Seminário: Subjetividade e a questão da terra*. Brasília, agosto de 2004. Disponível em:
<http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/publicacoes/relatorios/relatorios_070601_0169.htm>
l> Acesso em 11 de setembro de 2009.

CFP. *Relatório do Seminário Nacional: A questão da terra, desafios para a Psicologia*. Brasília: NEAD, julho de 2006.

CRP 6.^a REGIÃO (org.). *Psicologia e povos indígenas*. São Paulo: CRPSP, 2010. 250p., [s/a].

COUTINHO, E. *Cabra Marcado para Morrer*. Rio de Janeiro, Mapa Filmes e Globo Vídeo, 1964-1981. VHS, 35 mm. 119 min.

DELEUZE, G. *Espinosa: filosofia prática*. São Paulo: Escuta, 2002.

DOMINGUES, E. Vinte anos do MST: A psicologia nesta história. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.12, n.3, p. 573-582, set./dez.2007.

DUTRA, C. A. S. *As ocupações de terra e a produção do direito*. 2006. Disponível em:
<<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/daterra.pdf>> Acesso em 17 de janeiro de 2015.

ESPINOSA, B. *Ética*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

FANON, F. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FARAH, T. *Concentração de terra cresce e latifúndios equivalem a três Sergipe*. Disponível em < <http://oglobo.globo.com/brasil/concentracao-de-terra-cresce-latifundios-equivalem-quase-tres-estados-de-sergipe-15004053>>. Acesso em: 14 de janeiro de 2015.

FERNANDES, B. M. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, B. M. *Gênese e Desenvolvimento do MST*. Caderno de Formação, n.º 30. São Paulo: MST, 1998.

FERNANDES, B. M. *A formação do MST no Brasil*. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERRATOTI, F. *Histoire et Histoires de vie: La méthode biographique dans les sciences sociales*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1990.

FREIRE, P. *A Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. *A Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FREITAS, M. T. A. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. *Cadernos de Pesquisa*, n. 116, p. 21-39, julho/2002.

FRIGOTTO, G. A cientificidade do conhecimento e os processos coletivos de transformação da realidade social. In: CALDART, R. S. e ALENTEJANO, P. (orgs.). *MST, Universidade e Pesquisa*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

GABORIT, M. Memória Histórica: reverter a história a partir das vítimas. In: GUZZO, R. & LACERDA JUNIOR, F. *Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação*. Campinas: Alínea, 2009.

GIRARDI, E. P. A violência no campo. Atlas da questão agrária Brasileira. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/violencia.htm>>. Acesso em 15/01/2011.

GUZZO, R. & LACERDA JUNIOR, F. *Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação*. Campinas: Alínea, 2009.

HARNECHER, M. Tornar possível o impossível: a esquerda no limiar do século XXI. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HOBSBAWM, E. *Pessoas Extraordinárias: Resistência, Rebelião e Jazz*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

JESUS, J. G.. *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo: representações sociais dos Libertadores*. BRASÍLIA, UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia).

LANE, S. T. M. A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: LANE, S. T. M. & CODO, W. (orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento*. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986a. p. 10-19.

LANE, S. T. M. O processo grupal. In: LANE, S. T. M. & CODO, W. (orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento*. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986b. p. 78-98.

LEMOS, F. C. S.; GALINDO, D. C. G. Massacre e resistência Kaiowá e Guarani: interrogações às Psicologias nos traçados do intolerável. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 33, n. 4, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em 01 de janeiro de 2014.

LIRA KORNFELD, E. *Psicologia de la amenaza politica y el miedo*. Santiago, ILAS, 1991.

MACHADO, Letícia Vier; FACCI, Marilda Gonçalves Dias e BARROCO, Sonia Mari Shima. Teoria das emoções em Vigotski. *Psicol. estud.*[online]. 2011, vol.16, n.4 [cited 2014-08-15], pp. 647-657.

MADARIAGA, C. *Apuntes para una conceptualización. Daño transgeracional em Chile*. Reflexion. Derechos Humanos y Salud Mental, 30, 11-16, 2003.

MARTÍN-BARÓ, I. El latino indolente: carácter ideológico del fatalismo latinoamericano. In M. MONTERO (Coord.), *Psicología Política Latinoamericana* (pp.135-162). Caracas: Panapo. 1987.

MARTÍN-BARÓ, I. La violencia política y la guerra como causas en el país del trauma psicosocial en El Salvador. *Revista de Psicología de El Salvador*, 28, abril-junio, 123-141. 1988.

MARTÍN-BARÓ, I. *Psicología social de la guerra - selección e introducción de Ignacio Martín-Baró*. El Salvador: UCA; 2000.

MENDES, Chico. *O Testamento do homem da floresta: Chico Mendes por ele mesmo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MOANE, G. Reflections on Liberation Psychology in Action in an Irish Context. In: Montero, M., & Sonn, C. *The Psychology of Liberation. Theory and Application*. New York: Springer, 2009.

MOREIRA, G. *Seis anos de Impunidade*. Cadê a justiça? Disponível em: <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em: 03 de janeiro de 2010.

MORISSAWA, M. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. *Justiça para Felisburgo*. Disponível em: <<http://www.mstfelisburgo.eu/petizonep.php>>. Acesso em 06 de janeiro de 2010.

MST. *Kátia Abreu, o latifúndio ainda existe, e está mais improdutivo*. 05 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/16915>>. Acesso em 14 de janeiro de 2015.

MST. *Concentração de terra cresce e latifúndios equivalem a três Sergipe*. 09 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/16915>>. Acesso em 14 de janeiro de 2015.

NOVAES, A. (org.) *Ensaio sobre o medo*. São Paulo: Edições Sesc SP, 2007.

OLIVEIRA, A. U. A política de reforma agrária no Brasil. In: *Direitos Humanos no Brasil 2009: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*, 2009. pp. 27-38. Disponível em: <<http://www.social.org.br/relatório2009.pdf>>. Acesso em 17 de dezembro de 2010.

OLIVEIRA, A. U. Violência e barbárie: a grilagem de terra no Brasil. In: CPT. *Conflitos no Campo Brasil 2005*. Goiânia, abril de 2006. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/conflitos-no-campo-brasil>>. Acesso em: 31 de dezembro de 2014.

PEDERSON, D. Reformulando a violência política e efeitos na saúde mental: esboçando uma agenda de pesquisa e ação para a América Latina e região do Caribe. *Ciência e Saúde Coletiva*, 11, p.1189-1198, 2006.

PEREIRA, C. O. C. *Nas Terras do Rio Sem Dono*. Belo Horizonte: Vega, 1980.

PEREIRA, J.M.M e ALENTEJANO, P. Terra, poder e lutas sociais no campo brasileiro: do golpe à apoteose do agronegócio (1964-2014). *Tempos Históricos* [online]. 2014, vol.18, p. 73 – 111.

PREUSS, M. R. G. A abordagem biográfica – história de vida – na pesquisa psicossociológica. In: *Série Documenta*, EICOS: UFRJ, Rio de Janeiro, n. 8, ano VI, p. 105-127, 1997.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. *Relatório da Rede social de justiça e Direitos Humanos*. São Paulo: 2000-2014. Disponível em: <<http://www.social.org.br/index.php/relatorios/relatorios-portugues.html>>. Acesso em 31 de dezembro de 2014.

RIBEIRO, D. *O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, E. M. *Lembranças da Terra: Histórias do Mucuri e Jequitinhonha*. Belo Horizonte: CEDEFES, [s/d].

RIQUELME, H. *Era de névoas: Direitos humanos, terrorismo de Estado e saúde psicossocial na América Latina*. São Paulo: EDUC.1993.

RODRIGUES, C. e ESPINOZA, A. A memória enquistada: uma aproximação ao trauma transgeracional. *Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria*. v. 9, n.15, jan./jun., p. 159-180, 2006.

RODRIGUES, A. Janeiro de 2014. *Justiça mineira condena mais dois réus envolvidos no Massacre de Felisburgo*. Agência Brasil beta. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-01/justica-mineira-*condena-mais-dois-reus-envolvidos-no-massacre-de-felisburgo Acesso em 15 de março de 2014.

SALGADO, S. *Terra*. São Paulo. Companhia das Letras, 1997.

SAWAIA, B. *As artimanhas da exclusão - análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes. 2011.

SAWAIA, B. *Psicologia social: aspectos epistemológicos e éticos*. In LANE, S. T. M. e SAWAIA, B. *Novas veredas da Psicologia Social*. (pp. 45-54). São Paulo: EDUC; Brasiliense. 2006a.

SAWAIA, B. *Dimensão ético-afetiva do adoecer da classe trabalhadora*. In LANE, S. T. M. e SAWAIA, B. *Novas veredas da Psicologia Social*. (pp. 157-168). São Paulo: EDUC; Brasiliense. 2006b.

SAWAIA, B. B. *Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social*. *Psicol. Soc.* [online]. 2009, vol.21, n.3, pp. 364-372. 2009.

SAWAIA, B. B. *Transformação social: um objeto pertinente à Psicologia Social?* *Psicologia & Sociedade*, 26(n. spe. 2), 4-17. 2014.

SCHMIDT, M.L.S. & MAHFOUD, M. *Halbwachs: memória coletiva e experiência*. *Psicologia USP*, São Paulo, 4 (1/2), p. 285-298, 1993.

SOTO, A. E. *The body as a site of resistance and enactment of collective memories and trauma: an exploratory study in Chile*. Dissertation. (Doctor of philosophy). The faculty of graduate studies, University of british Columbia. 2007.

SOTO, A. E. *La transmisión transgeneracional del trauma: Una experiencia encarnada*. En Aceituno, R. (comp.) *Espacios de tiempo*. Clínica de lo traumático y procesos de simbolización (pp. 125-146). Santiago, Chile: Colección Praxis Psicológica, Universidad de Chile, 2010.

STEDILE, J. P. (org.). *A questão agrária no Brasil: o debate da esquerda*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. *Conflitos agrários e violência no Brasil: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária*. Pontificia Universidad Javeriana. Seminario Internacional, Bogotá, Colombia. Agosto de 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rjave/paneles/tavares.pdf>> Acesso em 18 de janeiro de 2011.

TENDLER, S. *Encontro com Milton Santos ou: o Mundo Global Visto do Lado de Cá*. Brasil Studi e Caliban Produções, 2006. 89 min.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa I; A árvore da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

VIGOTSKI, L.S. *Teoria e método em Psicologia*. São Paulo: Martins Fontes. 2004.

VIGOTSKI, L. S. *Psicologia pedagógica*. São Paulo: Martins Fontes. 2004.

VIGOTSKI, L. S. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes. 2001.

VIGOTSKI, L. S. El problema y el método de investigación. In *Obras escogidas*. (Vol. 2, pp.15-29). Madrid: Visor. 1993a.

VIGOTSKI, L. S. *Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores*. In *Obras escogidas*. (Vol. 3, pp.11-46). Madrid: Visor. 1993b.

VIGOTSKI, L. S. *Psicologia da arte* (P. Bezerra, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. 2001.

VIDAL, M. Igualdades e diferenças nos problemas psicopatológicos ligados à repressão política. In H. RIQUELME (Ed.). *Era de névoas: Direitos humanos, terrorismo de Estado e saúde psicossocial na América Latina*. São Paulo: EDUC.1993.

VITALE, M. P.; e GRUBITS, S. Psicologia e povos indígenas: um estudo preliminar do "Estado da Arte". *Revista Psicologia e Saúde*, 1 (1), p. 15-30, 2009.

VIEZZER, M. *Se me deixam falar*. São Paulo: Helvética S (1978).

ZHOURI, A. e ZUCARELLI, M.C. *Vozes da Resistência: Mapeando os conflitos ambientais no estado*. 32º Encontro Anual da ANPOCS. GT 4 - Conflitos ambientais, processos de territorialização e identidades sociais. Caxambu, 2008.